

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Direito

Programa de Pós-Graduação em Direito

Maria Antonieta Fernandes

**TRABALHO E IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL:
velhos sonhos, novos sonhadores**

Belo Horizonte/MG
2023

Maria Antonieta Fernandes

**TRABALHO E IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL:
velhos sonhos, novos sonhadores**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade Direito, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Linha de pesquisa: História, Poder e Liberdade

Área de Concentração: Direito e Justiça

Orientador: Profa. Dra. Maria Rosaria Barbato

Coorientador: Prof. Dr. Márcio Túlio Viana

Belo Horizonte /MG
2023

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Junio Martins Lourenço - CRB-6/3167.

F363t Fernandes, Maria Antonieta

Trabalho e imigração italiana no Brasil [manuscrito]:
velhos sonhos, novos sonhadores / Maria Antonieta Fernandes.
-- 2023.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Direito.
Inclui bibliografia.

1. Direito do trabalho - Brasil - Teses. 2. Imigrantes
italianos - Brasil. 3. Trabalho - História. 4. Materialismo
dialético - Teses. 5. Capitalismo - Teses. I. Barbato, Maria
Rosaria. II. Viana, Márcio Túlio - 1946-. III. Universidade
Federal de Minas Gerais - Faculdade de Direito. IV. Título.

CDU: 331.01



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO MARIA ANTONIETA FERNANDES

Realizou-se, no dia 19 de junho de 2023, às 18:00 horas, de modo virtual, a defesa de dissertação, intitulada Trabalho e imigração italiana no Brasil: velhos sonhos, novos sonhadores, apresentada por Maria Antonieta Fernandes, número de registro 20219652212, graduado no curso de DIREITO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em DIREITO, à seguinte Comissão Examinadora: Profa. Maria Rosaria Barbato - Orientador, Prof. Márcio Túlio Viana, coorientador, Profa. Mariah Brochado Ferreira, Profa. Wânia Guimarães Rabêllo de Almeida, Prof. Victor Hugo Criscuolo Boson (suplente).

A Comissão considerou a dissertação:

(x) Aprovada com autorização para publicação, tendo obtido a nota _100.

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 19 de junho de 2023.

Profa.Dra. Maria Rosaria Barbato (Doutora) Nota _100.

Prof. Dr. Márcio Túlio Viana (Doutor) Nota_ 100.

Profa. Dra. Wânia Guimarães Rabêllo de Almeida (Doutora) Nota _100.

Mariah Brochado

Ferreira:96120738649

Assinado de forma digital por Mariah
Brochado Ferreira:96120738649
Dados: 2023.06.21 09:38:20 -03'00'

Profa. Dra. Mariah Brochado Ferreira (Doutora) Nota _100.

AGRADECIMENTOS

Este é um dos pequenos espaços especiais da vida em que posso registrar em caracteres impressos os agradecimentos silenciosos que vivem em meu coração.

À minha orientadora, Marisa Barbato, por todo suporte, não apenas intelectual, mas também afetivo. Marisa, muito obrigada por ser essa italiana extraordinária! Sei que não fui uma orientada fácil, mas saiba que para mim foi uma honra ter sido orientada por você!

Ao querido professor, Marcio Túlio Viana, por ser um mestre freiriano, que pratica a educação com o *ethos* do amor. Muito obrigada pela simplicidade generosa com que se tornou meu grande amigo nesta caminhada tão difícil de minha orientação! Obrigada pelas demoradas ligações, pela troca incessante de ideias e pelas palavras sempre pacientes e encorajadoras!

À professora Wânia Rabêllo e ao professor Cléber Lúcio, meus mestres desde o início. Obrigada por me guiarem até aqui!

À professora Ellen Hazan, pela prodigalidade com que me doou longas e caras horas de estudo.

Agradeço, imensamente, à minha esposa Thaís, que me trouxe um novo sentido para a vida, que me sustenta nos meus momentos mais difíceis e que sabe me compreender em todas as minhas complexidades. Eu amo viver com você! Obrigada por ser esta mulher incrivelmente sensível, linda, brava e corajosa!

À minha mãe, Socorro Amaral, por todo amor, por ter me ensinado a sonhar com a Educação e por suas orações que guiam e protegem!

Aos meus filhos, Iago e Rani, por compreenderem que a incondicionalidade do amor materno sempre irá se sobrepôr a qualquer condição material; às minhas enteadas Maria Luísa e Gabriella, por terem se tornado também filhas; ao meu pai, Francisco Assis, pelo seu amor distante, que por ser distante não é menos amor; às minhas irmãs Dayse, Diná e Deborah e meu irmão, Fernando, por serem os primeiros e mais constantes amigos que a vida me deu. Aos meus sobrinhos, agradeço pelo prazer de sua alegre companhia. Aos meus sogros, Haroldo e Eloísa, muito obrigada por estarem sempre presentes em minha vida.

Às amigas Kíria Orlandi, Ana Maria, Cristiane Araújo, Ana Clara, Rosilene, Dan Carla e Natália Moura, pela valiosa amizade! “Vamos de mãos dadas”!

À minha Eizla e toda a comunidade escolar da Escola Estadual Teodomiro Caldeira Leão, de Aricanduva, minha terra, onde iniciei meus estudos nos primeiros anos de vida, pelo carinho que ali recebi um dia!

A Ronald Claver, poeta e amigo!

A João Vito, parceiro de Fórum, com quem muito pude contar neste percurso.

A minha irmã Deborah e a Carol Lobo, um agradecimento especial: obrigada por me levarem pelas mãos!

A Deus, rogando para que aumente a cada dia minha fé!

O próprio trabalho, por exemplo, não me pareceu tão penoso, tão *forçado* assim; apenas muito tempo depois percebi que era penoso e *forçado* nem tanto em função de seu caráter difícil e prolongado quanto por ser um trabalho *compulsório*, obrigatório, feito à força.

(Fiódor Dostoiévski, Memórias da casa dos mortos, 2016).

Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento.

(Abdelmalek Sayad, Imigração ou os paradoxos da alteridade, 1998).

RESUMO

As histórias do trabalho e das imigrações se confundem no limiar da história da vida humana. Nesse sentido, a Itália se destaca como um país proeminentemente migratório, sendo os italianos historicamente marcados pelo fenômeno da imigração. Com relação ao Brasil, a imigração italiana se tornará relevante como fenômeno de massa entre os anos 1887 e 1902, o que irá constituir um fator de aumento demográfico considerável neste país. Essa dissertação consiste em pesquisa aplicada de caráter descritivo, pelo método do materialismo histórico dialético, visando identificar as influências das imigrações italianas na história do trabalho e do Direito do Trabalho no Brasil. Com a crise de 2008, observou-se um leve reavivamento do fluxo de italianos para este país e, assim, a presente dissertação se debruçou sobre essa nova fase, a partir da análise dos resultados da pesquisa “Crise, trabalho e novos fluxos migratórios (2008-2020)”, executada pelo Grupo de Pesquisas Trem- Trabalho em Movimento, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com apoio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fapemig), da qual a autora foi participou ativamente, sendo essa dissertação também um produto final daquela pesquisa. Tudo isso para buscar responder à seguinte questão: *qual é a relevância da imigração italiana para a história do trabalho e do Direito do Trabalho no Brasil?* Em vista disso, reflete sobre a categoria trabalho na filosofia de Karl Marx, percorrendo em torno da dialética do trabalho em seus aspectos universal, ontológico, como fundamento do ser social, e particular, histórico, enquanto produtor de mercadorias no modo capitalista de produção. No que concerne às técnicas de pesquisa, observa que os resultados foram apresentados de forma quantitativa e qualitativa, a partir da coleta de dados de fontes secundárias e primárias.

Palavras-chave: trabalho; imigração italiana; novos fluxos migratórios

ABSTRACT

The histories of labor and immigration are confused at the threshold of the history of human life. In this sense, Italy stands out as a prominently migratory country, with Italians historically marked by the phenomenon of immigration. With regard to Brazil, Italian immigration became relevant as a mass phenomenon between the years 1887 and 1902, which constituted a factor of considerable demographic increase in this country. This dissertation consists of descriptive applied research, using the method of dialectical historical materialism, aiming to identify the influences of Italian immigration on the history of labor and Labor Law in Brazil. With the 2008 crisis, there was a slight revival of the flow of Italians to this country and, in this sense, the present dissertation focused on this new phase, based on the analysis of the results of the research "Crisis, work and new migratory flows (2008-2020)", carried out by the Trem – Trabalho em Movimento research group, at the Federal University of Minas Gerais (UFMG), with support from the Research Development Foundation (Fapemig), in which the author was actively participated, and this dissertation is also a final product of that research. All this to seek to answer the following question: what is the relevance of Italian immigration to the history of work and Labor Law in Brazil? In this sense, it reflects on the category of work in Karl Marx's philosophy, discussing the dialectic of work in its universal, ontological, as the foundation of social being, and particular, historical aspects, as a producer of goods in the capitalist mode of production. With regard to research techniques, it notes that the results were presented in a quantitative and qualitative way, based on the collection of data from secondary and primary sources.

Keywords: labor; italian Immigration; new migratory flows

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 TRABALHO E REFLEXÕES SOBRE A SUA CONCEPÇÃO MARXISTA	13
2.1 O que é trabalho: a concepção marxista de trabalho.....	13
2.2 O trabalho após a reforma protestante.....	26
3 A DIALÉTICA DO TRABALHO NO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO	32
3.1 O trabalho que pune.....	32
3.2 O trabalho que redime	47
4 DO TRABALHO ESCRAVO AO TRABALHO LIVRE NO BRASIL: LUGAR DOS IMIGRANTES.....	52
4.1 Esboço histórico: imigrar para trabalhar.....	52
4.2 Do trabalho escravo ao trabalho livre no brasil: o papel dos imigrantes italianos	73
5 TRABALHO E IMIGRAÇÃO ITALIANA EM MINAS GERAIS	91
5.1 Esboço histórico da imigração italiana em Minas Gerais	91
5.2 Os novos imigrantes: a busca por trabalho a partir da crise de 2008	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXO - A CRISE FINANCEIRA DE 2008 E OS NOVOS FLUXOS MIGRATÓRIOS ITALIANOS PARA MINAS GERAIS	120

1 INTRODUÇÃO

A análise da temática das migrações internacionais torna-se de especial interesse para a pesquisa acadêmica, vistos os efeitos e consequências da globalização e em razão da intensificação dos processos migratórios e de suas consequências para as mais diversas sociedades contemporâneas.

Os fluxos e influxos dos seres humanos em busca do sonho de melhores condições de vida material ou simplesmente buscando sobrevivência, fugindo de catástrofes ambientais, guerras, hostilidades, escravidão, precarizações diversas, escreve em verdade a própria história da humanidade.

Dentro desse quadro geral das migrações internacionais, historicamente, a Itália é um país marcado pelos dilemas dos processos migratórios, seja recebendo imigrantes, seja assistindo à partida de milhões de italianos para diferentes lugares do mundo.

Exercendo um papel proeminente entre as várias correntes imigratórias que vieram para o território brasileiro a partir do final do século XIX, os italianos aqui se destacaram em número e atividade.

O ato de imigrar constitui um fato social com repercussões em diversas esferas da vida social, com consequências econômicas, sociais, políticas, jurídicas e culturais. O homem, enquanto tal, pode ser considerado um ser migrante em sua própria natureza, sempre movido pelo impulso de se deslocar no tempo e no espaço, sendo este deslocamento algo natural na história da humanidade.

Neste sentido, a Itália se destaca como um país proeminentemente migratório, sendo os italianos historicamente marcados pelo fenômeno da imigração. Com relação ao Brasil, a imigração italiana se tornará relevante como fenômeno de massa entre os anos 1887 e 1902, o que irá constituir um fator de aumento demográfico considerável neste país. Entre 1880 e 1924, mais de 3.600.000 italianos entraram no território brasileiro, o que colocava o Brasil no terceiro lugar do fluxo imigratório italiano entre os anos 80 e a Primeira Grande Guerra, logo após Estados Unidos e Argentina.

O governo de Minas só começou a incentivar a imigração em 1887, por exigências dos grandes fazendeiros, sendo necessário que o governo assumisse

todos os encargos da viagem, por meio de contratos com particulares a fim de permitir que o fluxo de imigrantes fosse contínuo. Mas foi no período entre 1894 e 1901 que Minas Gerais recebeu a primeira grande corrente imigratória em seu território, a grande maioria se dirigindo para as fazendas de café.

É certo que essas correntes foram interrompidas ao longo do tempo, cessando o grande fluxo, entretanto, já no início do século XXI uma nova crise econômica de ordem global viria a movimentar novamente os italianos, fazendo-os deixar seu país em busca de oportunidades de trabalho extintas em seu país, como consequência do momento econômico – a crise de 2008.

Neste norte, observa que a presente dissertação baseou-se, em parte, nos resultados da pesquisa “Crise, trabalho e novos fluxos migratórios (2008-2020)”, executada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com apoio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fapemig).

A partir dos achados da mencionada pesquisa, foi possível observar que os italianos continuam a integrar a história do trabalho no Brasil, ainda que seja, no presente momento, sem a relação direta e a profundidade de tempos passados.

Partindo desses resultados, o presente trabalho intentou perscrutar a relevância das imigrações italianas para o desenvolvimento do trabalho do Brasil neste tempo histórico em comparação com o início deste fluxo imigratório.

A intenção deste trabalho de dissertação não é trazer a resposta definitiva ou esgotar o tema da relação entre trabalho e migrações italianas na história do trabalho brasileiro, mas propor reflexões.

Esta dissertação ainda possui também como um objetivo secundário apresentar os resultados daquela pesquisa, enquanto produzida com base em sua coleta e análise de dados, buscando responder quais os efeitos da crise de 2008¹ sobre a imigração italiana para Minas Gerais.

Isso, para buscar responder a seguinte questão: *qual é a relevância da imigração italiana para a história do trabalho no Brasil?* Neste sentido, reflete sobre a categoria trabalho na filosofia de Karl Marx, discorrendo em torno da

¹ Refere-se à mais recente grande crise financeira do capitalismo, que se alastrou mundialmente após o dia 15/09/2008, quando, no USA, por volta de 1h45 da manhã, o banco Lehman Brothers (fundado em 1850) declarou falência, deixando para trás um débito de US\$ 691 bilhões e 25 mil funcionários desempregados.

dialética do trabalho em seus aspectos universal, ontológico, e particular, histórico, enquanto produtor de mercadorias no modo capitalista de produção.

Essa dissertação consiste em pesquisa aplicada de caráter descritivo, pelo método do materialismo histórico dialético, visando identificar as influências das imigrações italianas na história do trabalho e do Direito do Trabalho no Brasil.

Como dito, parte dos dados que subsidiam a presente dissertação foram obtidos a partir da pesquisa “Crise, trabalho e novos fluxos migratórios (2008-2020)”, executada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com apoio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fapemig). Nessa linha, naquela pesquisa foram aplicados questionários a imigrantes italianos chegados a partir de 2008 até o ano de 2020, que se registraram até 2017, no estado de Minas Gerais.

Optou-se por não percorrer uma linha histórica de todas as fases e fluxos migratórios dos italianos haja vista que inúmeros trabalhos se colocam com tal pretensão e técnica amplamente eleita em diversas áreas do conhecimento.

Para isso, não se pretende reconstruir nenhum caminho linear por onde o tema tenha se desenvolvido no tempo histórico, mas deixar que as reflexões flutuem livremente ao longo da exposição, o que representa a própria não linearidade da história e das concepções do núcleo da pesquisa.

No que concerne as técnicas de pesquisa, observa que os resultados serão apresentados de forma quantitativa e qualitativa, a partir da coleta de dados de fontes secundárias e primárias, o que inclui, quanto às primeiras, livros, artigos, teses, dissertações e outras fontes consideradas relevantes e seguras sobre o objeto de estudo e, quanto às segundas, de fontes oficiais de registros de imigrantes no país e da aplicação de questionários semiestruturados aos sujeitos da pesquisa.

O trabalho se estrutura em quatro capítulos. O capítulo 1 discorre sobre a questão do trabalho, o que seria trabalho a partir da concepção marxista de trabalho e a visão do trabalho após a reforma protestante. Reflexão necessária que subsidia a análise central, uma vez que a pesquisa se debruça sobre a relação entre imigrações, trabalho e Direito do Trabalho. A considerar a necessária análise crítica da questão e posição do trabalho no modo capitalista de produção, impõe partir de bases teóricas marxistas, inclusive da própria categoria trabalho a partir de Karl Marx.

No capítulo 2, a pesquisa passa a se debruçar sobre a dialética do trabalho, enquanto trabalho que ao mesmo tempo em que pune, também redime o trabalhador em diversos aspectos de sua existência.

O capítulo 3 introduz o tema da relação entre trabalho e migrações, focando a imigração italiana para o Brasil e o papel que esta exerceu sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, perfazendo um esboço histórico desse fenômeno até às lutas operárias, em especial de corrente anarquista, que resultaria no surgimento do Direito do Trabalho no país.

O último capítulo traz os resultados da pesquisa “Crise, trabalho e novos fluxos migratórios (2008-2020)”, realizada com o apoio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fapemig), seguido pelas considerações finais e o anexo contendo um artigo científico com a compilação de resultados dessa mesma pesquisa, como objeto de consulta complementar.

O presente trabalho não pretendeu esgotar a pesquisa acerca das imigrações italianas, mas tão somente observar o fenômeno no passado e no tempo recente, no pós-crise de 2008, traçando reflexões sobre as interrelações entre a imigração, no caso o fluxo migratório italiano, o trabalho e o surgimento do Direito do Trabalho no Brasil.

As mudanças no seio do movimento imigratório italiano para o Brasil sinalizam para a própria transformação no mundo do trabalho e inclusive do arcabouço social, político e jurídico que o sustenta e protege, agora mais frágil e flexível do que outrora, quando de seu aparecimento.

2 TRABALHO E REFLEXÕES SOBRE A SUA CONCEPÇÃO MARXISTA

O trabalho se inicia com breves considerações acerca do trabalho em uma perspectiva marxista. A observação do fenômeno migratório, o objeto deste estudo, leva à percepção do entrelaçamento do fato imigração e o trabalho humano.

Considerando que o trabalho humano se funda enquanto elemento central na sociedade moderna, e que se coloca como fundamental à própria vida humana, também na história do Brasil, conforme se verificará pelos aspectos trazidos ao texto, é possível reforçar as considerações de essencialidade do trabalho.

Nas duas fases seguintes passamos em primeiro lugar a reconstruir a concepção marxista do trabalho (humano) e em seguida, como a definição de trabalho se desenvolve após a reforma protestante.

2.1 O que é trabalho: a concepção marxista de trabalho

O estudo das relações sociais de trabalho, para a perspectiva da História Global do Trabalho², envolve não apenas o trabalho livre assalariado, mas também o trabalho não-livre (o trabalho em condições análogas à escravidão), o não remunerado ou o mesmo voluntário de algum modo explorado pelo capital, como pode ocorrer com o trabalho devocional etc.

Os movimentos sociais dos trabalhadores consistem tanto de organizações formais quanto de atividades informais. O estudo tanto das relações de trabalho quanto dos movimentos sociais requer que seja dada igual atenção ao “outro lado” (empregadores, autoridades públicas). - O estudo das relações de trabalho diz respeito não só ao

² “Em termos de status metodológico, sugeriria que uma “área de interesse” é envolvida, ao invés de uma teoria à qual todos devem aderir. Sabemos e devemos aceitar o fato de que nossas concepções de pesquisa e nossas perspectivas interpretativas diferem. Esse pluralismo não é apenas inevitável, como é também igualmente intelectualmente estimulante – contanto que estejamos preparados para, a qualquer momento, entrar em uma discussão séria sobre nossas visões divergentes. Independentemente de nossos diferentes pontos de partida, no entanto, devemos nos esforçar por trabalhar produtivamente nos mesmos”. A autoria não pretende aderir unicamente a essa perspectiva, mas apenas trazê-la como um dos referenciais teóricos para a discussão do tema. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n1p11/9164>. Acesso em: 11 out. 22.

trabalhador individual, mas também à sua família. Relações de gênero desempenham um papel importante dentro da família e em relações de trabalho envolvendo membros familiares individuais.- Em relação ao período estudado, penso que na História Global do Trabalho, a princípio, não há limites em relação à perspectiva temporal, no entanto, diria que, na prática, a ênfase está no estudo das relações de trabalho e dos movimentos sociais trabalhistas que se desenvolveram ao longo do crescimento do mercado global desde o século XIV. Entretanto, onde quer que indicado, para fins de comparação, estudos que recuem ainda mais no tempo não devem de maneira alguma ser excluídos. (LINDEN, 2004, p. 9-10).

Posto isso, como essa pesquisa analisa as intersecções entre trabalho, identidade, migrações e imigrantes italianos no Brasil, sob a perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico dialético, é oportuno iniciar pelo trabalho, a categoria ontológica e universal na obra de Marx.

A adesão teórico-metodológica ao materialismo histórico dialético exige a compreensão do historicismo concreto presente na obra de Marx e Engels, para os quais a produção material da vida engendra todas as formas de relações humanas e assim sendo, a categoria ontológica do trabalho torna-se imprescindível em qualquer estudo que se anuncie na perspectiva da totalidade histórica. O que os homens são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto também com o como produzem. (ALVES, 2010, p. 6).

A pergunta “o que é trabalho?” provoca inúmeras reflexões, discussões e sempre novas indagações a cada tentativa de sintetização de um conceito que é especialmente complexo. Sobre isso, Pedro Augusto Gravatá Nicoli observa que “Desde o mais profundo desprezo social a uma valia intrínseca, identitária do humano, os arranjos conceituais foram povoados de referenciais violentamente distintos”. (NICOLI, 2016, p. 23).

Nicoli (2016) aborda o trabalho em seus dois polos – “necessidade e pena” e “realização e valor”. Quanto à figuração da dor no primeiro polo do conceito dialético de trabalho no Ocidente, ele ressalta que “Seja, como visto, na simplória remissão etimológica ou no mais sofisticado retrato das civilizações, a representação do trabalho humano como necessidade, imposição, pena ou fardo, emerge muito precocemente”. (NICOLI, 2016, p. 26).

Uma concepção *unitária de trabalho* começa a encontrar condições para surgir quando o homem afirma sua individualidade, coloca-se como centro do mundo. Um mundo que já não lhe é externo; portanto, um mundo que não lhe cabe apenas contemplar, mas sobre ele agir, dominar, transformar, criar.

O homem passa da condição natural à condição de civilização quando a necessidade o obriga a submeter a natureza, através do trabalho, a fim de obter dela a satisfação dessas necessidades. (BATAGLIA, 1958).

Nos tempos modernos, trabalho e ser humano se imbricam de modo definitivo, moldando-se reciprocamente na *práxis* e no pensamento do homem. A época moderna³ é, assim, a “mais adequada para entender a noção de trabalho, enquanto vise a conceber toda a vida como atividade, e pois, como trabalho”. (BATAGLIA, 1958, p. 157).

Suzman (2022) afirma que o termo “trabalho” foi introduzido no glossário da ciência moderna por um matemático e engenheiro mecânico, o francês Gaspard-Gustave Coriolis (1792-1843).

Coriolis era, então, um aficionado pelo bilhar⁴, a ponto de se dedicar ao seu estudo científico, acreditando que esse jogo continha a revelação do infinito poder explicativo da matemática. De suas observações, em 1828, ele nomeou como “trabalho” o “processo pelo qual a energia é transferida por um braço, por meio de um taco, para empurrar bolas de bilhar por toda a mesa”. (SUZMAN, 2022, p. 27).

No tempo em que Coriolis nominou esse processo como “trabalho”, a ciência ainda não havia encontrado uma palavra adequada para descrever o conceito por trás do termo, embora esse conceito já houvesse sido amplamente descrito. “Alguns o chamavam de ‘efeito dinâmico’, outros de ‘força de labor’ e outros ainda ‘força motriz’”. (SUZMAN, 2022, p. 28). De tal forma que

Não apenas o termo “trabalho” descrevia exatamente o que os motores a vapor foram projetados para fazer, como também a palavra francesa para “trabalho” que é *travail*, tem uma qualidade poética que é ausente em muitas outras línguas. Ela conota não apenas esforço, mas também sofrimento, e assim então evocava as recentes tribulações do Terceiro Estado francês – as classes mais baixas – que haviam trabalhado por tanto tempo sob o jugo de aristocratas e monarcas perversos com mania de grandeza. (SUZMAN, 2022, p. 28).

³ O conceito de modernidade adotado nesta pesquisa será melhor explicitado no próximo capítulo.

⁴ O bilhar teria surgido de um jogo francês, o croqué, que, disputado em gramados de palácio franceses no Séc. XV, com uma espécie de martelo, bolas eram impulsionadas entre arcos e buracos. Durante o inverno, como a neve impedia essa prática esportiva, o jogo teria sido levado para os salões. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-diferenca-entre-bilhar-e-sinuca/>. Acesso em 05 out. 22.

Ocorreu assim, a um só tempo, um consenso geral entre os cientistas sobre a pertinência de “trabalho” como o vocábulo perfeito que, até então, todos ansiavam por encontrar.

Hoje, o termo “trabalho” descreve “todas as transferências de energia, desde aquelas que ocorrem em escala celestial, quando galáxias e estrelas se formam, até aquelas que ocorrem em nível subatômico”. (SUZMAN, 2022, p. 28).

Para James Suzman (2022), são justamente os diferentes tipos de trabalho que as coisas vivas podem realizar o que as diferencia dos seres inanimados. Nessa lógica, assim como faz Manuel Alonso Olea (1969) em sua “Introdução ao Direito do Trabalho”, desde logo, cabe também esclarecer que o trabalho de que aqui se trata é o trabalho feito pelo homem.

Está também, portanto, fora do escopo desta pesquisa o trabalho realizado por qualquer outro tipo de ser ou força, qualquer que seja, como o também faz Olea (1969), embora esses outros “trabalhos” possam-nos servir de referência ou exemplificação em algum momento. Olea menciona que “O essencial e o que qualifica o trabalho como humano é a presença do homem no ponto inicial, na base da atividade”. (OLEA, 1969, p. 22).

Isso, naturalmente, quanto ao trabalho manual, eis que, quanto ao trabalho intelectual, o requisito inicial de especificação está em sua exteriorização – entendido, por igual que ao não exteriorizado se pode denominar trabalho – mediante símbolos, dos quais o mais característico é a palavra, oral ou escrita. Admite-se, ainda, que a exteriorização por símbolos possa ostentar roupagens mais rudimentares – os gestos, por exemplo – ou mais diferenciadas, como as fórmulas matemáticas e, ainda, que a expressão “linguagem” possa englobar toda a exteriorização do trabalho intelectual. (OLEA, 1969, p. 22).

O mais relevante, neste momento, é a clareza com que Olea destaca a característica essencial que diferencia o trabalho humano dos demais trabalhos, ao distinguir, *no ponto inicial, na base da atividade, portanto, a presença do homem*.

Seja no trabalho manual, seja no intelectual, sendo que ambos funcionam de modo imbricado entre si, sempre se pressupondo a inteligência humana (OLEA, 1969), essa divisão tem preservado sua relevância social ao longo da história. Assim, tal como em Olea (1969), essa distinção “com toda sua

relatividade, é, entretanto, útil e realista e a haveremos de ter presente em outros aspectos deste estudo”. (OLEA, 1969, p. 23). Como também nesta pesquisa.

O trabalho do homem possui diferentes valores e abordagens de acordo com fatores históricos, culturais e econômicos, o que leva à produção de diferentes conceitos e concepções de trabalho.

Para a concepção marxista de trabalho⁵, presente a noção de transferência de energia, Karl Marx (2013) identifica o que para ele é uma *característica comum* de todos os trabalhos humanos: o *dispêndio de força humana*. “Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico” (MARX, 2013, p. 124).

No livro I do Capital, em 1867, Marx afirma, sobre o trabalho, que este “é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 255). O trabalho é, então, categoria fundamental na abordagem marxista da história, na medida em que se coloca como condição fundante do próprio ser social, a partir da mediação que realiza entre o homem e a natureza, de quem o homem é invariavelmente dependente.

Por determinar a própria condição humana, o trabalho seria, pois, uma condição eterna do *homem*. Sendo o criador de *valores de uso* enquanto *trabalho útil*, “o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. (MARX, 2013, p. 120).

Isso porque o homem não pode sobreviver, logo, não pode se *objetivar* e *tornar-se homem*, acaso sua relação com a natureza seja abolida. Relação esta que somente se efetiva pela *mediação* do trabalho.

⁵ “A concepção marxista é uma ciência à qual o pensador alemão Karl Marx deu o nome de materialismo histórico e cujo objeto são as transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção. Marx constrói uma dialética (do grego dois logos) materialista, em oposição à dialética idealista hegeliana. O materialismo dialético pode ser definido como a filosofia do materialismo histórico, ou o corpo teórico que pensa a ciência da história. Os princípios fundamentais do materialismo dialético são quatro: (1) a história da filosofia, que aparece como uma secessão de doutrinas filosóficas contraditórias, dissimula um processo em que se enfrentam o princípio idealista e o princípio materialista; (2) o ser determina a consciência e não inversamente; (3) toda a matéria é essencialmente dialética, e o contrário da dialética é a metafísica, que entende a matéria como estática e anistórica; (4) a dialética é o estudo da contradição na essência mesma das coisas”.(ALVES, 2010, p. 1).

Assim, o trabalho é abordado por Marx a partir de uma perspectiva fundamentalmente antropológica, na medida em que privilegia a centralidade do trabalho na formação do homem enquanto sujeito *individual* e *ser genérico*, dentro da tensão que se estabelece entre essas duas dimensões do ser humano.

Afim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. (MARX, 2013, p. 255).

Nessa tensão, a própria atividade do *indivíduo*, [o sou] enquanto *homem*, como a *própria língua no qual o pensador é ativo*, são dadas a ele como *produto social*, uma vez que

Sua manifestação de vida – mesmo que ela não apareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal*. (MARX, 2010, p. 107).

Desse modo, a própria existência do indivíduo é *atividade social*. (MARX, 2010, p. 107). O *indivíduo é o ser social*. Indivíduo e sociedade se imbricam e se transformam mutuamente, “(...) *assim como* a sociedade mesma produz o homem, *assim ela é produzida por meio dele*” (MARX, 2010, p. 107). Marx se contrapõe às perspectivas do individualismo, colocando o homem como produto e produtor da sociedade que habita.

São as relações sociais de produção da vida material, mediadas pelo trabalho, que determinam as transformações da sociedade e do indivíduo e não as transformações deste (o indivíduo) que transformam o mundo ao seu redor.

Segundo a perspectiva socialista de Marx, ele mesmo um *homem socialista*, compreende a *história mundial* como o engendramento do homem face ao trabalho humano, “enquanto o vir a ser da natureza para o homem”. (MARX, 2010, p. 114).

Referindo-se à *atividade produtiva*, Marx sustenta que “Abstraindo da determinidade da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta o fato de que ela é um dispêndio de força humana”. (MARX, 2013, p. 121). Em outras palavras, a atividade produtiva humana ou o trabalho humano são o gasto de energias humanas pelo qual o homem emprega seu corpo, braços, pernas, músculos, respiração e suas capacidades cognitivas para produzir algo anteriormente deliberado por sua mente, vontade e espírito.

Segundo Gyorgy Lukács, a vontade de satisfazer uma necessidade é o primeiro impulso para esse *pôr teleológico* (LUKACS, 2013, p. 78). Contudo, essa característica é comum tanto nos homens quanto nos animais. Entretanto,

Os caminhos começam a divergir quando entre necessidade e satisfação se insere o trabalho, o *pôr teleológico*. E nesse mesmo fato, que implica o primeiro impulso para o trabalho, se evidencia a sua constituição marcadamente cognitiva, uma que é indubitavelmente uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico quanto entre necessidade e satisfação imediata seja introduzido o trabalho como mediação. (LUKACS, 2013, p. 78).

Dessa forma, a *orientação para um fim* constitui a dimensão decisiva da distinção, ou, em suas palavras, *seu conteúdo ontológico essencial*, sendo que, na categoria trabalho, *o momento predominante é precisado pelo seu caráter marcadamente cognitivo*. (LUKACS, 2013).

Assim, considerando que mesmo uma aranha possa executar operações similares às praticadas por um tecelão, Marx elabora uma noção de trabalho somente na forma em que ele se distingue por pertencer tão-somente à espécie humana. “Pressupomos o trabalho numa forma em que diz respeito unicamente ao homem”. (MARX, 2013, p. 255).

Desse modo, Marx compara os trabalhos realizados por uma abelha e por um arquiteto, concluindo que “o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com cera” (MARX, 2013, p. 255-256). Logo, ao final do processo de trabalho (*atividade orientada a um fim*) o resultado é algo que já estava definido pela *representação* do trabalhador desde o início, sendo assim um *resultado que já existia idealmente*.

Neste ponto, Marx define a diferença entre o pior trabalho que um homem possa realizar e o melhor trabalho realizável por outros seres vivos, definindo assim, o que é, em sua concepção, o trabalho do homem. A atividade laboral humana é definida pela *vontade orientada a um fim*. “Os momentos simples do trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2013, p. 256).

Há, portanto, para Marx, três elementos que constituem sua concepção de trabalho humano: *atividade orientada para um fim, objeto do trabalho e os meios* utilizados pelo homem em sua efetivação. Assim, trabalho, no sentido marxiano, não é apenas *dispêndio de energia humana*. No homem, o dispêndio energético é dirigido para um fim anteriormente determinado e posto por sua consciência.

Referindo-se ao segundo elemento da categoria, o *objeto*, Marx toma a terra (inclusa a água) como o *objeto universal do trabalho*. Além da terra,

Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes. Assim é o peixe, quando pescado e separado da água, seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios. (MARX, 2013, p. 256).

Sendo assim, uma impensável quantidade de recursos pode servir como objetos do trabalho humano, dada a capacidade inesgotável da criatividade que o homem possui de imaginar e criar coisas novas. Fala-se aqui tanto de recursos materiais quanto intelectuais, já que o trabalho se desdobra sobre essas duas possibilidades de ação e criação.

Quanto ao elemento *meio*, Marx explica que “meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe servem de guia de sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 2013, p. 256).

Meios são, então, quaisquer elementos que o homem extraia da natureza para utilizá-lo como instrumento de trabalho. Um mesmo objeto pode ser, em tempos diferentes, tanto meio quanto produto do trabalho, como quando, após tê-lo criado, o homem o reempregue na construção de novos objetos úteis.

O trabalho surge como categoria de *mediação* entre o homem e a natureza na medida em que se coloca como “criador de valores de uso, como trabalho útil”, de tal modo que “o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. (MARX, 2013, p. 120).

Para Marx, portanto, trabalho é uma atividade especificamente humana, atividade que possibilita ao homem constituir o conjunto de atributos que o torna humano. Logo, não existe trabalho que não seja o trabalho humano ou, em outras palavras, somente o homem é capaz de trabalho, não o sendo nenhum outro ser vivo, nem mesmo as abelhas, engenhosas construtoras de colmeias.

Quanto a esse trabalho do homem, Marx elabora a diferenciação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Em alguma medida, todo trabalho é produtivo, pois produz coisas úteis, nos limites da utilidade de cada coisa produzida.

A distinção se coloca, assim, sob a lógica da produção capitalista. Nessa lógica, trabalho produtivo é aquele que, além do valor de uso, ou seja, o valor das coisas úteis, produz também o valor de troca, ou seja, a expressão do valor das coisas produzidas para serem trocadas como mercadorias no mercado capitalista.

O produto do trabalho é, em todas as condições sociais, objeto de uso, mas o produto do trabalho só é transformado em mercadoria numa época historicamente determinada de desenvolvimento: uma época em que o trabalho despendido na produção de uma coisa útil se apresenta como sua qualidade “objetiva”, isto é, como seu valor. (MARX, 2013, p. 137).

O trabalho produtivo é aquele que produz mercadorias, cujo conteúdo mais importante é o mais-valor. Na lógica capitalista, o mais-valor expressa o mais-trabalho, o trabalho excedente, isto é, a diferença entre o tempo socialmente necessário à produção da mercadoria e o valor pago pelo capitalista ao trabalhador pelo seu tempo efetivo de trabalho. Logo, trabalhador produtivo é aquele cujo trabalho produz mercadorias, segundo a teoria marxiana. Em outras palavras, o trabalho produtivo produz um valor que é maior do que o seu custo para o capitalista.

Já o trabalho improdutivo expressa o trabalho que não produz riqueza para o capitalista, ou seja, não produz mercadoria, conseqüentemente, não produz mais-valia, que é o fundamento do lucro no capitalismo.

No caso do trabalho improdutivo, a relação social de produção que o caracteriza diz respeito, do ponto de vista capitalista, apenas à produção de valores de uso sem que estes portem valores de troca, por detrás dos quais se esconde o valor, o trabalho social materializado na mercadoria. É um trabalho que se realiza na satisfação das necessidades dos seus compradores; ele não se finaliza em mercadoria vendável. É um trabalho que tem seu valor social, porém se revela improdutivo quando se está em questão a produção da riqueza imediata. É um trabalho que é consumido sem permitir que o comprador recupere o que nele foi despendido, pois ele não tem a propriedade de acrescentar mais valor (mais-valia). (MACHADO, 2010, s.p).

O trabalho possui dois sentidos que se unem dialeticamente, um positivo e outro negativo, podendo o trabalho ser sofrimento ou alegria, punição ou rendição, conforme as metamorfoses sofridas individual e coletivamente em seus diversos processos de avanço e retraimento.

Ricardo Antunes aponta que não existe em Marx uma *unilateralização* do trabalho, mas o reconhecimento de que o trabalho expressa essa *contradição entre positividade e negatividade*, que tanto pode *aviltar* quanto *humanizar*, ou seja, uma *processualidade contraditória*.

Assim, o trabalho pode tanto escravizar quanto liberar o ser humano. “Pode tanto emancipar quanto alienar. Isso depende, essencialmente, da forma como são plasmadas as relações sociais de produção. Assim tem sido ao longo da história humana”. (ANTUNES, 2009, 265). O que tem ocorrido, como afirma, Antunes, até mesmo muito antes do surgimento do capitalismo.

Já na Grécia antiga, em Hesíodo⁶, o trabalho, apesar de ainda descrito fatigante e penoso, por um lado necessário por ser consequência do pecado cometido por Prometeu, imposto como pena por Júpiter, por outro, adquire também uma nova conotação, como valor de redenção. Para o poeta, “Com trabalho os homens tornam-se ricos em rebanhos e opulentos, e trabalhando serás muito mais querido dos imortais”⁷.

⁶ Poeta grego que viveu nos anos 700 a.C.

⁷ Hesíodo, “O trabalho e os dias”. Disponível em:

<http://www.segestaeditora.com.br/download/ostrabalhoseosdias.pdf>. Acesso em: 07 out. 22.

A concepção de trabalho era intrinsecamente atada às sociedades gregas, ainda que não existisse ali um termo específico que correspondesse ao *trabalho como um conjunto coeso e singular de atividades*⁸. O que não quer dizer, contudo que

[...] não tenha existido uma noção verdadeira de trabalho. Outros vocábulos se encarregam de tipificar as formas do agir humano sobre o mundo, estabelecendo, assim, um panorama referencial. O termo *ponos* (πόνος), por exemplo, associa-se às atividades penosas, normalmente físicas, ligadas a uma inevitável degradação. Por outro lado, *érgon* (ἔργου), de sentido mais amplo, se relaciona às atividades produtivas e também ao seu resultado (obra) e, a despeito de variar significativamente em seus usos, associa-se normalmente à criatividade humana. (NICOLI, 2016, p. 26-27).

Na *polis*, socialmente hierarquizada, os cidadãos eram apenas minorias, e detinham o privilégio de participar da política, da filosofia e de ter a propriedade dos bens fundiários e imobiliários. Membros de menor *status* e mulheres não gozavam do direito à cidadania. (MIGEOTTE, 2005).

Aos escravos, que também não eram sempre numerosos, eram deixados todos os tipos de trabalhos e tarefas “inferiores”, desde trabalhos domésticos e agrícolas a serviços públicos. Também as mulheres deviam se incumbir das tarefas do âmbito doméstico, já que todas as atividades indesejáveis eram evitadas pelos homens-cidadãos.

Havia ainda tipos de servidão que abrangiam toda uma comunidade, em geral derrotada em guerra e submetida ao trabalho compulsório, podendo continuar a viver em suas terras, mas a serviço do vencedor. (MIGEOTTE, 2005).

Quanto aos estrangeiros, residentes ou de passagem na *pólis* da Grécia antiga, sua situação assemelhava-se à dos membros locais excluídos da cidadania, pois também não podiam obter propriedades ou participar da vida pública, salvo situações muito específicas.

Deveriam trabalhar, então, em busca de sua sobrevivência. Assim, “não tinham outra escolha senão praticar o artesanato e o comércio. Caso trabalhassem a terra, era como locatários ou diaristas”. (MIGEOTTE, 2005, p. 30).

⁸ Jean-Pierre Vernant *apud* Pedro Augusto Gravatá Nicoli, 2005, p. 26.

Segundo Bataglia (1958), Homero⁹ afirma que o trabalho humano é consequência do ódio dos deuses contra eles. Xenofonte¹⁰ diz ser o trabalho a retribuição pela venda dos bens concedidos aos homens pelos deuses. Homero descreve os deuses completamente imunes ao trabalho, embora suscetíveis a outras paixões tipicamente humanas.

Apesar disso, como alerta Leopold Migeotte (2005), deve-se evitar a simplificação, pois havia certas distâncias consideráveis entre o ideal e realidade nas sociedades gregas. Muitos cidadãos que não podiam ser proprietários fundiários, agricultores ou políticos, trabalhavam alugando seus serviços como operários ou praticando artesanato e comércio por conta própria. (MIGEOTTE, 2005).

Por igualmente não terem outra escolha, os estrangeiros, dedicados ao comércio, acabavam se destacando e enriquecendo com essa prática, o que lhes garantia, além da fortuna, honras e privilégios. Esses, outorgados por decreto, lhes conferiam também prestígio social, além de poderem prestar favores à polis em momentos difíceis, doando-lhe itens de necessidade básica ou vendendo seus produtos a preços mais baixos. (MIGEOTTE, 2005).

Não era somente por obrigação que os gregos se dedicavam ao comércio, todavia, já que a riqueza era bem-vista e respeitada, o que levava muitos cidadãos à prática do comércio.

O trabalho não era absolutamente desprezado, segundo Leopold Migeotte (2005), mas somente quando este era realizado por necessidade.

A situação mais degradante, que os filósofos apresentavam como uma perda de liberdade e uma forma de servidão, era o estado de dependência a que podia levar à pobreza: aquela do pequeno artesão-lojista sempre à mercê do cliente e, principalmente, aquela do *thète*, figura clássica do homem sem recursos que devia alugar seu trabalho a terceiros. (MIGEOTTE, 2005, p. 33).

Logo, era a figura do trabalho dependente, do trabalho por necessidade, o que era repellido pela sociedade grega antiga. Esse tipo de trabalho era

⁹ Homero (850 a. C.) foi um poeta épico da Grécia Antiga, autor das obras-primas "Ilíada" e "Odisseia", que narram as aventuras dos heróis gregos da guerra de Troia, e que tiveram grande influência na literatura ocidental. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/homero/>. Acesso em: 06 out. 22

¹⁰ Idem

praticado por quem não tinha outros meios de se prover a não ser empenhando diretamente seu próprio corpo físico na execução de suas atividades laborais.

No mundo romano, conforme Bataglia (1958), o trabalho recebe o mesmo desprezo, retratado em Sêneca e Cícero, os quais também relacionam o trabalho à fadiga e à vulgaridade, não sendo digno da *essência humana*. Também Pedro Augusto Gravatá Nicoli enfatiza que

O quadro não se altera substancialmente na experiência romana, naquilo diz respeito a uma visão essencial sobre os significados do trabalho. A despeito de profundas modificações na estrutura social e institucional, trabalhar é ainda cumprir o desígnio concreto da pura necessidade, sofrer, penar. (NICOLI, 2016, p. 28).

O trabalho na sociedade romana antiga, como na antiguidade grega, era em enorme medida a cargo de pessoas escravizadas que recebiam tratamento cruel e degradante, sendo coibidos por chicotes e privações de todo tipo.

Sendo assim, trabalhar, para essas pessoas, só poderia mesmo significar sofrimento e pena, como não pode deixar de ser para nenhum ser humano submetido, em qualquer época e lugar, à situação de escravidão ou de trabalho análogo à escravidão, uma vez que essa condição retira o que há de mais sagrado no trabalho – o seu sentido. É o que descreve Fiódor Dostoiévski no seguinte trecho de “Memórias da Casa dos Mortos”:

Mandavam-nos lá apenas para os presos não ficarem de braços cruzados, e os próprios presos compreendiam bem isso. Sempre cumpriam suas tarefas com apatia e morosidade, mas outras coisas aconteciam quando o trabalho em si era útil, valioso e, sobretudo, quando se podia arranjar, entrementes, esmola. Nesses casos, os detentos pareciam tomados de inspiração e, bem que não tirassem daquelas tarefas nenhum proveito, penavam de todas as forças – vi-o pessoalmente! – para terminá-las sem demora e da melhor forma possível; até mesmo o amor-próprio deles ficava, nesses casos, desafiado. (DOSTOIÉVSKI, 2016, p. 107).

É vital, portanto, que todo trabalho tenha algum sentido para quem o realiza, sob pena de se transformar de fato em um castigo divino que condena o trabalhador a uma labuta vazia e desesperadora. Assim, mesmo aqueles que são forçados ao trabalho, como condenados, necessitam sempre desse sentido, embora o alívio que sintam no trabalho possa ser fugaz e desapareça assim que o trabalho esteja terminado.

2.2 O trabalho após a Reforma Protestante

O período medieval iniciará um *gradual processo de requalificação conceitual* do trabalho. Para Nicoli,

o medievo se incumbiu de recolocar e fortalecer a dualidade característica do conceito de trabalho, por recuperar a criatividade como elemento inerente. Todavia, tal formulação não se universaliza em uma sociedade de base feudal e servil, na qual um considerável desprezo ao trabalho ainda predomina. (NICOLI, 2016, p. 28).

Até o surgimento da Reforma, o trabalho, na perspectiva católica, era tido como punição, pena, expiação do pecado original, portanto, uma acepção negativa, oposta à nova dimensão que a ética protestante trouxe para romper as barreiras do tradicionalismo.

Martinho Lutero (1483-1546)¹¹ possui grande relevância na formação da ideia moderna da vida, pregando a salvação pela fé em Cristo e nos seus méritos. Ao declarar o resgate do mundo, faz com que por toda parte surja uma ideia nova, que se ligará definitivamente ao calvinismo: o trabalho como serviço divino, como *vocação*. Para Lutero, Deus age através dos homens, que atuando nas mais diversas e humildes atividades, revela em si a *vocação* divina. (BATAGLIA, 1958).

O trabalho é instrumento de Deus, logo, a economia do trabalho é elevada a um novo patamar, de alta significação, de modo que toda obra, por mais simples e humilde, revela a *vocação* divina do homem. Quando ligando a um valor religioso, liga o homem a Deus.

Em Lutero, o trabalho não tem valor em si, não é reconhecido por seu papel e sua importância econômica. Certamente, o termo “*vocação*” (*Beruf*), até aquele momento reservado apenas às vocações religiosas, assume com ele uma nova extensão: designa a tarefa que cada um recebe de Deus aqui na Terra conforme o estatuto (*Stand*) que ocupa na sociedade. (WILLAIME, 2005, 67).

Apesar de não ver no trabalho o signo do pecado original de Adão, Lutero também não confere a santificação que será conferida por Calvino, ainda que, em Lutero, o trabalho se revista de alta dignidade.

¹¹ Martinho Lutero foi um monge agostiniano. Uma das figuras centrais da Reforma Protestante.

Para Lutero, o trabalho faz parte das ordens da criação (*Ordnungen*) pelas quais Deus organiza o mundo e às quais o homem pertence: ele se inscreve ao lado da família, do Estado e da Igreja como elemento fundamental da ordenação divina do mundo. A ética do labor (*Berufssittlichkeit*), de Lutero, permaneceu tradicional. (WILLAIME, 2005, 67).

Assim, o que a ideia de Lutero pretendia era que cada indivíduo desse sua própria condição, obedecendo à ordem divina das coisas, dentro dos parâmetros de uma sociedade conservadora. Como resumido por Weber, o homem deve *aceitar* sua profissão como aceitaria um *decreto divino*, devendo se *curvar* a ela como se fosse o seu *destino*. (WILLAIME, 2005).

João Calvino (1509-1564) elabora uma nova concepção do trabalho, ao se interessar mais do que Lutero pela vida econômica e social. “Ao mesmo tempo em que recusa a salvação pelas obras em nome da justificação pela fé – ponto sobre o qual todos os reformadores concordam -, Calvino preconiza a ação que decorre da fé”. (WILLAIME, 2005, 69).

À ideia de Lutero, Calvino acrescentará a necessidade de que o trabalho não apenas seja dotado de valor religioso, mas, essencialmente, de valor econômico, pois é o resultado econômico do trabalho o que comprova a bênção divina. Quanto mais riquezas produz o trabalho, maior é a graça, mais perfeita é a comunhão com Deus. (BATAGLIA, 1958).

Embora os homens apareçam divididos e incomunicáveis entre os eleitos e os réprobos, o que poderia conduzir a uma inação absoluta, já que a predestinação, teoricamente, é o oposto da liberdade, o resultado foi o extremo oposto: eles se sentiram mais livres e exaltados, quanto mais se submetiam ao trabalho árduo e incessante. (BATAGLIA, 1958).

Segundo López-Ruiz, em Max Weber, “Para a existência do capitalismo moderno, e este é o ponto central da tese weberiana, é necessária a existência de um ‘espírito’ que estabeleça um patamar de valores compartilhados pela maioria”. (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 101). Assim, Weber

Apresenta o trabalho humano, inclusive o trabalho “ordinário” quando feito com devoção e esperança, como uma atividade redentora, até mesmo como um instrumento mundial de salvação. Quando Lutero rompeu sensacionalmente com a autoridade eclesiástica, declarando “a todo homem, seu próprio padre”, o calvinista puritano encontrou nesse apelo uma significação redentora que, uma vez incorporada e

institucionalizada, contribuiu consideravelmente para o progresso da modernidade sem, por isto, ser sua causa. (TIRYAKIAN, 2005, p. 217).

A partir da Reforma, a *ética protestante* ressignifica o trabalho conforme era compreendido pela doutrina do catolicismo, retirando-lhe dos perímetros negativos da moral católica de penalidade e sacrifício, dando-lhe a conotação positiva de *vocação*. Dessa forma,

a noção de vocação acaba tendo a função de *mediação* entre as duas grandes ordens, a temporal e a religiosa. Isto pode ser visto mais claramente no âmbito da ética: os princípios, valores e normas da ética religiosa influenciam a comunicação entre as duas ordens. Contudo, os princípios, valores e normas de uma e outra ordem não são os mesmos (e isto é um dado importante que não pode ser confundido), uns não são simples reflexos dos outros; existem duas ordens, embora uma tenha exercido forte e decisiva influência na formação e instituição da outra.” LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 107).

López-Ruiz observa que Weber pretendeu provar que a ideia de profissão como *vocação* foi a base para a conduta de vida racional que se fez elemento constitutivo do espírito capitalista moderno.

O trabalho é concebido por essa ética como *fim em si mesmo*, em razão de um comportamento rigidamente racional, rigoroso e pragmático. Ele se refere a uma nova ética, uma nova forma de autorregulação e condução da vida conforme *as formas econômicas prevalecentes*. Uma *maneira de viver*, de acordo com um *ethos*, o *ethos* que é característico do capitalismo. (LÓPEZ-RUIZ, 2007).

Ainda que Weber não dê uma definição explícita do que entende por *ethos*, é possível afirmar que esse conceito é usado por ele no sentido de uma *ordem normativa interiorizada*¹², isto é, como foi salientado acima, no sentido de máximas éticas para guiar a conduta, ou de representações normativas apoiadas na crença em valores que orientam o sentido das ações e, por conseguinte, a forma como as pessoas conduzem suas vidas. Quando Weber fala em *ethos*, por outra parte, o faz sempre aludindo, de uma ou outra maneira, a uma “mentalidade econômica”, “*ethos* de um sistema econômico”, *ethos* econômico moderno”, “*ethos* capitalista”, “*ethos* profissional burguês”, “*ethos* capitalista burguês moderno”.¹³ (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 99).

¹² Chekaoui, (1990, p. 886), nota do autor.

¹³ Cf. Weber, (1996, p. 20, 37, 38, 70 n. 34, 129-130, 136, 212), nota do autor.

Oswaldo López-Ruiz esclarece que esse *ethos* capitalista, que expressa uma conduta, um estilo de vida, diz respeito a um *habitus*. Weber só o emprega posteriormente a seus trabalhos sobre o espírito do capitalismo, em polêmicas mantidas com seus críticos. “Na primeira resposta a Rachfahl, Weber refere-se ao espírito do capitalismo como ‘aquele *habitus* particular, ao qual eu (*ad hoc* e simplesmente em função dos meus próprios propósitos) chamo de ‘espírito do capitalismo’”. (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 99).

Como esse autor chama a atenção, em algumas passagens, o próprio Weber diz o que seria esse *espírito do capitalismo*. “(...) o caráter de uma máxima de conduta de vida eticamente coroada. {É nesse sentido específico que o conceito de espírito do capitalismo é utilizado aqui. [Do capitalismo moderno, naturalmente.]}” (WEBER, 2004, p. 45). Weber fala de *conduta de vida* e de *concepção de vida*. (WEBER, 2004, p. 96).

Essa ética, para López-Ruiz, favorece a *valorização racional do capital no âmbito da empresa*, como também impulsiona a *organização capitalista racional do trabalho*. (LÓPEZ-RUIZ, 2007).

A partir desse *ethos*, “Encontra-se, no calvinismo, uma insistência particular sobre a necessidade da santificação, da obrigação, para o cristão, de manifestar sua regeneração por meio de obras, de demonstrar o amor divino levando uma vida exemplar”. (WILLAIME, 2055, 70). Tanto era assim, que Calvino coloca o trabalhador, entre todas as coisas do mundo, como aquela mais semelhante a Deus. (WILLAIME, 2055). Por isso mesmo é que

não foram geralmente especuladores temerários e sem escrúpulos, aventureiros econômicos, desses que se encontram em todas as épocas da história da economia, nem simplesmente “ricos”, os agentes que deram essa guinada aparentemente discreta e no entanto decisiva para que na vida econômica se impusesse esse novo espírito, mas sim homens criados na dura escola da vida, a um só tempo audazes e ponderados, mas sobretudo sóbrios e constantes, sagazes e inteiramente devotados à causa, homens com visões e “princípios” rigorosamente burgueses. (WEBER, 2004, p. 61-62).

O próximo passo será dado pelo puritanismo.

Nascido na Inglaterra sob o reinado de Elisabeth I (1558-1603), o puritanismo designou a sensibilidade daquelas e daqueles que almejavam uma reforma religiosa mais ousada no sentido de um culto mais despojado (eles insistiam mais no sermão do que na liturgia e nos

sacramentos) e de um maior rigor moral (pregando, por exemplo, o respeito estrito ao domingo”. (WILLAIME, 2005, 77).

Para o puritanismo, a observância da lei de Deus era semelhante à observação dos termos de um contrato. A ideia de contrato, tanto quanto a de vocação serão desenvolvidas por puritanos como “William Perkins (1558-1602), o maior teólogo calvinista à época da rainha Elisabeth I, e Richard Baxter (1615-1691), o grande teólogo inglês”. (WILLAIME, 2005, 80).

Perkins irá transformar significativamente o pensamento reformista ao introduzir a “teoria da ‘grande cadeia do ser’ pela noção de ‘cadeia do mandamento’ (ou do ‘voluntarismo universal’): ‘a vocação e o ofício substituem o nascimento e o estatuto’”. (WILLAIME, 2005, 80).

Tal como Calvino, Perkins era receptivo à mudança de profissão, ancorando-se em exemplos bíblicos. “Amós, pastor antes de se tornar profeta; os discípulos pescadores, antes de se tornarem apóstolos; o próprio Jesus, marceneiro antes de cumprir sua missão messiânica”. (WILLAIME, 2005, 80).

Observa Jean-Paul Willaime que aquela concepção de trabalho como vocação só poderia mesmo interessar aos pequeno-burgueses, artesãos e agricultores que também estavam se transformando em empresários, isso no fim do século XVIII e início do século XIX.

Ao longo do extenso percurso histórico percorrido pelo trabalho, ele foi celebrado por poetas e escritores, cantado em prosa e verso, porém sempre guardando essa dialética impressa em seus sentidos de modo aparentemente inexorável.

Era uma vez,
 Uma formiga
 E uma cigarra.
 A cigarra queria ser famosa,
 A formiga queria ser rica.
 A formiga era *workaholic*.
 A cigarra, muito talentosa.
 A cigarra cantava enlouquecida,
 Na esperança de ser ouvida.
 A formiga trabalhava o tempo inteiro,
 Esperando prestígio e dinheiro.
 Ao fim de suas vidas,
 Fracasso e sucesso,
 Dor e alegria.
 A cigarra, famosa e histérica.
 A formiga, rica e anoréxica.
 Ambas morreram
 Em meados da primavera.

Uma, de Baygon.
A outra, de pneumonia.
(Tallu Fernandes, A margem que ladeia o
rio, 2016)

3 A DIALÉTICA DO TRABALHO NO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO

O trabalho que pune é o trabalho que subjuga o homem e o condena a uma existência vulgar e indigna de sua condição humana, em termos marxistas, o *trabalho estranhado*. O trabalho, um atributo pessoal do homem, pertence unicamente a ele, no entanto, quando passa a pertencer a outro, deixa de cumprir sua função de atividade fundante do ser humano que trabalha.

Por esse motivo, a sua alienação condena o próprio homem a uma situação de descontrole sobre sua vida, impelindo-o a agir sob o comando daquele que domina o modo como seu trabalho deve ser prestado e o destino final do produto de sua atividade laboral.

Nesta seção, trataremos da dialética do trabalho, sob seus aspectos de punição e rendição do homem enquanto fazedor de objetos de uso e fabricante de mercadorias.

3.1 O trabalho que pune

O termo trabalhar, em sua origem latina, *tripaliãre*, possui o sentido de “torturar com o *tripãliu*. Segundo José Pedro Machado, “este de *tripãlis*, derivado de *tres* + *palus*, pois aquele instrumento de tortura era formado por três paus”. (MACHADO, 1987, p. 320).

Felice Bataglia (1958), contribui com a explicitação do tema “trabalho” ao enumerar uma série de idiomas nos quais a palavra expressa o sentido de punição, pena, dor, sofrimento, fadiga, entre outros.

Basta pensar no grego *πῶνος*, que significa, em primeiro lugar, fadiga, portanto trabalho, e por traslado, obra fatigosa, coisa conseguido com o trabalho que é fadiga, onde, como tantas vezes se apontou, o aspecto dominante e primário é isso que nós dizemos “travaglio” (trabalho). Observam os etimologistas que a raiz do grego *πῶνος* é a mesma do latim *poena*. E analogicamente é preciso dizer do latim *labor* e do francês *travail* do verbo *travailler*, procedente do baixo latim *tripaliare*, “torturar com o *tripalium*” e, portanto, “*fatigar*, trabalhar”. Assim também é *besogne* (cf. it. *Bisogna* [tarefa]) é isso que é preciso fazer enquanto é dever fazê-lo, mesmo que não o façamos com gosto, é trabalho devido executado sem agrado. Também o alemão *Arbeit*, os ingleses *labour* e *work* apresentam a mesma problemática, o que nos leva a concluir que não é o termo que ilumina o conceito, mas é o

conceito ou são conceitos que dão sentido ao termo. (BATAGLIA, 1958, p. 18).

Vê-se que a palavra, em diferentes idiomas, guarda o mesmo sentido de sofrimento para o ser humano que trabalha, sendo associada, desde a Grécia e Roma antigas até os dias atuais, a castigos, penalidades, e à condição de sujeição, subordinação, ausência de liberdade e autonomia, escravidão.

Como dito, trabalhar podia significar, do latim *tripaliare*, “torturar com o *tripalium*” e, portanto, “*fatigar*, trabalhar”, segundo uma das origens etimológicas da palavra. *Tripalium* era, assim, o nome dado pelos romanos tanto a um instrumento de tortura, dando-lhe a conotação de morte, quanto a um utensílio para bater trigo, portanto, fonte de vida, guardando-se, assim, no termo originário da palavra trabalho, a sua ambiguidade de utilidade e pena, vida e morte. (VIANA e TEODORO, 2017).

Na experiência histórica, o desprezo ao trabalho põe-se em associação à negativa de um reconhecimento institucional pleno daqueles que, por diversas razões, são compelidos ao trabalho. Sustentam-se, então, estruturas de opressão e desumanização, espelhadas em arranjos de divisão social do trabalho que, a despeito de graus variados, resultam numa desvalorização sistemática daqueles que o executam. Assim, a exclusão institucional e a degradação dos trabalhadores como sujeitos não constituem nenhuma novidade histórica. (NICOLI, 2016, p. 28-29).

Essa concepção de trabalho como algo desprezível, não em-si, mas em razão do estado de necessidade e submissão em que se situam os homens que a ele estão obrigados, foi predominante no modelo social da Antiguidade.

A visão grega da vida exalta o domínio de um pensamento puro, voltado para si mesmo, imanente, atividade essencialmente contemplativa, desvinculado de qualquer contato com a natureza, a matéria, sempre alheio ao incessante desenrolar dos fenômenos. (BATAGLIA, 1958).

O homem livre era aquele capaz de saber, conhecer, compreender. É aquele destinado a contemplar, ainda que momentaneamente, em raros instantes ao longo da vida, a experiência da existência divina.

Sendo Deus a pura contemplação, e sendo o homem livre semelhante a Deus, seu destino não pode ser outro senão a vida contemplativa, pela qual purifica-se das vicissitudes da matéria, na medida em que se entrega à

investigação especulativa, donde se pretende a posse de uma realidade que é, em si mesma, puro pensamento. (BATAGLIA, 1958).

Já na modernidade, Marx irá abordar o trabalho como valor, mas também como pena, por meio da categoria *trabalho alienado ou estranhado*. “‘Atividade’ (*tätigkeit*), ‘divisão do trabalho’ (*Teiling der Arbeit*), ‘troca’ (*Austausch*), e ‘propriedade privada’ (*Privateigentum*) constituem os conceitos-chave dessa abordagem da problemática da alienação”¹⁴. (MÉSZÁROS, 2016, 78).

O ponto de convergência dos aspectos heterogêneos da alienação é a noção de trabalho (*Arbeit*). Nos *Manuscritos de 1844*, considera-se que o trabalho, tanto em geral - como “atividade produtiva”: a determinação ontológica fundamental da “humanidade” (*menschliches Dasein*”, isto é, modo de existência realmente *humano*) – quanto em particular, possui a forma da “divisão do trabalho” capitalista. É nesta última forma – a de atividade estruturada em termos capitalista – que “trabalho” é a base de toda alienação. (MÉSZÁROS, 2016, 78).

O trabalho que pune, nas sociedades ocidentais modernas, é o trabalho alienado. O modo de produção capitalista forjou-se pela expropriação do trabalhador dos seus meios de produção, tirando-lhe a terra, os instrumentos de trabalho e, por fim, o objeto de seu trabalho e com isso, expropriando-o de si mesmo, colocando-o em situação de eterna *servidão*.

Este fato não exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente*, do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entausserung*). (MARX, 2010, p. 80).

Como elucida Mézszáros, o conceito de alienação possui quatro dimensões dominantes¹⁵:

¹⁴ “O trabalho (a atividade produtiva) é o único e exclusivo fator absoluto em todo o complexo: TRABALHO – DIVISÃO DO TRABALHO – PROPRIEDADE PRIVADA – TROCA. (É absoluto porque o modo de existência humano é inconcebível sem as transformações da natureza levadas a cabo pela atividade humana). Conseqüentemente, qualquer tentativa de superar a alienação deve definir-se em relação a esse absoluto como contraposta à sua manifestação na forma alienada.”. (MÉSZÁROS, 2016, 79).

¹⁵ Para mais sobre o conceito de alienação, ver István Mézszáros “A teoria da alienação em Marx”, Boitempo, 2016.

“a) o ser humano está alienado da *natureza*; b) ele está alienado de *si mesmo* (de sua própria *atividade*); c) do seu ‘*ser genérico*’ (do seu ser como membro do gênero humano); d) o ser humano está alienado do *ser humano* (dos demais seres humanos). (MÉSZÁROS, 2016, 20).

O trabalho alienado pune porque não garante condições ideais de vida aos trabalhadores. “O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador”. (MARX, 2010, 82).

Na realidade, atual, por exemplo, a Fundação João Pinheiro¹⁶ calculou, que o déficit habitacional no Brasil tenha chegado ao número 5,8 milhões de moradias em 2022¹⁷.

Além da alienação e da desigualdade social, o trabalho na modernidade pune com o adoecimento físico e psíquico. O ambiente laboral, longe de ser salubre, é local muitas vezes de medo, fadiga extrema, exposição a elementos nocivos e perigosos à saúde, sujeição a situações de abuso físico e mental. O meio ambiente do trabalho pode levar à loucura. Nessa acepção

Deve-se levar em consideração três componentes da relação homem-organização do trabalho: a fadiga, que faz com que o aparelho mental perca sua versatilidade; o sistema de frustração-agressividade reativa, que deixa sem saída uma parte importante da energia pulsional; a organização do trabalho, como correia de transmissão de uma vontade externa, que se opõe aos investimentos das pulsões e às sublimações. (DEJOURS, 1992, 122).

Christophe Dejours ressalta aqui o papel da organização do trabalho no adoecimento no trabalho. De fato, desde que o capital assumiu o controle dos meios de produção, jamais se preocupou com a saúde dos trabalhadores, bastando-lhe que o saldo entre perdas de vidas e ganhos econômicos seja positivo para o último.

¹⁶ Criada em 1969, a Fundação João Pinheiro é uma instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

¹⁷ O conceito básico de déficit habitacional utilizado pela Fundação João Pinheiro, parceria do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), está relacionado diretamente às deficiências do estoque de moradias, além de englobar aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física. Dentro desses conceitos, elas precisam ser repostas. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela/o-que-e-o-deficit-habitacional>. Acesso em: 08 out. 22

Assim sendo, as políticas de recursos humanos não são simples operações racionais de organização da produção, mas *práticas ideológicas*. Enquanto tal, as políticas de recursos humanos *ocultam os objetivos de lucro e dominação* das organizações

Não podemos dissociar os procedimentos, os dispositivos e o discurso destes dispositivos, da maneira como funciona, como são vividos pelos indivíduos. Os dispositivos operacionais e a ideologia estão indissolivelmente ligados: eles têm como função fazer interiorizar certas condutas e, ao mesmo tempo, os princípios que os legitimam. (PAGÈS et al, 1993, p.98).

Essas práticas favorecem a manutenção de um ambiente de trabalho prejudicial ao bom desenvolvimento do espírito humano, levando os trabalhadores aos limites de suas capacidades neurológicas, emocionais e psicológicas.

São situações em que trabalhadores e trabalhadoras, sob a mediação do trabalho e da carreira, estando *condenados a vencer* (PAGÈS et al, 1993), têm de conviver diariamente com humilhações, racismo, xenofobia, homotransfobia, machismos, preconceitos de classe e regionalistas, enfim, toda sorte de motivos discriminatórios.

Além disso, devem suportar, por si mesmos, cargas de trabalho excessivas e altas pressões, de um lado e, de outro, seus desejos íntimos de liberdade e autonomia. (PAGÈS et al, 1993).

A consequência são vidas encurraladas em situações limítrofes que testam dia após dia os nervos e a carne do homem. “O defeito crônico de uma vida mental sem saída, mantido pela organização do trabalho, tem provavelmente um efeito que favorece as descompensações psiconeuróticas”. (DEJOURS, 1992, 122).

Quel ragazzo scomparso al mattino non torna.
 Ha lasciato la pala, ancora fredda, all'uncino
 (era l'alba)
 nessuno ha voluto seguirlo:
 s'è buttato su certe colline.
 Un ragazzo dell'età che comincia a staccare bestemmie,
 non sa fare discorsi.
 Nessuno ha voluto seguirlo.
 Era un'alba bruciata di febbraio,
 ogni tronco del colore del sangue aggrumato.
 Nessuno sentiva nell'aria il tepore futuro.
 Il Mattino è trascorso
 e la fabbrica libera donne e operai.

Nel bel sole qualcuno si stende
 a mangiare affamato.
 Ma c'è un umido dolce che morde nel sangue
 e alla terra dà brividi verdi.
 Si fuma e si vede che il cielo è sereno, e lontano.
 Le colline sono viola.
 Varrebbe la pena di restarsene
 lunghi per terra nel sole.
 Ma a buon conto si mangia.
 Chissà se ha mangiato quel ragazzo testardo ?
 Dice un secco operaio che
 va bene, la schiena si rompe al lavoro
 ma a mangiare si mangia.
 Si fuma persino.
 L'uomo è come una bestia, che vorrebbe far niente.

Son le bestie che sentono il tempo
 e il ragazzo l'ha sentito dall'alba.
 E ci sono dei cani che finiscono marci in un fosso :
 la terra prende tutto.
 Chi sa se il ragazzo finisce lungo un fosso, affamato ?
 E' scappato all'alba senza fare discorsi
 con quattro bestemmie,
 alto il naso nell'aria.
 Ci pensano tutti
 aspettando il lavoro,
 come un gregge svogliato.

O rapaz que sumiu de manhã não retorna
 Pendurou sua pá, ainda fria, no gancho
 -na alvorada -, e ninguém se animou a segui-lo:
 abalou para certas colinas. Um jovem,
 nessa idade que dão para suas blasfêmias,
 não é hábil no verbo. Ninguém
 se animou a segui-lo. Era um dia gelado
 -fevereiro- em que os troncos parecem de sangue
 ressecado. Ninguém pressentia na brisa
 o futuro calor.
 A manhã transcorreu;
 operários, mulheres, são soltos da fábrica.
 No sol lindo, há os que- em meia hora o trabalho
 recomeça - se estendem famintos e comem.
 Mas se sente a umidade que morde no sangue,
 com um verde arrepio na terra. Uns fumam
 e contemplam a calma do céu; na distância
 as colinas são roxas. Seria um prazer
 continuar estendido no chão sob o sol.
 Mas comer já está bom. Vai saber se o rapaz
 tão teimoso comeu. Diz um magro operário
 que está bem, o trabalho nos quebra a coluna,
 mas comer nós comemos. Fumamos, até.
 O homem é como uma besta: não quer fazer nada.
 São os bichos que sentem o tempo, e o rapaz
 o sentiu na alvorada. E há ainda uns cachorros
 que terminam fedendo em um poço: é que a terra
 toma tudo. Quem sabe o rapaz não termina
 em um poço, faminto. Escapou na alvorada
 sem palavras bonitas, com quatro blasfêmias,
 de nariz empinado.

Esperando o trabalho
todos pensam no jovem, como um gado sem fibra.
(Cesare Pavese, Trabalhar cansa, 2022)
Tradução livre

O assédio moral é outro sério fator de punição do trabalho. O *reino da necessidade* é o reino da sujeição do mais fraco ao mais forte, sob circunstâncias que podem se tornar insuportáveis e levar ao adoecimento psicossomático.

As agressões sofridas sucessivamente por certos períodos de tempo no ambiente laboral são degradantes e incompatíveis com os ideais liberais de trabalho livre, assalariamento e livre-iniciativa. Ainda assim, o assédio é uma prática comum de dominação no ambiente de trabalho.

Após um certo período de evolução dos procedimentos de assédio, os distúrbios psicossomáticos passam quase sempre ao primeiro plano. O corpo registra a agressão antes do cérebro, que se recusa a enxergar o que não entendeu. Mais tarde, o corpo acusará o traumatismo, e os sintomas correm o risco de prosseguir sob a forma de estresse pós-traumático. O desenvolvimento dos distúrbios psicossomáticos é impressionante e grave, e de crescimento muito rápido. Acontece sob a forma de emagrecimentos intensos ou então rápidos aumentos de peso (quinze a vinte quilos em alguns meses), distúrbios digestivos (gastrites, colites, úlceras de estômago), distúrbios endocrinológicos (problemas de tireoide, menstruais), crises de hipertensão arterial incontroláveis, mesmo sob tratamento, indisposições, vertigens, doenças de pele etc. (HIRIGOYEN, 2002, p.161).

O trabalho que pune é também o trabalho que deforma o homem, física e subjetivamente. O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região informa que de acordo com dados do Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho (SmartLab), da OIT e do Ministério Público do Trabalho (MPT), o Brasil registrou 2,5 mil óbitos e 571,8 mil Comunicações de Acidente de Trabalho (CATs) durante o ano de 2021. Segundo o Tribunal, esses números expressam um aumento de 30%, comparados a 2020.¹⁸ “

Neste estágio, apresenta-se o domínio do ser humano pela economia e a submissão da vida ao poder de morte, que também se manifesta na definição de “doenças negligenciadas” ou “doenças da pobreza”, o que, na essência, implica definir que vidas serão negligenciadas, por

¹⁸ Disponível em:

<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/501143#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Observat%C3%B3rio%20de,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20anterior.>
Acesso em: 09 out. 22

não serem importantes economicamente. (ALMEIDA e RABÊLLO DE ALMEIDA, 2020, p. 27).

Além desses sofrimentos já citados que punem os trabalhadores em seus ambientes de trabalho, Dejours cita ainda *o medo da incompetência, a pressão para trabalhar mal, a falta de esperança de reconhecimento*. (DEJOURS, 2007).

Por mais que o trabalho seja a principal fonte da riqueza social, ele produz, por outro lado, pobreza, adoecimento e degradação para os trabalhadores mais pobres e para aqueles que não conseguem trabalho. O Brasil, por exemplo, vive neste momento alerta máximo contra a miséria.

O trabalho também pune quando se nega ao homem. O nível de desemprego atual no Brasil é de 9,3%¹⁹. “O trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade”. (MARX, 2010, 82).

Segundo dados mais recentes (Oxfam Brasil²⁰), 33,1 milhões de pessoas estão passando fome no Brasil. A situação se agravou entre os anos de 2020 e 2022, período em que o mundo enfrentou a Pandemia do Covid-19 e o Brasil, um retrocesso econômico e político-social.

Se a riqueza da sociedade estiver em declínio, então o trabalhador sofre ao máximo, pois: ainda que a classe trabalhadora não possa ganhar tanto quanto a [classe] dos proprietários na situação próspera da sociedade, *nenhuma sofre tão cruelmente com o seu declínio como a classe dos trabalhadores*”. (MARX, 2010, 25).

De fato, a queda geral das riquezas impacta de modo muito grave as classes sociais mais baixas. Todavia, não é o empobrecimento geral em si, mas são as desigualdades sociais o que mais alarga o abismo das condições de vida e trabalho entre aqueles que produzem e aqueles que se apropriam das riquezas produzidas. Em 2018, o Brasil era o oitavo país mais desigual do planeta²¹.

¹⁹ Segundo trimestre de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/noticias/trabalho-e-previdencia/08/desemprego-cai-de-11-1-para-9-3-no-2o-trimestre-de-2022>. Acesso em: 08 out 22

²⁰ Disponível em: https://www.oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome-2022/?gclid=CjwKCAjwv4SaBhBPEiwA9YzZvC8tjMhLMwG9M3T2p9hBgufAKxKo9vmgEurMDtYz1CEES1URtB2C_hoCXgwQAvD_BwE. Acesso: 08 out 22

²¹Disponível em: https://www.oxfam.org.br/blog/a-epidemia-de-desigualdade-no-brasil/?gclid=CjwKCAjwv4SaBhBPEiwA9YzZvM2fJ_W9w9_ZGXR4X5ujVNxymdSJBGonHKBWK_Dyms3tfPQ9WyxUxoCeJ4QAvD_BwE. Acesso em: 08 out. 22.

Em 2021, segundo estudo lançado pelo Laboratório das Desigualdades Sociais (World Inequality Lab)²², os 10% mais ricos no Brasil ganhavam quase 59% da renda nacional; a metade mais pobre no Brasil possuía menos de 1% da riqueza total; o 1% mais rico possuía quase a metade da fortuna patrimonial brasileira; e os 50% mais pobres ganhavam 29 vezes menos do que os 10% mais ricos.

O desempregado é um homem em busca de sua dignidade roubada em um mundo em que ser digno é ter trabalho, emprego. É também um homem perdido de sua consciência coletiva, como um soldado à procura de suas armas e de sua causa em meio a uma guerra em andamento. Para Márcio Túlio Viana, ele vem *acompanhado de uma espécie de maldição*. “Ele rouba do trabalhador não só o seu lugar de trabalho, mas as suas armas de luta, sempre que – já não tendo um patrão contra quem protestar – ele adere a greves políticas ou de solidariedade”. (VIANA, 2017, p. 13).

Também se deve chamar a atenção para a divisão entre trabalho manual e intelectual, concebida ao longo das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais no pensamento ocidental. Essa divisão ainda opera graves desigualdades de renda no interior da classe trabalhadora. Outras divisões também são responsáveis por essas clivagens, como gênero, raça, idade, sexo, condições físicas e mentais, informal e precarizado, terceirizações, desregulações e migrações, entre outras.

Todas essas acepções são justificativas para a perpetuação do trabalho que pune os trabalhadores do mundo. Para Ricardo Antunes, os trabalhadores imigrantes podem servir como o exemplo mais exacerbado da precarização estruturante do trabalho

Com o enorme incremento do *novo proletariado informal*, do subproletariado fabril e de serviços, novos postos de trabalho são preenchidos pelos imigrantes, como o *Gastarbeiter* na Alemanha, o *lavoro nero* na Itália, o *chicano* nos Estados Unidos, o imigrante do Leste Europeu (poloneses, húngaros, romenos, albaneses, etc.) na Europa Ocidental, o desecasségui no Japão, o boliviano (entre outros latino-americanos) e o africano no Brasil etc. (ANTUNES, 2018, p. 72).

²² Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/12/07/4-dados-que-mostram-por-que-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-segundo-relatorio.htm#:~:text=%22Entre%20os%20mais%20de%20100,do%20Laborat%C3%B3rio%20das%20Desigualdades%20Mundiais>. Acesso em: 08 out. 22

Antunes aponta que nos países do Norte os trabalhadores imigrantes na Europa Ocidental, em busca de melhores condições de vida, representam o quadro mais precarizado da *classe-que-vive-do-trabalho*²³.

Esses trabalhadores estão sendo empurrados para a transformação dos trabalhadores em empresários. Essa transformação nem sempre é real, mas meramente formal. Ela tem um aspecto interessante. Como um bicho, o sistema capitalista vai devorando o trabalhador, até transformá-lo em parte dele. Assim, ele coloniza o seu contrário. Formalmente, ele transforma o trabalhador, o homem, em seu contrário, em capital, capitalista. Assim, o capital encerra a contradição capital-trabalho, eu-outro na síntese eu-eu, pondo fim ao sentido da luta de classes.

Segundo a racionalidade do capitalismo em sua dimensão neoliberal, predominante desde o fim do século XX, quando aquela noção de vocação toma outras formas e proporções no mundo do trabalho. A partir do início da década de 1960, a Escola de Chicago²⁴ irá desenvolver um conceito que modificaria o modo como os trabalhadores passariam a ver a si mesmos no futuro – o capital humano.

A ideia segundo a qual os trabalhadores passam de trabalhadores a capitalistas, parte “da consideração de certas capacidades, habilidades e destrezas humanas como uma forma de capital que está configurada no homem e é inseparável dele”. (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 220).

Sendo assim, se o homem é *necessariamente* o proprietário inalienável de seu capital humano, segue-se que o homem é *capitalista* de seu próprio capital humano – e como qualquer dono de capital, a ele cabe manter e aumentar seu valor. Deve, portanto, atuar com a frieza racional com que atuaria qualquer investidor no momento de decidir pelo melhor lugar onde investir seu capital. (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 220).

Desse modo, o trabalhador deve agir como capitalista, investindo em si mesmo os seus recursos para se tornar mais atrativo e lucrativo no mercado de

²³ Conceito de Ricardo Antunes

²⁴ Escola de Chicago – “A Universidade de Chicago foi fundada em 1895 a partir de uma grande doação feita por John D. Rockefeller, o milionário americano que fez fortuna na indústria do petróleo ao fundar a Standard Oil”. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6FvBPkkRffvcrkjb77SZBv/?lang=pt>. Acesso em: 11 out. 22.

trabalho. “O ser humano é, assim, dominado pelo conceito neoliberal de sucesso, que está intimamente relacionado com o ganho econômico e o consumo”. (ALMEIDA e RABÊLLO DE ALMEIDA, 2020, p. 40).

Seus parâmetros devem ser os do capital, portanto, a ideologia dominante é assimilada pelos trabalhadores de modo naturalizado e inescrutável. “E, como diante de qualquer outro investimento, existe um único e inequívoco critério a ser seguido aqui: a maximização dos rendimentos”. (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 220).

Transformado em *capital*, o trabalho passa, ideologicamente, de dominado a dominador. Aquele que não possuía nenhum controle sobre si mesmo assume, metaforicamente, o controle sobre sua rotina laboral.

O neoliberalismo, reduzindo o homem à empresa²⁵, responsabiliza-o por seu próprio fracasso. “Com isto, inclusive, o capitalismo procura se afastar da responsabilidade pelos seus nefastos efeitos sociais, dentre os quais a pobreza, a miséria e o adoecimento”. (ALMEIDA e RABÊLLO DE ALMEIDA, 2020, p. 27).

Enquanto possuidor e portador de seu capital humano, pode decidir em que e quando alocar seu recurso - a força de trabalho, bem como definir expectativas de ganhos e assumir os riscos do empreendimento, tal qual outro investidor qualquer. Assim, o trabalhador sai do mundo do trabalho e adentra no mundo do capital, o mundo dos negócios.

Essa *transmutação fantasmagórica* do real, no entanto, pune o trabalhador, tornando-o suscetível a novas formas de exploração, como a mais recente revolução no modo de organização do trabalho – as empresas de plataformas.

Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2021, “Perspetivas Sociais e de Emprego no Mundo O papel das plataformas digitais na transformação do mundo do trabalho”²⁶, é difícil mensurar o número de trabalhadores mediados (empregos externos) por essas empresas, já que elas não os tornam públicos.

²⁵ Interessante notar que o capitalismo amplia o sentido de empresa, dando-lhe a dimensão de “pessoa” jurídica, inclusive com atributos como direito de imagem, nome, entre outros.

²⁶ Disponível em:

ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_845019.pdf

Acesso em: 09 out. 22

Apesar disso, o estudo realiza uma estimativa bastante abrangente e reveladora do alcance que como esse tipo de organização do trabalho conseguiu se impor sobre a classe trabalhadora mais precarizada mesmo nos países mais desenvolvidos do mundo. Segundo o relatório da OIT

Utilizando uma definição muito ampla, as estimativas indicam que 22 por cento da população dos Estados Unidos em idade ativa ofereceu algum tipo de bem ou serviço utilizando uma plataforma digital, e cerca de um terço também declarou ter ganho pelo menos 40 por cento do seu rendimento mensal com trabalho em plataformas. Porém, as estimativas de outros países variam entre 1,6 por cento (Suíça) e 7 por cento (Finlândia) se o último ano for utilizado como período de referência. Olhando mais especificamente para a circunstância de terem trabalhado ou obtido rendimentos apenas em plataformas digitais de trabalho, as estimativas variam entre 9 e 22 por cento nos países europeus selecionados. Se o período de tempo for reduzido para o último ano, as estimativas variam entre 0,3 por cento (Canadá) e 11 por cento (16 Estados-Membros da União Europeia (UE)). Quando o período de tempo se limita ao último mês, então a estimativa dos trabalhadores que participam em plataformas digitais de trabalho nestes 16 Estados-Membros da UE diminui para 8,6 por cento da população adulta. Quando se limita à última semana, as estimativas mostram que a percentagem de trabalhadores que participam em plataformas digitais de trabalho varia entre 0,5 por cento nos Estados Unidos e 12 por cento em países europeus selecionados. (OIT, 2021, p. 49).

Paras os trabalhadores imigrantes, o trabalho em plataformas surge como oportunidade de ganhos diante das barreiras discriminatórias que os impedem de encontrar melhores colocações no mercado formal ou mesmo informal de trabalho, correspondentes a suas qualificações. Neste sentido, o trabalho tradicional pune os trabalhadores imigrantes do mundo.

A ampla adesão dos trabalhadores a esse modelo de negócios e de organização capitalista do trabalho não pode ser explicada apenas pelo estado de necessidade dos trabalhadores, isto é, pela preocupante carestia material em que se encontra a maior parcela da população ativa mundial.

Dardot e Laval falam dessa nova racionalidade como uma *nova razão do mundo*, que valoriza e premia o *neosujeito, empreendedor de si mesmo*. Ou seja, aquele sujeito que se sobressai ao investir em si mesmo no mercado de capitais humanos.

Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho

homem econômico, mas que procura sobretudo *trabalhar a si mesmo* com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O que distingue esse sujeito é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza sobre si mesmo, levando-o a melhorar incessantemente seus resultados e seus desempenhos. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.333).

Desse modo, mediada pela mentalidade empreendedora, a teoria do capital humano amadureceu e se cristalizou como ideologia dominante nas mentes e corações da *classe-que-vive-do-trabalho*.

Criou, assim, um terreno fértil e sadio para que as sementes do neoliberalismo pudessem fazer brotar e crescer novas formas de exploração, servidão e extração de mais-valia do trabalho humano.

Esse neoliberalismo, enquanto nova racionalidade econômica, política e cultural, mas ideológica, “produz um novo modo de ser, sentir, compreender e agir dos seres humanos e os despe do poder-não, ou seja, que produz subjetividades, não apenas individuais, mas também sociais (coletivas) e globais”. (ALMEIDA e RABÊLLO DE ALMEIDA, 2020, p. 27).

A terceirização é outra via pela qual os trabalhadores são empurrados para as vielas da precarização do trabalho. Em junho de 2018, dados do IBGE apontavam que 22% dos trabalhadores brasileiros que atuavam no mercado formal eram terceirizados.²⁷

Com o advento da Lei 13.429/17, que alterou a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para permitir, entre outros fatores, que uma empresa possa terceirizar atividades fins, as empresas vêm aumentando consideravelmente esse número, como tem sido observar desde então.

O trabalho terceirizado pune o trabalhador na medida em que o obriga a trabalhar mais que o trabalhador contratado por um salário menor, com piores condições de trabalho, menos direitos, menos garantias, menos status, menores perspectivas de vida e futuro, piores chances de avançar na profissão, maiores riscos de doença e acidentes do trabalho.

Márcio Túlio Viana assevera ser a terceirização *uma contradição em seus próprios termos*. Assim sendo, sobre a terceirização e o trabalhador, ele diz que “Ela rouba a sua dignidade. Trata-a como um animal ou um objeto. E isso sem

²⁷ Disponível em: <https://patrocinados.estadao.com.br/medialab/releaseonline/releasegeral-releasegeral/geral-terceirizacao-no-brasil-cresce-e-se-mostra-opcao-para-reducao-de-custos/>. Acesso em: 09 out. 22

falar na instabilidade que esse modelo semeia – o que, naturalmente, é outro fator de precarização”. (VIANA, 2012, p. 212).

E, indo além, acrescenta, enfatizando: “Ao contrário do trabalhador qualificado, que se desloca de uma empresa a outra, fazendo-se tanto mais móvel quanto ‘empregável’, o terceirizado é movido – é semovente”. (VIANA, 2012, p. 212).

Em outras palavras, os terceirizados sofrem uma alienação ainda mais profunda, na medida em que as condições de trabalho a que são submetidos são profundamente mais precarizadas em relação aos contratados. Na terceirização, o capital animaliza de modo ainda mais horrendo o trabalhador, roubando-lhe tudo que puder da última gota de dignidade e autonomia que especificam a pessoa humana.

Sobre as punições da terceirização, Ricardo Antunes sobreleva que

As mortes e suicídios no trabalho se intensificam sob o silêncio midiático e a surdez institucional. Se tudo isso já não bastasse, a terceirização fragmenta ainda mais as possibilidades de ação e de consciência coletivas, incentiva a nefasta individualização das relações de trabalho, faz crescer a concorrência derivada do sistema de metas e competências, criando um cenário ideal para as empresas dificultarem ao máximo a atividade sindical em defesa dos direitos sociais do trabalho. (ANTUNES, 2018, p. 175).

Diante de tudo isso, a realidade atual para os trabalhadores, principalmente aqueles que ocupam os níveis mais baixos da cadeia produtiva, continua sendo de extrema preocupação para todos que se ocupam do mundo do trabalho.

Ademais, a subordinação, em todas as suas formas²⁸, é sempre uma espécie de tipo penal do trabalho. No trabalho subordinado, as atitudes, comportamentos, falas, gestos e até pensamentos do homem que trabalha são comandados por outra pessoa. O trabalhador perde a autodeterminação, que é

²⁸ Subordinação clássica, objetiva, estrutural – Ver: Curso de Direito do Trabalho. Delgado, Maurício Godinho. 19 ed. São Paulo: LTr, 2020. E, para subordinação algorítmica, ver - As Plataformas Digitais e o Direito do Trabalho: como entender a tecnologia e proteger as relações de trabalho no Século XXI. CARELLI, Rodrigo de Lacerda e OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

cedida, de modo nunca totalmente livre e voluntário, a um outro, que explora seu trabalho a fim de obter vantagens.

O princípio da proteção, basilar do Direito do Trabalho, é, portanto, tão forte quanto o seu oposto, o poder diretivo do empregador, outro princípio basilar na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A questão é que essa condição é naturalizada no processo de trabalho subordinado. O próprio empregado a assimila como uma condição natural e reage com natural obediência às ordens emanadas de seu empregador.

Assim, sob a égide da subordinação, ainda que se trabalhe em um ambiente laboral sem assédios; sem riscos à saúde física e mental; ainda que se trabalhe por um bom salário ou ainda que se trabalhe com um bom nível de satisfação pessoal, o trabalho, pelo simples fato de ser subordinado, será sempre punitivo, e a pena imposta é a retirada de um dos bens mais valiosos para o homem – sua liberdade de ser e agir, ir e vir, conforme sua única e exclusiva vontade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que todo trabalho no sistema capitalista é alienado/estranhado, logo, é sempre indigno. O empregador, formal, informal ou “disfarçado de empresa de tecnologia ou de consumidor” pode ser “bom”, pagar bem, não ser um assediador; mas, por ser um trabalhador totalmente livre, este trabalhador inserido neste processo de trabalho, não é de fato livre. Seu trabalho é alienado e, portanto, segundo a teoria da alienação do trabalho em Marx, também indigno.

Contudo, ainda que alguém tenha um excelente trabalho, mas trabalhe, por exemplo, fabricando agrotóxicos, venenos, ou que não seja nada disso, apenas trabalhe para uma empresa que trabalha para destruir sua concorrência e, com isso, o trabalho de seu colega trabalhador, este trabalho é digno em absoluto? Ou, no fim, este trabalho será uma punição de qualquer forma, pelo simples fato de que está inserido no sistema e é assim que o sistema funciona?

A naturalização do trabalho alienado nas sociedades capitalistas conduz à naturalização da indignidade do trabalho subordinado, sempre que este não produz males mais visíveis como assédios, salários deploráveis, condições análogas à escravidão etc.

Não obstante, ainda que não se trate de trabalho subordinado, basta que haja o elemento *obrigação/compromisso* para que o trabalho represente dor para quem o realiza.

O simples fato de comprometer-se com algum tipo de trabalho, ainda que seja voluntário, ainda que seja o melhor dos trabalhos, implicará para o ser humano a dor de *ter de cumprir sua palavra*. Comprometer-se significa retirar sua liberdade por conta própria, e ninguém pode deixar de estar totalmente livre sem pagar o preço da perda de sua liberdade.

Em que pese tanto sofrimento e alienação, o trabalho, todavia, mesmo o subordinado, é dialeticamente dor e prazer, pena e absolvição. É justamente o trabalho que pune que também pode redimir o homem daquele suposto pecado original de Adão; ou do pecado de Prometeu. Pode liberá-lo, ser causa de alegria e autorrealização. É do que trata o próximo tópico.

3.2 O trabalho que redime

Diz a canção de Luiz Melodia – “lavar roupa todo dia, que agonia”²⁹-. O poeta expressa o cansaço e a dureza de uma vida tocada no ritmo de uma rotina de trabalho penosa e repetitiva. Mas no coração das mulheres que jogam toda força de seus braços nas quebradas das soleiras dos rios há também descanso e alegria. Como canta a poeta Cora Coralina:

Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho
Seu cheiro gostoso
d'água e sabão.
Rodilha de pano.
Trouxa de roupa,
Pedra de anil.
Sua coroa verde de são-caetano.
(CORALINA, 2014, p. 31).

²⁹ “Juventude Transviada” (Luiz Melodia, 1975).

Em “O Cortiço”, Aluísio Azevedo narra poeticamente a rotina alegre das lavadeiras. “Algumas lavadeiras enchem já as suas tinas; outras estendiam nos coradouros a roupa que ficara de molho. Principiava o trabalho. Rompiam das gargantas os fados portugueses e as modinhas brasileiras”³⁰. O sol sobre suas cabeças; o vento que sopra e acalma a alma; a água fresca que alivia o calor; o cantarolar das companheiras de bateção de roupa; a criançada ao redor; as conversas de leva-e-traz; tudo isso é um universo espiritualmente delicado em meio a uma tarefa fisicamente dura. O trabalho, assim, é pena e prazer.

Mais do que o trabalhador, o preguiçoso é condenado e desprezado pelas escrituras sagradas das escrituras judaico-cristãs porque pressupõe a recusa ao cumprimento da pena. Além disso, o trabalho é motivo de exaltação e prosperidade – “Você já observou um homem habilidoso em seu trabalho? Será promovido ao serviço real; não trabalhará para gente obscura”. (Provérbios, 21,25).

A preguiça é pecado; causa de vergonha e morte. “O preguiçoso morre de tanto desejar e de nunca pôr as mãos no trabalho”. (Provérbios, 21,25).

Se o homem foi uma vez condenado ao trabalho uma vez, ao não trabalhar, ancorando-se na preguiça, ele aumenta gradativamente a sua pena, recebendo sucessivas reprimendas no texto bíblico. “Como a porta gira em suas dobradiças, assim o preguiçoso se revira em sua cama”. (Provérbios, 26,14). E, ainda, “Por causa da preguiça, o telhado enverga; por causa; por causa das mãos indolentes, a casa tem goteiras”. ((Eclesiastes, 10,18).

Antes mesmo, contudo, do advento da Reforma, que mudaria o status do trabalho, tomando-o como pena, mas também como rendição, não faltavam, “especialmente na Grécia, vozes que defendiam, em alguma medida, o valor do trabalho. A maior delas foi a de Hesíodo, que, em “Os trabalhos e os dias” opõe uma humanidade agitada pela luta e pela conquista, uma outra humanidade, que se funda na justiça e no trabalho. (BATAGLIA, 1958, p. 32-33).

Embora o poeta grego entendesse o trabalho como pena pelo pecado de Prometeu, castigo, pois, de Júpiter aos homens (mito que seria retomado pelo judaísmo-cristão), e também como *decadência racial*, já que os primeiros homens, imortais, não trabalhavam, Hesíodo encontrava ressignificação para o

³⁰ Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/cortico.pdf. Acesso: 10 out. 22

trabalho. “Sobre o plano da ordem social tem um valor de redenção, pelo que, peso, fadiga, dor, nos assegura ainda um certo valor de resgate. Reprovado o ócio e a mendicidade, Hesíodo nos dá um só conselho: trabalhar”. (BATAGLIA, 1958, p. 32, grifo nosso).

Isso porque, para o poeta, “O trabalho agrada aos deuses, cria recursos e consideração, nos torna independentes e gloriosos. Por isso, a riqueza, outro meio novo, que é preciso levar em conta, são apreciadas enquanto valem. A alma, ao desejar riquezas, nos impulsiona, com isso, ao trabalho”. (BATAGLIA, 1958, p. 32).

No mesmo sentido, a dedicação ao trabalho afasta o homem das armadilhas psíquicas da preguiça. Se por um lado pode parecer prazeroso viver sem nenhum trabalho, por outro, a ausência absoluta de qualquer obrigação prática conduz a mente ao vazio e o coração humano lamenta frequentemente não ter com o que ocupar seus desejos e paixões. Além disso, em um mundo em que o homem depende de transformar a natureza para se manter vivo, não trabalhar de modo algum o conduziria inevitavelmente à fome. Assim, “a fome sempre acompanha o preguiçoso. Deuses se irritam com aqueles de índole semelhante à dos zangões sem ferrão, que vivem ociosos e se aproveitam dos esforços das abelhas, comendo sem trabalhar”. (HESÍODO, 2021, p. 55).

Nesses versos, o poeta não apenas faz uma elegia ao trabalho, como também legitima a estrutura socioeconômica e política vigente, ratificando a busca por riquezas como uma atividade que é bem-vista aos olhos dos deuses e, portanto, deve ser aceita e exaltada entre os homens.

“Não há nenhuma desonra em trabalhar; não fazer nada é que é desonroso. Se trabalhares, logo te invejarão por tua prosperidade. A riqueza é sempre acompanhada de mérito e glória. E seja qual for a tua sorte, trabalhar é o melhor para ti. (HESÍODO, 2021, p. 55).

Na modernidade, a economia política colocará o trabalho, a partir do sistema de divisão do trabalho, como a principal fonte de riqueza das nações, segundo a teoria de Adam Smith (que mais tarde receberá a análise crítica de Marx e Engels).

Em Hegel, “o conceito de trabalho encontrará um lugar central ao receber um significado ontológico inédito. O trabalho será tomado com a imediação entre

o sujeito e o objeto, pela qual ambos se modificam no desenrolar dessa interação”. (D’AFONSECA, Tese de Doutorado, 2023, p. 31).

Segundo Marx, o trabalho tem valor porque gera valores – valor de uso (determinado por sua utilidade para alguém, *trabalho concreto*) e valor de troca (medido pelo *tempo socialmente necessário* para a produção de determinada mercadoria, trabalho abstrato). (MARX, 2013).

O próprio Weber reconhece, porém, em 1920, quando da segunda edição de “A ética protestante e o espírito do capitalismo” que *o estilo de vida de todos os indivíduos nascidos no seio da maquinaria* e determinado por uma espécie de força irresistível, um tipo de *habitação* de aço que aprisiona os indivíduos.

Quis o destino, porém, que o manto virasse uma rija crosta de aço {na célebre tradução de Parsons: iron cage = jaula de ferro}. No que a ascese se pôs a transformar o mundo e a produzir no mundo os seus efeitos, os bens exteriores deste mundo ganharam poder crescente e por fim irresistível sobre os seres humanos como nunca antes na história. Hoje seu espírito — quem sabe definitivamente? — safou-se dessa crosta. O capitalismo vitorioso, em todo caso, desde quando se apoia em bases mecânicas, não precisa mais desse arrimo. (WEBER, 2004, p. 165).

Pois então, se os homens estão, como Weber admite, dentro dessa jaula de aço, que é a ordem econômica capitalista, de modo aparentemente inelutável, resta-lhes encontrar alegria no trabalho, a que estão inexoravelmente obrigados dentro dela. E assim eles fazem.

As pequenas alegrias do trabalho e no trabalho libertam o espírito humano do sofrimento diário da obrigação de ter de trabalhar perpétua e arduamente. A contradição se torna, assim, a tábua de salvação para o homem condenado a trabalhar. Pois onde ele encontra a pena, também encontra o prazer.

Aliás, também a inveja pode ser um contrapecado útil ao trabalhador, pois desejando o que o vê o outro conquistar com os frutos de seu trabalho, empreende maior esforço e também assim pode obter melhores resultados, a fim de obter ganhos iguais aos cobichados. “O preguiçoso deseja e nada consegue, mas os desejos do diligente são amplamente satisfeitos”. (Provérbios, 13,4).

Como quando, sendo obrigado a cumprir uma tarefa, seja em um trabalho subordinado ou seja em um trabalho voluntário ou entre amigos, por exemplo, a que se obrigou sem interesse econômico, terá a dor de cumprir essa obrigação,

como já dito; ao mesmo tempo, contudo, terá, em contrapartida, o orgulho de tê-la cumprido, ao cabo de sua conclusão.

O orgulho, embora seja também um dos sete pecados capitais, pode ser usado pelo trabalhador como um *contrapecado* nesse caso. Realizando seu trabalho com orgulho, o homem se empenha em sua atividade, entrega-se de modo mais laborioso e criativo e, assim, alegra-se e alegra o seu empregador.

O orgulho do trabalho leva o homem que trabalha a almejar a honra pela intermediação do trabalho. Nas sociedades ocidentais, o homem que não trabalha não goza do respeito coletivo, não possui lugar garantido entre os membros mais elevados do grupo social. Portanto, se chegar ao extremo de se tornar completamente excluído do mundo do trabalho, estará, conseqüentemente, excluído da sociedade. Como canta o poeta:

Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho

E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata

Não dá pra ser feliz
Não dá pra ser feliz

(GONZAGUINHA, 1983)³¹

³¹ Trecho da canção “Guerreiro menino”, de Gonzaguinha (1983).

4 DO TRABALHO ESCRAVO AO TRABALHO LIVRE NO BRASIL: LUGAR DOS IMIGRANTES

O fluxo migratório da Itália para o Brasil no final do século XIX marcou a vinda de cidadãos italianos em sua maioria economicamente vulneráveis, em grande parte analfabetos e sujeitos a precárias condições de vida em seu país, ferido por conflitos internos e externos. A instável situação italiana constituía um forte fator de repulsão, que os motivava a enfrentar as turbulências de uma viagem longa e muitas vezes fatal.

Por sua vez, o Brasil surgia como um farol na escuridão do mar, tendo como principal fator de atração a possibilidade da construção de uma vida digna. Este era um horizonte avistável na imensidão sem-fim por onde, dia após dia em alto-mar, os primeiros migrantes italianos afastavam-se de suas origens, muitas vezes, de forma definitiva.

No Brasil, o objetivo era substituir com a mão de obra imigrante e branca os braços negros que, de modo custoso e violento, gradativamente conseguiam liberar-se dos grilhões da escravidão. Este capítulo se ocupa dessa transição e seus reflexos para a história do trabalho e do Direito do Trabalho no Brasil.

4.1 Esboço histórico: imigrar para trabalhar

No percurso Itália-Brasil, os italianos se obrigavam a enfrentar o medo da morte sempre eminente, vinda de epidemias, dos riscos constantes de naufrágios e do ambiente insalubre das terceiras classes dos grandes navios que os transportavam para o “Novo Mundo”.

As viagens eram longas, duravam semanas; e os desembarques, longe de serem o ponto de chegada, eram, isto sim, mais um ponto de partida para um presente estranho e um futuro incerto. Imigrar era um processo dolorido física e espiritualmente. Requeria uma grande coragem e representavam um salto de fé.

Naqueles tempos, a comunicação era difícil. As cartas, nas quais se compartilhavam as dores e esperanças entre os que ficavam e os que partiam, precisariam refazer o mesmo caminho, prolongando a angústia da ausência de notícias.

Figura 1: Embarque de italianos para o Brasil, 1910- Fotografia.



Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo

Figura 2- Grupo de italianos às vésperas do embarque para o Brasil. Áquila (Itália), 1917- Fotografia.



Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo

Nem sempre essas cartas diziam o que aqueles a quem se endereçavam gostariam de ouvir. Muitas vezes nada contavam, por já não haver quem o contasse ou por se extraviarem no percurso. A morte estava sempre à espreita e não raro encerrava no Oceano os sonhos italianos.

Quanto aos que conseguiram vencer os obstáculos da viagem e do novo país e aqui se estabelecer, muitos já ficavam no próprio porto, onde encontravam trabalho, enquanto a grande maioria era levada para as inúmeras lavouras brasileiras.

Outros tantos eram direcionados às indústrias em desenvolvimento, constituindo uma minoria que conseguiria alocar-se em atividades de melhor relevo econômico e social.

Tratava-se de um processo migratório subvencionado pelo Império brasileiro, e posteriormente pelos Governos da Província, seguido pelos grandes proprietários de fazendas, após o fim das políticas de subvenção às migrações. (TRENTO, 1989)

A tentativa de inserção dos estrangeiros no trabalho árduo das lavouras cafeeiras não obteve grande êxito, muito em razão do despreparo do Governo e dos próprios fazendeiros em lidar com o trabalho “livre”.

Figura 3: Cafezal formado por um colono italiano no ex-Núcleo Conde de Parnahyba - Conchal - Linha Sorocabana - Fotografia.



Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo

Entre aqueles recém-chegados italianos, destacamos os que se dirigiram para a Província de Minas Gerais, no final dos Séc. XIX, sendo a maioria deles conduzidos ao trabalho braçal nas lavouras mineiras.

Apesar do difícil começo, portanto, os italianos firmaram-se na vida brasileira, integrando-se à economia, à política e à sociedade. Não apenas em Minas Gerais, mas em todo o país e, assim, acabaram por fazer com que o Brasil viesse a se tornar um pedacinho da Itália no continente americano, uma vez que hoje este é considerado um dos maiores países com raízes italianas fora da Itália.

Esse fato denota a forte influência italiana sobre a cultura brasileira, em todos os seus aspectos, desde valores, costumes, religiosidade, música, artes, esportes etc.

É certo que os fluxos migratórios sejam formados sob a influência de diversos fatores, sejam políticos, sociais, ambientais, econômicos, religiosos, entre outros. A conjugação destes fatores se dá tanto no país de onde partem,

sendo aqui fatores de repulsão, quanto no país para onde se destinam os imigrantes, neste caso, fatores de atração.

Um imigrante é um sujeito que está, mas que pode partir e, que, partindo, pode retornar. Com a limitada liberdade de um pássaro que migra porque a necessidade o levou a migrar, os homens na maioria das vezes são movidos por necessidades materiais inescapáveis, como a fuga da fome e da morte.

Ele é migrador
Um retirante vindo de lá do sertão
Andou muitas léguas a pé
Perdeu seu filho, gado,
Cachorro e a mulher (...)
(Jair Rodrigues)

As necessidades humanas, porém, não se limitam pelas determinações biológicas. São muitas as razões que impulsionam os homens a partir em busca de outras terras. Os homens podem, por exemplo, migrar por pura vontade de mudar de ares ou pelo simples sonho de se aventurar. E, diferentemente das aves, os homens sabem quando amam, e podem migrar/voar simplesmente por amor!

E continuo a volare felice più in alto del sole
Ed ancora più su
Mentre il mondo pian piano scompare negli occhi tuoi blu
La tua voce è una musica dolce che suona per me
Volare... oh, oh!...
Cantare... oh, oh, oh, oh!
Nel blu degli occhi tuoi blu,
Felice di stare quaggiù.
Nel blu degli occhi tuoi blu,
Felice di stare quaggiù,
Con te!³²
(Domenico Modugno e Franco Migliacci)

Dia após dia, por toda a sua vida, no corpo migrante estarão presentes pequenas diferenças que o definirão como um estranho no ninho. E em seu coração e sua mente, a presença de uma terra distante o lembrará sempre de um outro lugar, para onde talvez um dia retorne, ainda que já não seja para ficar.

Por mais que os anos passem, seus gestos, seu sotaque, a cor de sua pele, os olhos mais claros ou mais escuros, maiores ou menores, sua estatura,

³² “E continuo a voar feliz mais alto que o sol/ e ainda mais alto/ Enquanto o mundo aos poucos desaparece nos teus olhos azuis/ A tua voz é uma doce música que toca pra mim/ Voar... oh, oh!.../ Cantar... oh, oh, oh, oh!/ No azul dos teus olhos azuis,/ Feliz por estar aqui embaixo./ Feliz por estar aqui embaixo,/Com você!” (tradução livre)

seus costumes, enfim, tudo em um imigrante revela sua condição de não pertencente originário ao lugar em que se encontra. A imigração coloca o sujeito que migra em nova condição humana: ser imigrante é para sempre!

Países de dimensões continentais, como o Brasil, facilitam naturalmente que sua população desenvolva uma cultura migratória, deslocando-se internamente de uma região à outra, em busca de novas possibilidades de adaptação pessoal e oportunidades profissionais.

Noutra via, a geografia de países de dimensões menos extensas também pode ser determinante na formação dessa mesma cultura, dadas certas características que facilitem, ou, noutra via, dificultem o contato entre as populações de diferentes regiões de um mesmo território. É este o caso da Itália.

Como enfatiza Bertonha (2019), para compreendermos os italianos de hoje é preciso ter em perspectiva, de forma conjugada, a História e a Geografia que definiram o que é a própria Itália.

Trata-se de uma península que adentra o mar Mediterrâneo, possibilitando o deslocamento humano para além-mar, o que tornou a Itália o epicentro de intercâmbios comerciais e culturais de povos muito distintos entre si, favorecendo seu enriquecimento intelectual e artístico e, por um longo período, também econômico.

Caracterizada por planícies pouco extensas e relevo montanhoso, predominantemente formado por terras altas, onde se situa inclusive o pico mais alto da Europa Ocidental, o Monte Branco, a configuração geográfica da Itália foi um dos fatores determinantes para que os italianos se tornassem um povo migrante, segundo Bertonha (2019).

O fenômeno emigratório da Itália não era desconhecido. O fato de ser um país de condições naturais difíceis, com áreas de montanha e colina de cultivo penoso e regiões de planície boas para a cultura mas de extensão reduzida, foi um dos motivos que transformaram a Península num país emigratório. Desde o período napoleônico, o agricultor costumava sair, durante o inverno, das suas montanhas para buscar trabalho nas regiões planas ou na Europa central. (ALVIM, 2000, p. 385-386).

Antes da unificação e formação do Estado italiano, assim modernamente entendido, a Itália se compunha de uma extensa área geográfica bastante fragmentada, tanto política quanto culturalmente. Segundo Bertonha (2019), essa fragmentação se devia em grande medida à dificuldade de comunicação

que o relevo montanhoso impunha aos diversos grupos que habitavam o território da futura Itália, segregando línguas, culturas, valores e hábitos da população.

Habitando isoladamente diferentes regiões, cada grupo desenvolvia sua própria linguagem, e com esta, seus próprios costumes e valores, preparando, assim, o germe de um povo futuramente muito heterogêneo, marcado por profundas diferenças culturais e fortemente vinculado às suas raízes regionais.

Esse isolamento é, paradoxalmente, o que proporcionou que os italianos, desde sempre, ou seja, mesmo antes de haver propriamente uma Itália, tal como hoje, fossem obrigados a se deslocar de uma região à outra dentro de seu território, atravessando planícies e vencendo montanhas.

Essa intensa movimentação interna era inevitável diante da necessidade de essas populações regionalizadas se comunicarem e estabelecerem laços sociais e comerciais, apesar de suas diferenças.

Esses deslocamentos internos naturalmente se estenderam para boa parte da região europeia, ao norte da Itália o que, juntando-se aos deslocamentos para além-mar, acabaram por fazer dos italianos também um povo de emigrantes.

Neste sentido é que Bertanha (2019) afirma que a compreensão da emigração italiana não pode deixar de considerar seus aspectos geográfico-históricos, sob o risco de reduzir-se a análise a um compêndio econômico ou político.

Ao contrário, devemos ter em conta que *volare!* talvez possa estar no espírito italiano, como uma característica peculiar dest gente. Um povo que, subitamente, pode ser carregado pelo vento...

Poi d'improvviso venivo dal vento rapito,
E incominciavo a volare nel cielo infinito.³³
(Domenico Modugno e Franco Migliacci)

É a partir de 1870 que se inicia o período denominado pelos italianos como “a grande emigração”. Nessa fase, os fluxos migratórios ocorridos entre os

³³ Depois de repente eu era carregado pelo vento/E começava a voar no céu infinito. (tradução livre)

séculos XIX e XX não se deram assim, ao soprar dos ventos, num movimento espontâneo e autônomo.

Trata-se de intensos períodos migratórios, cujo exame passa pelas “escolhas feitas pela classe dirigente italiana para promovê-los e instrumentalizá-los”, conforme Franzina (2015, p.31).

Diferentemente das ondas migratórias anteriores a essa fase, a chamada grande emigração guarda relações profundas com a economia e a política italianas desde o processo de unificação até os dias atuais, como aponta o mesmo autor, para quem as classes dirigentes italianas tomaram a emigração como um

modelo de desenvolvimento que leva necessariamente à institucionalização dos fenômenos migratórios, uma vez que se baseia na subutilização da força de trabalho interna e numa política de rigorosa exploração das classes subalternas, mediante a contenção sistemática dos custos salariais. (Franzina, 2015, p. 31).

Como destaca também Bertonha (2019, p.81).

Entre 1870 e 1970, cerca de 26 milhões de pessoas deixaram a península para viver em outros países, número igual à população da Itália em 1871. É verdade que a maioria acabou voltando para casa, mas um número bastante elevado – cerca de 7 a 8 milhões – não retornou à pátria de origem. Esses números demonstram a importância do fenômeno migratório na história do país e como os italianos eram, realmente, um povo de emigrantes. Bertonha (2019, p. 81).

A emigração italiana no período pós-unificação, portanto, guarda forte relação com o desenvolvimento do capitalismo, como um todo, e na Itália, em particular. Trata-se de um fenômeno estreitamente interconectado ao mundo do trabalho, cujas repercussões, no Brasil, afetarão diretamente a formação da classe trabalhadora brasileira.

A imigração italiana para o Brasil acabou influenciando profundamente o processo de abolição da escravatura e, bem mais adiante, ainda viriam a contribuir de modo decisivo para o surgimento das primeiras lutas operárias que, por sua vez, conduziram ao nascer do próprio Direito do Trabalho no país.

Este percurso histórico denota a relevância da imigração italiana para a compreensão da história do trabalho no território nacional brasileiro. Foi com a chegada das primeiras correntes migratórias, em especial as italianas, que as bases do processo produtivo brasileiro puderam ser modificadas, por meio da

substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Neste sentido, Trento (1989) afirma o seguinte

Em todo caso, o fato é que a imigração italiana resolveu uma situação de impasse no momento em que os fazendeiros tiveram de abandonar o antigo sistema baseado na mão-de-obra escrava. Pode-se afirmar, ao contrário, que ela é que consentiu a abolição da escravatura. (TRENTO, 1989, p. 25).

Apesar de ir se tornando cada vez mais difícil adquirir braços escravizados para suas lavouras, os fazendeiros do café insistiam na escravidão como único modelo possível de relações sociais de produção capazes de atender às suas demandas exploratórias do trabalho humano.

O número necessário de colonos para a substituição da mão de obra era um percalço a ser batido, levando os defensores do escravismo a jorrar discursos e mais discursos a favor da manutenção do *status quo*.

Calculava Tschudi, em 1863, que para substituir o braço escravo, em caso de emancipação, seriam necessários cerca de 160 mil colonos, para manter uma safra de dois milhões de sacos. Depois de mostrar que, além de braços para o café, seriam necessários trabalhadores para outras culturas, concluía que tais motivos induziriam o Brasil a manter a escravidão a todo custo, “cedendo o mais tarde possível à pressão da opinião pública e às leis naturais do direito das gentes”. Vinte anos mais tarde, Couty avaliava em quinhentos mil o número de colonos necessários para substituir a mão de obra escrava dedicada à lavoura. Van Delden Laerne, talvez interpretando a opinião ainda corrente, dizia que a substituição do negro pelo imigrante, nas lavouras de café, era uma solução impraticável. (DA COSTA, 2010, p. 179)

Trento (1989) observa que a mão de obra escravizada não podia ser substituída nem pelas pessoas libertas nem mesmo pela mão de obra livre já existente no país.

No primeiro caso, porque, uma vez libertos, os escravos iam à forra e, em busca do ócio como remédio para as memórias sombrias da escravidão, recusavam-se ao trabalho duro exigido pelas lavouras. Nesse sentido, “Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio”. (FURTADO, 2007, p. 204)

No segundo caso, a população trabalhadora livre era considerada “preguiçosa, desleal e com pouca disposição”. (TRENTO, 1989, p. 25). É o que

também se afirma em Da Costa (2010): “Na verdade, a utilização de mão de obra nacional não parecia possível à maioria dos fazendeiros que, nessa época – até 1870 aproximadamente -, consideravam o trabalhador livre nacional pouco produtivo e arredo ao trabalho”. (DA COSTA, 2010, p. 167).

No mesmo sentido, José de Souza Martins (2021) reflete que a sociedade brasileira, tendo sido fincada sobre as relações sociais de produção do tipo senhor e escravo, não tinha condições de fazer surgir de qualquer modo um trabalhador livre, um trabalhador que não considerasse a liberdade como negação do trabalho, mas ao contrário, que considerasse o trabalho um atributo da liberdade.

Seria necessário busca-lo em outro lugar, onde a condição de homem livre tivesse outro sentido. É nessas condições que tem lugar a vinculação entre a transformação das relações de trabalho na cafeicultura e a imigração de trabalhadores estrangeiros que ocorreu sobretudo entre 1886 e 1914. (MARTINS, 2012, p. 35).

Pessoas consideradas ociosas pelo sistema produtivo eram combatidas e se desejava que fossem a qualquer custo forçadas ao trabalho. “Em Minas como em São Paulo e no Rio de Janeiro, clamavam os proprietários e as autoridades contra a ociosidade da população livre que, segundo se dizia, preferia viver no limiar da vadiagem”. (DA COSTA, 2010, p. 168).

Foi necessário que fossem vencidas severas oposições a essa transição, principalmente aquela travada entre os que queriam uma imigração mais qualificada que possibilitasse a formação de propriedades camponesas e os que apenas queriam novos braços para as fazendas de café. (TRENTO, 1989).

A questão da abolição do “sistema servil” terá que ser decidida pela nação. A marcha da opinião pública nas várias províncias, a atuação dos seus representantes no parlamento, o desempenho das autoridades governamentais contribuirão para o encaminhamento do processo, da mesma forma que a as condições estruturais, modificando-se ao longo do século XIX, possibilitavam uma colocação do problema do trabalho em termos que irão favorecer, se não forçar mesmo, a transição para o trabalho livre, e a desintegração definitiva do sistema escravista. (COSTA, 2010, 380).

Apesar de todo esse movimento e de a escravidão ser um modelo de produção absolutamente abjeto e execrável em quaisquer termos, somente depois de constatarem que o regime de colonato e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado não colocariam em risco a continuidade e

preservação do modelo de organização produtiva até então vigente, é que essas transformações puderam se consolidar no Brasil.

Para Celso Furtado (2007), a abolição, ou o seu contrário, a escravidão, guardava muito mais um caráter político do que propriamente econômico. “A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como forma de organização da Produção. (FURTADO, 2007, p. 204).

Assim sendo, após ter sido abolido o trabalho escravo, “praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda”. (FURTADO, 2007, p. 204).

Ainda no aspecto político, a presença dos trabalhadores livres forçava uma mudança de mentalidade entre e a população em geral e os próprios escravos. “Por meio do exemplo e da palavra, ela conspira permanentemente contra a disciplina e submissão do escravo. Se antes, a escravidão corrompia o homem livre, agora é a liberdade que corrompe o escravo”. (PRADO JUNIOR, 2012, p. 191).

E mais, sendo o Brasil, ao lado de Cuba, único país a ainda tolerar a escravidão após 1865, ano da abolição nos EUA, isso o coloca em situação de completo isolamento sobre a questão. Por sua vez, “Esse isolamento terá grande influência sobre a opinião pública no Brasil, sobretudo quando começam a aparecer manifestações internacionais hostis a esses últimos países que conservavam um regime social universalmente condenado. (PRADO JUNIOR, 2012, p. 176).

Somente assim é que a abolição da escravatura foi admitida pelos fazendeiros proprietários de escravos e seus representantes políticos. “A ameaça, que pairava sobre o tráfico desde 1831 e que se tornou realidade na década de 1850, serviu, entretanto, para estimular o prosseguimento das tentativas de colonização”. (DA COSTA, 2010, p. 120).

Ainda mais, o desenvolvimento do sistema de colonato e a posterior transição do trabalho escravo para o trabalho livre possibilitaram a sobrevivência e a expansão da economia cafeeira. Essa transição foi possível justamente porque se apresentou como única forma de viabilizar essa sobrevivência e garantir que os mandatários do café se mantivessem como grupo econômico e hegemonia política dominantes ainda por um longo período no território nacional.

Assim, ainda em 1848, diante da situação de urgência que se instalava nas fazendas cafeeiras paulistas, a Comissão da Indústria e Comércio da Assembleia “sugeriu que o governo fosse autorizado a contratar anualmente com qualquer indivíduo, companhia nacional ou estrangeira, o transporte de duzentos colonos do norte da Europa.”. (DA COSTA, 2010, p. 120).

A política de contratação de estrangeiros avançou exponencialmente nas décadas seguintes e, contrariando em parte os interesses paulistas, que se faziam proeminentes na política nacional, a política de colonização acabou prevalecendo no governo central e a lei Glicério de 1890 regulamentou a questão das migrações de modo mais amplo do que pretendiam os mandatários de São Paulo. (TRENTO, 1989).

Essa lei permitiu o transporte gratuito também a lavradores solteiros e viúvos, de 18 a 50 anos, bem como a artesãos e operários da mesma faixa etária, e não apenas a grupos familiares, como ocorria frequentemente (TRENTO, 1989).

Assim, pretendendo trazer para o país cerca de um milhão de imigrantes em dez anos, o Governo Federal da época firmou com a então Companhia Metropolitana³⁴ um contrato com tal fim.

Ao lado das necessidades brasileiras cooperava para o êxito das migrações italianas para o Brasil a grave crise política e econômica que atravessava a Itália no período de seu processo de unificação. Celso Furtado (2007) ressalta que a *solução migratória surgiu como verdadeira válvula de alívio* para a crise interna italiana.

A região Sul – o chamado reino das duas Sicílias -, de menor grau de desenvolvimento e mais baixa produtividade agrícola, encontrou-se em difícil situação para enfrentar a concorrência das regiões mais desenvolvidas do norte. Em consequência, as indústrias manufatureiras do sul – a indústria têxtil havia alcançado um grau de desenvolvimento relativamente alto – se desorganizaram, criando-se uma situação de depressão permanente para as províncias meridionais. A pressão sobre a terra, do excedente de população agrícola, fez crescer a intranquilidade social. (FURTADO, 2007, p. 187).

³⁴ A Companhia Metropolitana de Imigração era de propriedade do engenheiro Carlos Augusto de Miranda Jordão, um empresário com grande entrada no governo e que possuía terras em distintos lugares, como Minas Gerais e Santa Catarina.

Assim sendo, “qualquer que fosse o destino, o Brasil conheceu entre 1885 e 1894 o apogeu da política dos contratos, estipulados com empresas ou particulares para a introdução dos imigrantes”. (TRENTO, 1989, p. 27). Essa política de colonização findaria, no entanto, em 1894, quando os serviços de imigração do Governo Federal foram transferidos para os estados.

Após este período, “De 1896-97 até 1907, ano em que o governo central tornará a ocupar-se do problema, só o Estado de São Paulo conseguirá importar mão-de-obra”. (TRENTO, 1989, p. 27).

Fosse como fosse, com os governos estaduais ou com o Governo Federal, Trento afirma que essas imigrações “estimuladas” ou “artificiais” tiveram grande êxito na Itália. “A imigração subvencionada constituiu, em São Paulo, 89% da imigração total entre 1891 e 1895”. (TRENTO, 1989, p. 28). Segundo o autor,

os anos entre o penúltimo decênio do século XIX e o primeiro do século XX representaram, na Itália, um período de ouro para os agentes de emigração. Em 1892, existiam 30 agências e 5.172 subagentes, que, em 1895, haviam crescido, respectivamente, para 34 e 7.169. São estes últimos que, passando pelas aldeias nos dias de feira ou mercado, pintam o Brasil, e, sobretudo, São Paulo, como o país das maravilhas, em que o ganho é assegurado e a propriedade da terra está ao alcance da mão. (TRENTO, 1989, p. 29).

Esses agentes, agindo de tal modo, eram equiparados pela crítica da imprensa da época com os traficantes de escravos, devido ao que se considerava ser uma *raça de negreiros*, sem escrúpulos ou qualquer tipo de ética no exercício daquele verdadeiro comércio internacional de pessoas.

Trento observa, todavia, que eram os prefeitos e vigários, bem como secretários municipais e mestres-escolas os que mais se davam ao papel de propagar, na Itália, um retrato dourado de um Brasil em que tudo que se tocasse se transformaria em dinheiro e oportunidades.

Isso acontecia porque esses recrutadores locais gozavam da credulidade dos italianos e, portanto, era-lhes muito mais fácil a função de agenciadores de mão de obra barata para o Brasil.

Foi a busca por *dinheiro vivo* o que levou massas imensas de trabalhadores italianos a vir para o Brasil, apesar de todos os riscos envolvidos naquela travessia. “Miséria! Esta a verdadeira e exclusiva causa da emigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial”. (TRENTO, 1989, p. 30).

Quando os fazendeiros paulistas começaram a considerar seriamente os imigrantes como substitutos para os escravos, a economia italiana estava em estagnação. Segundo um historiador econômico, a depressão era geral por toda a década de 1880, até 1896, e “particularmente atingido... foi o setor agrícola”. Além disso, “o longo período de preços em baixa não só provocou sofrimentos entre os lavradores pobres e os trabalhadores agrícolas, mas a profunda depressão de 1889 a 1893 criou também privação entre os trabalhadores industriais”. (HOLLOWAY, 1984, p. 71-72).

As classes dirigentes italianas apoiavam e promoviam a emigração em massa, sendo essa corrente favorável à emigração o que prevalecia na Itália, levando-a à lei de plena liberdade de emigração, em 1888. Verdade é que aquela classe dirigente nada queria saber sobre as reais condições dos emigrantes italianos no exterior. “Se tal é o panorama geral, não surpreende que o governo italiano mostrasse pouquíssimo interesse pela sorte a cujo encontro nossos compatriotas iriam no Brasil, apesar das contínuas e alarmantes denúncias que circulavam desde a metade dos anos 80”.(TRENTO, 1989, 33).

Além disso, o despejar de italianos ao redor do mundo resolvia em parte os graves problemas sociais enfrentados pela Itália, abarrotada de pessoas sem emprego e sob a mira de uma convulsão popular.

A emigração italiana constituiu, assim, um fenômeno essencial de equilíbrio socioeconômico. De um lado, porque aliviava a pressão sobre as cidades e a indústria nascente, incapazes de absorver o excedente de mão de obra, e, de outro lado, porque, com o dinheiro enviado pelos expatriados aos parentes, afastava-se a possibilidade de uma rebelião social. (ALVIM, 2000, p. 386).

A Itália viria a proibir a emigração para os EUA, visando preservar os italianos das duras condições de vida naquele país, mas, em relação ao Brasil, a restrição se resumiu a apenas duas suspensões, em 1889, em razão de uma epidemia de febre amarela, e em setembro de 1893 a maio de 1894, devido à guerra civil no Rio Grande do Sul. (TRENTO, 1989).

Somente em 1902, viria a ser proibida a imigração subsidiada para o Brasil, sendo que, entre 1887 e este ano (1902), 60% dos imigrantes no Brasil eram italianos e o Brasil chegou a absorver, neste mesmo período, cerca de 35% do êxodo italiano. (TRENTO, 1989).

Assim, a partir de 1887, ano da grande emigração, Trento anota ao menos dois grandes picos da emigração italiana para o Brasil, sendo 1º: 1888, tendo relação direta com a abolição da escravatura no Brasil; 2º: 1891 (nível mais alto

alcançado), com o fim do decreto suspensivo de Crispi, de março de 1889. (TRENTO, 1989).

Quando os recrutadores de mão de obra começaram a divulgar o programa paulista, em fins da década de 1880, a atração do transporte gratuito mostrou-se forte. Após receber relatórios de que as instalações de recepção eram inadequadas para atender aos milhares de imigrantes que chegavam a Santos a cada semana, o ministro italiano Crispi ordenou uma interrupção no recrutamento e transporte subsidiado. As restrições vigoraram de março de 1889 até o ministério Nicotera rescindir a ordem, em julho de 1891. (HOLLOWAY, 1984, p. 72).

E quais seriam as condições de vida da maioria desses italianos no Brasil? A começar pelas viagens. Feitas em navios que eram verdadeiras *carcaças*, cadáveres eram lançados ao mar constantemente em razão do péssimo estado de uso e conservação das embarcações e das condições precárias em que os imigrantes eram forçados a viajar. (TRENTO, 1989)

Tropo mare. Ne abbiamo veduto abbastanza di mare.
 Alla sera, che l'acqua si stende slavata
 e sfumata nel nulla, l'amico la fissa
 e io fisso l'amico e non parla nessuno.
 Nottetempo finiamo a rinchiuderci in fondo a una
 tampa,
 isolati nel fumo, e beviamo. L'amico ha i suoi sogni
 (sono un poco monotoni i sogni allo scroscio del mare)

Muito mar. Nossos olhos já viram bastante mar.
 Quando a água se estende na noite, lavada
 e difusa no nada, o amigo contempla
 e eu contemplo o amigo e nenhum dos dois fala.
 Muito tarde acabamos fechados nos fundos de um bar,
 isolados no fumo, e bebemos. o amigo tem sonhos
 (o barulho do mar torna os sonhos um pouco
 monótonos)
 Cesare Pavese, Trabalhar cansa, 2022.

Aos que sobreviviam, eram reservados 8 dias de alojamento na hospedaria de imigrantes³⁵ de São Paulo, nada confortável, mesmo quase inabitável. “Originalmente planejada para alojar um máximo de 4.000 pessoas, já nos primeiros anos houve ocasiões em que nela se apinhavam cerca de

³⁵ Atualmente, o antigo prédio da Hospedaria dos Imigrantes abriga a sede do Museu dos Imigrantes, mantido pelo governo do Estado de São Paulo: <https://museudaimigracao.org.br>

10.000. Os imigrantes eram, muitas vezes, tratados mais como gado do que como gente, enquanto se processava a entrada, o contrato e, finalmente, a saída”. (HOLLOWAY, 1984, p.88).

A hospedaria seria remodelada em 1906, com várias melhorias, reduzindo as mazelas a que obrigavam seus hóspedes. “De 1893 a 1930, sabe-se que mais de 60 por cento dos imigrantes para São Paulo passaram pela hospedaria”. (HOLLOWAY, 1984, p.89).

Figura 4: Imigrantes Italianos no pátio da Hospedaria.



Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo

Vencido esse período ali, se não encontrassem emprego, eram despejados nas ruas da capital paulista. “Entre as centenas de milhares de imigrantes trazidos depois de 1886, alguns protestaram abertamente contra as condições de superlotação e falta de higiene reinante nos navios, no porto de Santos ou na hospedaria de São Paulo”. (HOLLOWAY, 1984, p. 80).

Posteriormente, deviam seguir para seus destinos. “Se decidiam arriscar a carta da colonização, o governo providenciava a viagem deles até os núcleos coloniais, geralmente no sul do país”. Já os que optavam por trabalhar nas fazendas “esperavam nas hospedarias os fazendeiros, que, através de intérpretes quase nunca dignos de confiança, ilustravam condições e salários, com bases nos quais os colonos faziam suas escolhas”. (TRENTO, 1989, p. 46).

As casas em que eram obrigados a morar eram sempre precárias, sem camas decentes ou qualquer outro conforto mínimo ou mesmo mínima higiene. (TRENTO, 1989).

Nos primeiros anos, as casas de colonos eram às vezes toscas construções de taipa, com chão de terra batida. Mas o tipo mais comum de moradia de colono, que pode ser visto ainda hoje em muitas partes do Oeste paulista, era de alvenaria e estuque, com chão de tijolos e coberta de telhas. Tais casas comumente tinham dois quartos de dormir, uma área-de-estar e uma cozinha, e eram amiúde construídas de forma geminada. Qualquer que fosse a forma de moradia fornecida, o colono não tinha que usar parte de seu salário para pagá-la. (HOLLOWAY, 1984, p. 80).

O colono podia plantar itens para sua subsistência. “Uma das heranças das primitivas experiências de parceria foi a prática de fornecer terra cultivável para os colonos plantarem sua própria comida, principalmente milho e feijão, mas que às vezes incluía arroz, batata, bem como outros cultivos. (HOLLOWAY, 1984, p. 120-121).

Em contrapartida, deviam enfrentar a mentalidade escravagista dos fazendeiros, que mantinha capangas em suas propriedades para vigiá-los e os submetiam, não raro, aos mesmos castigos dados aos antigos escravos.

A violência física e a subjugação psicológica mantinham o sistema escravista. Houve registros de castigo corporal de parceiros imigrantes, era comum um paternalismo opressivo, que chegava mesmo a se imiscuírem nos assuntos domésticos e privados do trabalhador.(...) Um controle tão estrito não podia tornar-se a base de um sistema viável de trabalho livre, necessário para atrair imigrantes em número capaz de substituir os escravos e permitir o crescimento da lavoura cafeeira. (HOLLOWAY, 1984, p. 113).

Além disso, eram frequentemente multados pelos fazendeiros quando não cumpriam suas exigências disciplinares paternalistas, entre elas, por exemplo, o silêncio após a hora de recolher ou por receberem *visitantes não autorizados*. “Os colonos, em sua posição subserviente, não tinham escolha senão se submeter, sobretudo quando constava claramente no contrato de trabalho o direito de o fazendeiro impor multas por certas infrações”. (HOLLOWAY, 1984, p. 151).

Ademais, os imigrantes sempre estavam com dívidas nos armazéns dos fazendeiros, único local em que podiam adquirir os bens de que necessitavam para sobreviver no novo lar. (TRENTO, 1989). Suas condições eram de tal modo precárias que os fazendeiros não se furtavam de colocá-los frequentemente na mesma posição dos antigos escravos.

O baixo *status* do colono do café resultava da identificação do trabalho nos cafezais com a condição do escravo agrícola, nos primeiros tempos. Um imigrante queixou-se a um inspetor italiano, em 1902, que quando os colonos protestavam contra exigências tais como permanecer na lavoura mesmo durante fortes trovoadas, o empregador brasileiro respondia: “Cale a boca. Vocês, italianos, são escravos, e nós, nativos, somos os senhores”. (HOLLOWAY, 1984, p. 161).

Como se vê, apesar de toda precariedade, que vigorava em todo o país para a qual os imigrantes se dirigissem, São Paulo foi o principal receptor da imensa massa de imigrantes que desembarcaram no Brasil em fins do século XIX e início do século XX.

Até 1875, a imigração italiana para o Brasil era de pequena escala, sendo em 1876 cerca de 7 mil pessoas, passando a 13 mil no ano seguinte e, assim, tornando-se maior e mais influente que todas as demais. “Daí por diante e até o século XX, a imigração italiana conservará sempre, e com grande vantagem, esse primeiro lugar”. (PRADO JUNIOR, 2012, p. 189).

E o italiano, tanto pela questão do clima como de afinidade maior com as condições do Brasil, adaptar-se-á melhor e mais facilmente que o alemão e outras populações do norte da Europa que dantes formavam os principais contingentes imigratórios que se dirigiam para a América. Além disso, o italiano é um trabalhador mais rústico e menos exigente;

aceitará de boa vontade as duras tarefas da lavoura brasileira. (PRADO JUNIOR, 2012, p. 188).

Contando com um território quase tão extenso quanto o italiano, para São Paulo “se dirigirá a imigração italiana global: dos 4.100.000 estrangeiros entrados no Brasil entre 1886 e 1934, 56% foram absorvidos por esta região, com os italianos em primeiro lugar em relação às outras nacionalidades”. (TRENTO, 1989, p. 107).

Minas Gerais, iniciando seu processo de colonização em 1850, não logrou o mesmo êxito paulista na atração de trabalhadores imigrantes. Apesar disso, alcançou o posto de *terceira área de importância dentre as atingidas pela emigração peninsular*. Mesmo assim, os núcleos de colonos não chegaram a mais do que dez, sendo o número total de habitantes inferior a 4.000 pessoas. Já a partir de 1897, o governo mineiro, em razão de dificuldades financeiras, teve de suspender seu programa de imigração. (TRENTO, 1989).

Imigração espontânea não houve. Minas continuava a não atrair. Toda a imigração era solicitada e promovida oficialmente. Por outro lado, havia por parte do governo preocupação em não acelerar o movimento imigratório, que feito precipitadamente embarçar a aclimação e localização do que chegasse. (MONTEIRO, 1973, p. 77).

No estado de Minas Gerais, “Dos que entraram, a grande maioria foi trabalhar nas plantações de café: de fato, nos anos de 1895 e 1897-1901, 71,7% dirigiram-se para as fazendas, 12,4% para os centros urbanos, 1,6% para os núcleos coloniais, de 13,5% não se soube o paradeiro e 0,8% faleceu nas hospedarias”. (TRENTO, 1989, p. 101).

Em 1903, o Governo italiano fecha totalmente as portas da emigração e em 1904, o Governo Federal, através da Lei Adolfo Gordo, Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907, determina que sejam expulsos do país todos os “indesejáveis”, ou “incômodos”, isto é, aqueles imigrantes que ousavam subverter a ordem estabelecida, ameaçando a sobrevivência da aristocracia brasileira da época.

Problema que também trouxe preocupações à Superintendência foi a da infiltração, nas correntes imigratórias italianas, não só de criminosos comuns, mas daqueles que eram obrigados a sair do país por motivos políticos: os elementos filiados principalmente ao anarquismo. (MONTEIRO, 1973, p. 105).

Conseqüentemente, reduziu-se ainda mais a população imigrante neste Estado, entretanto, apesar de pouca relevância numérica, não diminuiu a relevância histórica dos imigrantes em terras mineiras, em especial, os italianos. “Desde os primórdios da imigração, e mormente nas últimas décadas, a indústria e o comércio mineiros vêm tendo a marca inconfundível da presença italiana, que continua a expandir-se tanto na grande Belo Horizonte como em todo o Estado”. (BIASSUTI, LOSS e LOSS, 2003, p. 87).

Em Belo Horizonte, por exemplo, a presença de numerosas famílias italianas marcou a formação inicial da capital, à medida que os operários recém-chegados da Itália se espalhavam pelo desenho urbanístico belo-horizontino, instalando suas colônias em diversos bairros que constituíam as regiões suburbanas da cidade. (PEREIRA, FARIA e BRANDÃO, 2012).

Todavia, a exemplo daqueles que se fixaram no bairro Barro Preto, nem todas aquelas colônias estavam fora do cinturão da Avenida do Contorno, que demarcava o traçado urbano, do qual deveria ser excluída toda a classe operária, condenada à exclusão social, desde a fundação desta Capital. (PEREIRA, FARIA e BRANDÃO, 2012).

Em razão daquele movimento resiliente, característico, aliás, do povo italiano, o nascimento da Capital mineira, física e culturalmente, no início do Séc. XX, deu-se também pelas habilidosas mãos italianas. Sempre através do trabalho ativo e criativo daqueles operários migrantes que, ao invés de se dirigirem para o interior, engajaram-se na construção civil, participando da concretização dos traçados ortogonais da cidade. (PEREIRA, FARIA e BRANDÃO, 2012).

Ao mesmo tempo em que ajudavam a construí-los, eles também subvertiam a lógica do xadrez belo-horizontino ao se dispersarem e ocuparem de modo esparso e não planejado as áreas suburbanas e de sítio da cidade.

Apesar de sua relevância incontestável, o trabalho dos imigrantes italianos era insistentemente desvalorizado pelos mandatários do poder econômico e político no país. O sonho de atravessar o Atlântico em busca de liberdade e autorremissão era, na maior parte das vezes, transformado em uma dura realidade de muitos sacrifícios e poucas recompensas.

Tornar-se um lavrador independente era quase impossível para os colonos das fazendas cafeeiras. “Mesmo nos melhores tempos, o trabalho de um colono do café era muito penoso”. (HOLLOWAY, 1984, p. 216).

Em piores condições, os colonos perdiam salários atrasados quando fazendas marginais quebravam, tinham seus salários reduzidos por multas, eram explorados, tendo que pagar preços exorbitantes por gêneros essenciais nos armazéns das fazendas ou nas vendas locais, ou sofriam violência física. Os imigrantes eram importados, com a finalidade de ser o seu trabalho usado em benefício dos fazendeiros, e para muitos colonos a experiência na fazenda foi negativa. (HOLLOWAY, 1984, p. 216).

A necessidade e a pena foram, desse modo, a principal face do trabalho que os imigrantes puderam enxergar no início do processo de colonização e ainda durante o extenso período histórico marcado pela relevância da mão de obra europeia no processo de expansão da economia brasileira.

No início do século XX, o Brasil passa a receber um grande número de imigrantes, em razão da instituição de leis restritivas de imigração em países como Estados Unidos, Argentina e Canadá.

O Brasil, em pleno florescimento econômico, será um dos países beneficiados com as levas de imigrantes, principalmente da corrente italiana. A adaptação ao clima e às condições transforma o elemento italiano na corrente imigratória de maior expressão para o país. (MONTEIRO, 1973, p. 21-22).

E também nas cidades, o trabalho imigrante italiano fez-se proeminente a partir dos anos 20, mesmo convivendo com a chegada de outras correntes migratórias de predominância urbana como sírios, libaneses, armênios e judeus de distintas origens.

Em 1928 já se observava uma transformação do quadro geral da imigração italiana para o Brasil, com a chegada de operários, artesãos e comerciantes, com forte presença italiana no setor industrial, nos períodos iniciais da industrialização nacional. “Esse fenômeno se acentuará posteriormente, a partir da grande crise, a ponto de levar a uma queda drástica da porcentagem de agricultores e trabalhadores braçais em favor do proletariado fabril”. (TRENTO, 1989, p. 282).

A presença marcante dos estrangeiros, já no período de 1930-1945, foi fortemente influenciada pelas determinações da questão racial, o que

intensificou a vinda de mão de obra europeia livre, sendo esta transição resultado ainda de “transformações culturais e mentais de uma sociedade influenciada por teorias científicas, como o determinismo e o evolucionismo”. (FERNANDES e COSTA, 2020, p. 80).

Essa mudança de mentalidade levava à crença de que o Brasil somente poderia alçar ao progresso e à civilização, se importasse para seu campo de trabalho pessoas de origem considerada *superiores e morigeradas*. Desse modo

A ambição brasileira era tornar-se um país cada vez mais civilizado. Isto implicava a defesa do imigrante europeu como verdadeiro agente do processo de civilização. Nesse sentido, muitos foram os discursos produzidos acerca da introdução de trabalhadores europeus, seja para promover a colonização ou para substituir a mão de obra escrava pela livre, pois, segundo as projeções racialistas do período, a imigração europeia facilitaria a chegada do progresso. . (FERNANDES e COSTA, 2020, p. 81).

O ideal do *branqueamento* marca a política migratória da Era Vargas no Brasil, o que já ocorria, no entanto, desde o início da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no país. “Inspirados por conceitos e princípios de eugenia – naquele momento apresentada como ciência -, o governo procurou estabelecer uma imigração seletiva e restritiva”. (KOIFMAN, 2020, p. 159). O que significava importar estrangeiros brancos, de preferência europeus.

4.2 Do trabalho escravo ao trabalho livre no Brasil: o papel dos imigrantes italianos

Por trás desse quadro de degradação do trabalho humano, está a divisão social do trabalho imposta pelo modo de produção capitalista que, ao invés de libertar o homem do trabalho escravo, ao estabelecer o modelo de *trabalho livre*, fez apenas escravizá-lo sob nova forma – a do trabalho alienado.

Sob as relações sociais de produção capitalistas, a atividade produtiva é transformada em atividade alienada, na medida em que retira do controle do trabalhador as decisões fundamentais referentes a seu modo de produzir. O capitalismo intervém brutalmente na relação sujeito-objeto, a partir da mediação que estabelece entre o homem e a natureza. Ao fazê-lo não aliena somente o

trabalho humano, mas o próprio homem. Daí ser possível afirmar que o trabalho alienado é a *base de toda alienação*.

A atividade produtiva é, então, *atividade alienada* quando se desvia da função que lhe é própria, a saber, a de *mediar* humanamente a relação sujeito-objeto entre ser humano e natureza, e, em vez disso, tende a fazer com que o indivíduo isolado e reificado seja reabsorvido pela natureza. (MÉSZÁROS, 2016, 81).

A alienação no sistema escravista era visível e indiscutível. Nela, o homem era completamente absorvido pela natureza, na medida em que era, ele próprio, tratado como mais um objeto da natureza, sem que lhe fosse dada nenhuma perspectiva de existência em si mesmo. No escravismo o homem é apenas coisa. Coisa que pertence a outro homem – este, o proprietário da coisa.

O homem escravizado não possuía finalidade em-si, mas existia como mero fragmento, um apêndice da natureza que ele transformava, ainda assim, com seu trabalho. Não havia ali nenhuma diferença entre homem e trabalho, como se não fossem diferentes o vento e o moinho de vento, pois, na escravidão, trabalhador e força de trabalho se confundem.

Na escravidão, a alienação era absoluta, pois pertenciam ao proprietário do escravo não apenas o produto do trabalho, como a própria atividade produtiva e o próprio sujeito que produzia.

O senhor de escravos era um homem e tinha o direito ilimitado de viver como um homem, mas o escravo era objeto e seu direito de viver se limitava a viver somente enquanto nessa condição. Se a extrapolasse, se procurasse meios de escapar da escravidão, podia mesmo ser morto, porque sua vida, tornando-se improdutiva para seu senhor, não tinha mais valor do que a figueira que parasse de dar figos e, assim, melhor é que seque.

Quando os donos dos meios de produção e das forças hegemônicas social, política, econômica e culturais, portanto, quando o *capital* decide substituir a força de trabalho escravo pelo trabalho livre, uma falsa impressão de liberdade se instaura. No entanto, não ter, ao menos em hipótese, os castigos físicos e a sujeição corporal da escravidão não faz com que, automaticamente, o sistema capitalista seja menos alienante que os sistemas escravista ou

feudal³⁶, podendo ser até mesmo, em muitos momentos, tão perverso quanto aqueles.

No Brasil, discute-se se, na sua origem, a mudança do trabalho escravo para o livre já teria a forma capitalista de produção. Para Trento (1989), não se trataria o modelo de colonato nem capitalista nem mesmo pré-capitalista, uma vez que não existiria ali a *tipologia clássica do trabalho assalariado*. O autor considera, em verdade, que aquelas relações de produção assim estabelecidas seriam *não capitalistas*.

Isso, não tanto porque o trabalhador não vende a sua força de trabalho, mas a da família, quanto, antes, porque a sua subsistência só pesa em parte no capital do proprietário fundiário, o qual paga um salário, que constitui um dos componentes do processo de reprodução da força de trabalho, mas não sua totalidade. (TRENTO, 1989, p. 24-25).

O autor considera, portanto, dois fatores, sendo o primeiro que o trabalhador vendia não apenas sua própria força de trabalho, como também a força de trabalho de toda sua família; segundo, que o salário pago não era, em sua totalidade, em dinheiro, mas complementado com o direito dado aos colonos de produzirem para sua subsistência, ou, em outras palavras, em utilidades para o trabalhador.

Angelo Trento (1988) apoia-se, entre outros, em José de Souza Martins para embasar seu argumento. Para este autor, o que haveria ali seriam a *subordinação de relações pré-capitalistas ao capital* ou *relações antagônicas e subordinadas não capitalistas*. (MARTINS, 2021).

Isso, por sua vez, corresponderia apenas a uma *tênue mudança em relação ao regime de escravidão*. “Uma forma de servidão que persiste no Brasil e representa a incorporação de mecanismos da cumulação primitiva na formação e disseminação da grande e até moderna empresa agrícola, extrativa e pecuária”. (MARTINS, 2021, p. 37).

Um complemento da hipótese é que tal produção capitalista de relações não capitalistas se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio. Em suma, onde o capitalismo não se realiza plenamente, como no caso do colonato, dissemina a dinâmica capitalista e até uma híbrida mentalidade capitalista que fazem com que a economia funcione como economia capitalista, mesmo não o sendo plenamente, a sociedade ainda organizada com

³⁶ O feudalismo não é tratado aqui por não estar presente no escopo da pesquisa.

base em relações sociais e valores de orientação pré-modernos. (MARTINS, 2021, p. 37).

Martins (2021) diferencia, assim, o chamado regime de colonato do que seria, para ele, um regime de produção propriamente capitalista, porque, no seu entender, não haveria ali características próprias e inafastáveis do capitalismo, tal como estabelecido na modernidade.

Entre tais características, a ausência do assalariamento como totalidade da remuneração da força de trabalho do colono, o fato de o colono vender também a força de trabalho de sua família e não somente a sua e, ainda, a ausência de uma superpopulação relativa (ao contrário, haveria, sim, uma *subpopulação relativa* no campo), típica da indústria, e o excesso de demanda por emprego em face de uma reduzida oferta de cargos. (MARTINS, 2021). Para ele

O colono foi incorporado à economia cafeeira nos termos de costumes de um processo de trabalho que não mudara em relação à escravidão, apesar da mudança no processo e valorização, no modo de extração do excedente econômico do trabalhador e no modo de sua circulação e acumulação. (MARTINS, 2021, p. 53).

Martins (2021) sustenta que o produto entregue ao fazendeiro pelo colono “não era produto de trabalho coletivo de todos os trabalhadores, mas era produto do trabalho familiar, trabalho de sua família”. (MARTINS, 2021, p. 78).

E, assim, “Não estando a existência do colono fundamentada no salário, não estando socializado o trabalho e o fruto do trabalho, resultado da atividade familiar não podia deixar de se apresentar como entrega direta de valores de uso ao fazendeiro”. (MARTINS, 2021, p. 78).

Desse modo, para ele, o café, produto produzido nessas condições, não se transmutava em *produto social no próprio processo de trabalho agrícola*. Argumentando ainda que “O trabalho sobranete, a mais-valia absoluta, era, a rigor, na fazenda de café, como que entregue em mão do fazendeiro, materialmente”. (MARTINS, 2021, p. 79).

Além disso, argumenta ainda que “Difícilmente se pode encontrar uma contabilidade de custos nas fazendas dessa época. Isso basicamente indica que a racionalidade do capital personificada pelo fazendeiro se esgotava no nível da circulação das mercadorias”. (MARTINS, 2021, p. 31). E, conseqüentemente, conclui que “Inferir, simplesmente, as relações de produção ou qualificá-las com

base no capital personificado pelo fazendeiro é um procedimento que necessariamente acoberta a real natureza do trabalho nas fazendas”. (MARTINS, 2021, p. 31). Natureza esta que, para ele, só poderiam ser não capitalistas.

Acrescenta ainda que “A escravidão se definia, portanto, como uma modalidade de exploração da força de trabalho baseada direta e previamente na sujeição do trabalho, através do trabalho-mercadoria, ao capital comercial”. (MARTINS, 2021, p. 31).

É suposto que, no capitalismo, exista uma igualdade jurídica entre capitalista e empregado, mas não devemos esquecer que se trata de mera igualdade formal, já que, em realidade a dominação capitalista é tão profunda a ponto de transformar em mercadoria tudo em que toca, inclusive o próprio sujeito que labora. Trata-se no capitalismo de uma mercantilização real e irrestrita de todas as relações sociais que se dão sob seu prisma.

Neste sentido é que se afirma que “O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral”. (MARX, 2010, p. 80).

Essa *desefetivação no trabalho* ocorre tanto mais o trabalho é efetivado pelo trabalhador, quando o trabalhador, encerrando sua vida no objeto de seu trabalho, deixa de pertencer a si mesmo, para pertencer ao objeto que produz, mas que não lhe pertence.

Por conseguinte, o trabalhador, neste processo de *estranhamento* do objeto, *nega a si mesmo* e “não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito”. (MARX, 2010, p. 82-83).

Devemos refletir, ainda que, embora pudesse não haver de fato registros contábeis dos custos de produção, incluindo-se aí os salários e utilidades pagos aos imigrantes, isto, por si só, não significa que tais custos não existissem na realidade concreta daquelas relações de produção. Simplesmente não chamar de custos o que sejam de fato custos não lhes tira essa natureza, mas apenas os disfarça enquanto tais.

Outrossim, sabemos que no capitalismo, “Como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho revela dois fenômenos característicos”. Esses seriam - primeiro que “O trabalhador labora sob o controle

do capitalista, a quem pertence seu trabalho” e, segundo, “o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador”. (MARX, 2013, p. 262).

Apesar disso e de que no regime de colonato essas características apareçam, vemos que Martins (2021) não enxerga ali relações capitalistas de produção, mas *a contradição da produção capitalista de relações não capitalistas de produção*, uma vez que para ele o salário, efetivamente pago aos imigrantes que substituíram o trabalho escravo, seria meramente formal.

Caio Prado Junior (2012), no entanto, observa que a partir de 1840, com a iminência da extinção da importação de escravos, aparece um tipo novo de colonização, onde ocorre “a fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras, trabalhando como subordinados e num regime de parceria”. (PRADO JUNIOR, 2012, p. 187).

Para ele, “Esse tipo de colonização representa uma transição do sistema primitivo que resultava na formação de pequenos proprietários e camponeses independentes, para aquele que se adotará mais tarde quase exclusivamente”. (PRADO JUNIOR, 2012, p. 187). E, aqui, o autor é bem direto em seu ponto de vista, ao afirmar que o novo sistema adotado seria *a colonização por assalariados puros*.

Assim, na fase que se inicia na década de 1870, principalmente com o protagonismo dos italianos, inicia-se uma fase que leva a imigração no Brasil a tomar novo rumo. “Abandona-se o sistema de parceria adotado anteriormente, e os trabalhadores serão fixados nas fazendas como simples assalariados” e, assim sendo, “a sua remuneração deixará de ser feita com a divisão do produto, passando a realizar-se com o pagamento de salários”. (PRADO JUNIOR, 2012, p. 189).

Tratava-se esse processo de recrutamento da denominada *imigração subvencionada*, que se diferenciava da chamada *colonização*, a fixação dos imigrantes em pequenas propriedades sob o agrupamento de núcleos. (PRADO JUNIOR, 2012).

Embora o sistema de colonização fosse, segundo o autor, o mais adequado, prevaleceu a imigração subvencionada, sendo os imigrantes que chegavam insuficientes para suprir as necessidades das fazendas cafeeiras e, assim, “a quase totalidade deles se fixarão nas fazendas como simples

assalariados” e, por essa razão, “a ‘imigração’ (no sentido restrito dado à palavra) superará sempre, de muito, a ‘colonização’”, estabelecendo-se assim, o *regime de trabalho livre*. (PRADO JUNIOR, 2012, p. 190-191).

Celso Furtado (2007) ressalta que naquele regime de parceria, inicialmente adotado, a renda do colono era sempre incerta, sendo os riscos partilhados entre colonos e fazendeiros, sendo que, por exemplo, a perda de uma colheita pudesse colocar os primeiros em situação de miséria. (FURTADO, 2007).

Mas a partir de 1860 “introduziu-se um sistema misto pelo qual o colono tinha garantida a parte principal de sua renda”, recebendo um salário monetário anual para cuidar de determinado número de pés de café. Esse salário, por seu turno, “era complementado por outro variável, pago no momento da colheita em função do volume desta”. (FURTADO, 2007, p. 186).

Sob os dois pontos de vista, concordamos com aqueles que vêm a presença de relações sociais capitalistas no interior do sistema de imigração nas grandes fazendas cafeeiras do período.

Ali estão presentes o controle do fazendeiro capitalista sobre o processo de produção; a venda da força de trabalho pelos trabalhadores imigrantes; o assalariamento ainda que parte do salário pudesse ser pago em utilidades não monetárias; a propriedade do produto do trabalho nas mãos do capitalista e a apropriação do excedente de produção, da mais-valia, por parte deste.

Além disso, não se considera salário somente valores monetários, podendo ser a própria terra fornecida ao trabalhador parte integrante deste trabalho, na forma de utilidade. Quanto a toda a família trabalhar no processo produtivo, podemos equiparar essa situação até mesmo, por exemplo, a contratos de equipe, o que de nenhuma forma desvincula o vínculo capitalista de produção.

Havia, portanto, a alienação da força de trabalho do trabalhador ao fazendeiro e sabemos, como já afirmado, que o *trabalho alienado é a fonte de toda alienação*. Sob essa forma de trabalho não pode haver, de fato, a plena liberdade do trabalhador, sempre obrigado a submeter-se ao julgo de seu empregador.

O capital é, portanto, o *poder de governo (Regierungsgewalt)* sobre o trabalho e os seus produtos. O capitalista possui esse poder, não por causa de suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em ele é *proprietário* do capital. O *poder de comprar (kaufende Gewalt)* do seu capital, a que nada pode se opor, é o seu poder. (MARX, 2010, p. 40).

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no interior das lavouras cafeeiras não representou a liberação completa do ser humano da obrigação forçosa ao trabalho. Ao contrário, apenas assimilou a forma capitalista de dominação opressora sobre a mão de obra humana. E onde reside a necessidade, sabemos, segundo Marx, que não pode haver liberdade.

O trabalhador imigrante experimenta, em seu processo produtivo, o chamado *estranhamento do trabalho*, segundo Marx.

O estranhamento aparece tanto no fato de *meu* meio de vida ser de um *outro*, no fato de aquilo que é *meu* desejo ser a posse inacessível de um *outro*, quanto no fato de que cada coisa mesma é um *outro* enquanto si mesma, quanto [também] no fato de que minha atividade é um *outro*, quanto finalmente – e isto vale também para os capitalistas – no fato de que, em geral, o poder *não humano* domina. (MARX, 2010, p. 146).

Nesse sentido, o meio de vida do trabalhador imigrante, naquele contexto histórico (como também agora), não lhe pertence, mas pertence ao seu empregador, que o controla. Como controla também o seu desejo em todos os aspectos de seu ser, na medida em que a existência mesma do imigrante está nas mãos do capitalista que o contrata, já que sua vida depende inteiramente do uso de sua força de trabalho.

A sua atividade produtiva não lhe pertence, mas pertence, sim, àquele *outro*, o capitalista que adquiriu, pela compra, o poder de explorá-la e controlá-la a fim de que atenda aos objetivos *dele – do capitalista*. Assim, este poder *não humano* (MARX, 2010) domina o trabalho e o trabalhador imigrantes de modo hostil e definitivo.

Desse modo, se, por um lado, a vinda dos imigrantes libertou os escravos do cativeiro de seus senhores, não teve o mesmo êxito em libertar os próprios imigrantes. Estes, ao contrário, tornaram-se prisioneiros de um sistema de produção que aprisiona e mantém o aprisionado sob seu poder e comando até o fim de seus dias.

Em certa medida, no capitalismo, com todas as suas contradições, o *status* do trabalhador livre pode até mesmo assemelhar-se assustadoramente à do escravo, como ocorre nos casos de condições de trabalho análogo à escravidão. Inclusive, até os dias atuais, isso é registrado em grandes propriedades rurais e ainda em lugares onde a presença do trabalho imigrante, principalmente o daqueles em situação irregular, faz-se presente.

O trabalho livre não é, portanto, libertação do trabalho, mas, ao contrário, pode acabar levando a novos tipos de sujeição do trabalhador. No capitalismo, não existe liberdade plena para quem trabalha, pois neste sistema o trabalho é sempre obrigatório, sempre a única fonte de subsistência e reprodução da classe trabalhadora.

Desde o início da história das imigrações no Brasil, os grandes centros urbanos não eram menos hostis aos trabalhadores italianos do que as grandes fazendas de café. No período entreguerras, as condições de vida da classe operária eram gravemente afetadas pelos baixos salários e o aumento do custo dos bens de consumo, em razão da inflação e da crise agrícola. (TRENTO, 1989).

No Brasil, como na Europa, nos barracões adaptados de qualquer jeito para serem transformados em fábricas, reinava a absoluta falta de higiene, ventilação e iluminação. As multas choviam sob qualquer pretexto, reduzindo o salário dos operários, e o uso da violência física contra crianças era comum. Por fim, faltava qualquer sistema de prevenção de acidentes de trabalho, que ocorriam todos os dias e em grande número, fazendo parte do cálculo preventivo e fatalista da lógica capitalista mais selvagem. (TRENTO, 1989, p. 209).

O drama da classe operária brasileira pouco se diferenciava do drama europeu observado no início da Revolução Industrial. “Realmente foi em São Paulo que parte dessa corrente imigratória conheceu longas jornadas de trabalho, a má alimentação, os salários reduzidos, enfim tudo o que caracterizou a classe operária em todo o mundo, no início da industrialização”. (ALVIM, 2000, p. 404).

Descrever as condições de trabalho do proletariado brasileiro entre o fim do século XIX e os anos 20 significa percorrer sem novidades as etapas iniciais dos países europeus durante a primeira fase da Revolução Industrial. (...) No Brasil, como na Europa, nos barracões adaptados de qualquer jeito para serem transformados em fábricas, reinava a absoluta falta de higiene, ventilação e iluminação. As multas choviam sob qualquer pretexto, reduzindo o salário dos operários, e o

uso da violência física contra crianças era comum. (TRENTO, 1989, p. 209).

Fábricas abarrotadas de trabalhadores operando nas piores condições possíveis de insalubridade e perigo; crianças e mulheres sendo empregadas em jornadas sobre-humanas com o fim de achatar os salários dos homens; encarregados que se transformavam em verdadeiros carrascos e castigavam sem piedade corpos e almas operárias diuturnamente. “As condições gerais de trabalho urbano no Brasil nos trinta primeiros anos do século XX são conhecidas, correspondendo nas empresas maiores, ao modelo de acumulação da primeira fase do capitalismo industrial”. (FAUSTO, 2016, p. 126).

Vito Giannotti também descreve as condições avassaladoras das fábricas no início da industrialização nacional como completamente nocivas à saúde, insalubres, úmidas, repletas de pó de carvão e fumaça, vapores e uma alimentação miserável, o que culmina em doenças infecciosas, tuberculose, tifo, cólera. “Em 1910, nas fábricas de São Paulo, a idade média de vida do trabalhador chegava a 19 anos. (...) Em 1819, a idade média de vida dos operários ingleses era de 21 anos”. (GIANNOTTI, 2007, p. 53).

Essas terríveis condições de trabalho só poderiam mesmo conduzir à revolta geral dos trabalhadores contra o sistema que lhes oprimia, o que fez eclodir os movimentos operários no Brasil, embora de modo tardio, assim como foi tardia a própria industrialização neste país. “Em geral, até 1900, não se foi além da contestação vaga e das ações isoladas. As únicas tentativas de aglomeração tiveram características muito diferentes da luta de classe e se esgotaram rapidamente nos primeiros anos 90”. (TRENTO, 1989, p. 213).

Apesar de incipiente, o movimento operário se desenvolveu a partir de meados dos anos 90, opondo-se à corrente reformista predominante, por exemplo, no Rio de Janeiro. “Socialistas, anarquistas e socialistas revolucionários monopolizarão (sobretudo estes) a organização proletária e as lutas no trabalho até 1920. No seu desenvolvimento, o papel principal foi interpretado pelos imigrantes.”. (TRENTO, 1989, p. 213-214).

A base das organizações operárias será formada, assim como a maior parte de seus quadros dirigentes, por italianos, espanhóis e portugueses, sendo que os italianos atuavam principalmente em São Paulo. (TRENTO, 1989).

Foi grande o número de anarquistas que vieram para o país e, tal como ocorrera na Europa, também no Brasil, na primeira fase da industrialização, as correntes anarquistas se sobressaíram sobre aquelas socialistas. Para se livrar dos indesejáveis, o governo italiano, principalmente, se apressava em despachar para longe de seu território essas figuras socialmente perigosas.

Entre todos, o governo italiano foi o mais disponível para operações desse gênero. As preocupações em relação aos “subversivos” haviam-no levado a tomar uma série de medidas para controlá-los, desde o fechamento das associações aos agentes infiltrados, às provocações e, enfim, ao convite para deixarem o território nacional com um passaporte para a América..(TRENTO, 1989, p. 215).

Assim, os estrangeiros foram os responsáveis principais pelo surgimento do movimento operário no Brasil, o qual lideraram, segundo Trento, durante décadas. Para o autor, essa predominância teria se dado pela preponderância numérica no núcleo do proletariado, o que, conseqüentemente, refletiu estatisticamente no número de estrangeiros no movimento operário.

É o que também se afirma em “desde 1880 até 1920, no mínimo, os imigrantes e seus filhos brasileiros constituíam a maioria da classe operária urbana em São Paulo e Santos, e uma grande parte do proletariado do Rio de Janeiro”. (MARAM, 1979, p. 15).

Isso não significava que se tratasse, todavia, de uma parcela de operários politicamente mais autorizada que os demais. “Na verdade, uma parcela mínima de emigração com experiência política chegou de fato ao Brasil, mas seu peso quantitativo foi muitas vezes mitificado pelos libelistas da época e pela historiografia posterior”. (TRENTO, 1989, p. 217).

Para Sheldon Leslie Maram, o que diferenciava os trabalhadores imigrantes dos trabalhadores brasileiros era o fato de os primeiros ocuparem cargos qualificados ou semiquualificados, sendo que esses cargos seriam muito mais fundamentais para a continuidade do sindicalismo. Além disso, entre os estrangeiros haviam pessoas que já haviam experienciado a luta de classes na Europa, antes da imigração. (MARAM, 1979).

Entretanto, o operário brasileiro, marginalizado nas profissões subalternas e não qualificadas, não possuía uma tradição de classe na qual pudesse basear-se. Ressentia-se do sentido de superioridade cultural e até mesmo racial que o imigrante ostentava sobre ele. Por

sua vez, os imigrantes militantes ressentiam-se dos brasileiros, por estarem prestes a melhorar de vida substituindo-os durante as greves.(MARAM, 1979, p. 30).

Os anarquistas italianos representarão um marco para o movimento operário, onde se fizeram presentes desde os anos 90, organizando uma importante imprensa libertária, concentrada principalmente em São Paulo, por meio da qual espalhava sua propaganda anarquista, esforçando-se em demonstrar, por meio desta, a importância do ideário anarquista para o povo brasileiro.

Nem a frequência dos confiscos nem a lei de expulsão de 1907 atenuaram o empenho jornalístico, mas a importância dos italianos foi bem maior do que o número de títulos pode indicar, já que muitos desses militantes atuavam como redatores, diretores e, às vezes, fundadores de publicações classistas brasileiras. (TRENTO, 2013, p. 73).

Essa imprensa libertária imigrante desempenhou um papel essencial na formação do movimento operário brasileiro. Em busca de um discurso de classe que atingisse as massas, os anarquistas buscaram diferentes linguagens para se comunicarem com os operários, com destaque para a fotografia e a música. “Já que o discurso de classe é quase impenetrável – a nível da palavra escrita – duas linguagens surgem como pistas interessantes na busca dessas marcas: a fotografia (ao lado cinema, na medida do possível) e a música”. (HARDMAN, 1984, p. 48)

A imprensa anarquista, especialmente, foi importante entre 1900 e 1920.

A imprensa anarquista era escrita para trabalhadores. E, na maioria das vezes, por trabalhadores. Seus artigos eram de estilo simples, de conteúdo repetitivo, e suas análises eram frequentemente simplistas. Mas devemos lembrar dos propósitos a que se destinavam: em primeiro lugar, conduzir o proletariado à ação e, em segundo, dar-lhe a orientação adequada para essa ação. (MARAM, 1979, p. 89).

O anarcossindicalismo foi, segundo Maram (1979), a força ideológica que mais exerceu influência sobre o movimento operário brasileiro. “Seus participantes constituíram a espinha dorsal da liderança militante, tendo editado a maioria dos jornais operários e dominado as atividades e a organização dos sindicatos”. (MARAM, 1979, p. 73).

Além disso, para o mesmo autor, os interesses do proletariado brasileiro eram mais compreendidos pelo anarcossindicalismo, vindo daí a sua força e sua influência.

Já no final do século XIX surgiram as primeiras ideias e organizações socialistas no Brasil, inspiradas na 2ª Internacional. Mas rapidamente os ideais anarquistas, trazidos pelos imigrantes da Itália e da Espanha, tornaram-se mais influentes. Depois, a predominância do anarquismo deu lugar à influência dos comunistas, a partir do começo da década de 1920. (GIANNOTTI, 2007, p. 62).

No anarquismo, os trabalhadores imigrantes podiam manter seus vínculos com a terra pátria, enquanto os socialistas insistiam em exigir a adoção da cidadania brasileira para que pudessem votar em suas eleições, o que não era exigido pelo lado dos anarquistas.

Os libertários consideravam uma verdadeira maldição o nacionalismo e, principalmente, a participação em processos eleitorais. (MARAM, 1979). Nessa corrente, o sindicato “como forma social do movimento revolucionário, destinada a substituir o Estado’, deve constituir todo o universo do operário, preenchendo suas necessidades materiais, morais e culturais”. (HARDMAN, 1984, p. 89). Nesse sentido, não eram adeptos a organizações partidárias, preferindo preservar a autonomia dos trabalhadores frente a possíveis inserções controladoras dos partidos sua vida e suas lutas.

A ênfase era dada à luta econômica. Os anarquistas apostavam no desenvolvimento autônomo, isto é, não tutelado, das possibilidades da classe trabalhadora. Por isso, davam muita importância à cultura e à formação política. Teatro, espetáculos, círculos de leitura e escolas operárias eram atividades privilegiadas pelos anarquistas. (GIANNOTTI, 2007, p. 77).

Eram os estrangeiros os principais responsáveis por imprimir o ritmo da luta e o tom do discurso operário. “Aliados ao calor do debate, numa linguagem metade italiana, metade portuguesa, os militantes estrangeiros imprimiam um grande dinamismo aos temas em discussão, e acabava prevalecendo sempre a concepção anarquista do sindicalismo e a ação direta como método de luta”. (RODRIGUES, 1984, p. 105).

Na visão anarquista, os sindicatos eram a forma mais importante de organização dos trabalhadores. A principal forma de luta era a “ação direta”: lutas espontâneas com o máximo de autonomia para cada organização operária. Recusavam a ideia de qualquer central sindical. O máximo que admitiam eram as confederações que não impusessem suas decisões e assim respeitassem as decisões autônomas das bases. (GIANNOTTI, 2007, p. 77).

Nessa fase importante do anarquismo, chegou-se à criação de uma central sindical, chamada de confederação, como convinha à prática anarquista: Confederação Operaria Brasileira – COB.

A hegemonia anarquista no seio do movimento operário durou cerca de 40 anos, mas se enfraqueceu com a fundação do Partido Comunista em 1922.

Durante quarenta anos, a presença anarquista no meio operário brasileiro era quase que exclusiva. Em 1922, o Partido Comunista é fundado quase que inteiramente por ex-anarquistas. A divisão entre anarquistas e comunistas representou um dos fatores para o enfraquecimento do movimento operário na década de 20. (GIANNOTTI, 2007, p. 86).

A Revolução de 1917 dividiu os partidos socialistas, que se atacavam entre as duas opções postas pelos ideários que se opunham - reforma ou revolução. A questão atingiu em cheio os anarquistas, dividindo-os em campos opostos.

Dentro dos partidos socialistas, os que apostavam na revolução socialista mundial passaram a se chamar de *comunistas*. Os que discordavam do caminho soviético e apostavam em reformas para mudar a sociedade, dentro do capitalismo, passaram a se chamar *socialistas* ou, mais explicitamente, *socialdemocratas*. Os revolucionários os chamavam, com um tom de desprezo, de *reformistas*. (GIANNOTTI, 2007, p. 87-88).

Na América Latina a divisão interna não se fez tardar e os seguidores do grupo revolucionário dariam origem aos Partidos Comunistas da Argentina, Chile e Cuba. No dia 25 de março de 1922, em Niterói, os dissidentes brasileiros do anarquismo criam o Partido Comunista Brasileiro. “Todos, menos um, vinham das lutas anarquistas das fábricas e dos bairros operários.”. (GIANNOTTI, 2007, p. 89).

Em resumo, no período que se estendeu de 1880 a 1920, predominou, no Brasil, uma imprensa operária de tendência anarquista. A partir da fundação do PC, passou-se a dar mais importância à imprensa partidária centralizada do que aos vários jornais locais, típicos do período anarquista. Este era o instrumento político-sindical para a

informação e formação da classe trabalhadora que se firmará nas décadas seguintes, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. (GIANNOTTI, 2007, p. 95).

Em 1920, após período de forte repressão, com o decreto de estado de sítio e a disputa interna, deixa de circular o jornal da COB, *A voz do Trabalhador*, marcando o declínio da imprensa e, assim, da influência anarquista no Brasil. “Os anos de 1917-20 serão os anos do apogeu do anarquismo e de sua crise”. (FAUSTO, 2016, p. 198). Apesar de seu suposto fracasso enquanto protagonista das lutas operárias brasileiras, “a orientação da vanguarda anarquista teve assim um peso que não pode ser ignorado ao longo da história do movimento operário do período e na conjuntura de 1917-20”. (FAUSTO, 2016, p. 276).

No Brasil anterior a 1930, um dos elementos fundamentais na definição de uma relativa autonomia cultural da classe operária foi sua autonomia no plano associativo, principalmente sindical. E nesse processo, é claro, a presença significativa do anarcossindicalismo (pelo menos entre 1906 e 1920) teve um papel decisivo”. (HARDMAN, 1984, p. 31).

Sobrevieram, assim, as correntes socialistas e comunistas como principais personagens das lutas operárias no Brasil, mas guiadas por aqueles mesmos imigrantes, remanescentes do movimento anarquista, lutando pela busca da solidariedade de classe, pela defesa do direito de greve, pela necessidade de criação de uma legislação trabalhista, pela denúncia das leis repressoras e da violação das liberdades pública, bem como pelo reconhecimento dos sindicatos.

Apesar do descenso, foi justamente nessa época que a *questão social* ganhou centralidade na política nacional. “A temática da necessidade de fixar as relações de trabalho através de uma legislação específica ganhou impulso sob a influência direta das mobilizações operárias”. (FAUSTO, 2016, p. 251).

Quanto às leis trabalhistas, Fausto (2016) afirma que o projeto de Código de Trabalho ficaria encalhado na Câmara Federal até julho de 1918, quando seria reativado por Nicanor Nascimento, apesar de suas restrições ao texto, vindo a permanecer este Código como tema principal de debates no Congresso por alguns meses. Não seria simples, todavia, aprovar um Código Trabalhista.

Contra os movimentos grevistas, o Estado fazia valer todo seu poderio de uso da violência em desfavor dos militantes sindicalistas. Foram vários os

atentados contra a liberdade sindical e o direito de expressão. “A greve era concebida não como um produto das contradições entre forças sociais, mas como manobra conspirativa, levada a cabo por indivíduos capazes de manobrar um agregado destituído de vontade própria”. (FAUSTO, 2016, p. 251).

A lei que aprovava os sindicatos em 1907, logo, portanto, no início do século XX, “parecia formalmente reconhecer a atividade sindical. Mas na verdade, como já vimos seu objetivo era controlar os sindicatos e tentar evitar novos movimentos grevistas”. (GIANNOTI, 2007, p.99). Segundo essa lei, os sindicatos deveriam ter como finalidade unicamente *confraternizar as classes*.

Já entre 1922 e 1927, sob estado de sítio, os trabalhadores foram duramente reprimidos em suas reivindicações e sua luta gravemente enfraquecida. Centenas de seus líderes, considerados indesejados, foram expulsos das fábricas, com centenas de militantes sendo deportados para seus países ou violentamente presos. (GIANNOTI, 2007).

Em resumo, podemos dizer que a política dos vários governos que se sucederam de 1889 a 1930 foi sempre a mesma. Estes desconheciam as lutas operárias e recorriam sempre à repressão contra qualquer protesto, greve ou proposta de organização. (GIANNOTI, 2007, p.103).

Com a entrada de Getúlio Vargas no poder, entre 1930 e 1945, ocorre uma virada na economia e na política brasileiras. O Estado passaria a intervir na economia, incentivando a indústria nacional e criando as bases de uma indústria pesada com a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Brasileira de Álcalis, entre outras, aplicando, assim, na indústria a economia de capital acumulada com o café de exportação. (GIANNOTI, 2007).

A intervenção governista também se fez notar nas relações entre capital e trabalho, com a criação do Ministério do Trabalho e a elaboração de uma ampla legislação trabalhista, fundando, assim, o Direito do Trabalho no Brasil.

É importante ressaltar que essa fundação, todavia, não se deu pela benevolência varguista, mas como resultado das tensões de classe que se ameaçavam desestabilizar o jogo de poderes em favor dos trabalhadores. Essa ameaça foi o que gerou a reação governista que instaura a legislação trabalhista como forma de arrefecer as agitações das massas e restabelecer o (des)equilíbrio desse jogo.

Entre 1926 e 1927, no apagar das luzes da Velha República, quase não havia leis trabalhistas no Brasil. As poucas que existiam já eram o resultado das lutas de greves realizadas pelos trabalhadores, sobretudo a partir de 1917, como também do reconhecimento da necessidade de internacionalização da legislação trabalhista, com o impacto da Revolução Russa. (VIOTTI, 2007).

Foi a partir dessas muitas lutas que o Governos Vargas tomou as medidas que culminariam na Consolidação das Leis do Trabalho, de 1º de maio de 1943, pelo Decreto-lei n. 5.452.

Mesmo essa legislação surgia sob forte influência italiana, mas agora não pelas mãos dos militantes políticos no Brasil, mas vinda da *Carta del Lavoro*, de 1927, pela qual o Governo corporativista de Mussolini controlou os sindicatos operários, afastando, assim, as insurgências anarquistas e comunistas que ameaçavam a ordem fascista italiana no início do século XX.

Mas o que se busca aqui não é apenas enfatizar a importância para o surgimento do Direito do Trabalho das primeiras Imigrações italianas que chegaram às nossas praias. É também mostrar que o protagonismo que tem sido atribuído a Vargas esconde lutas não menos importantes que a sua vontade política; e que essas lutas de algum modo têm de continuar, sem o que novas conquistas poderão se tornar inviáveis, e as conquistas passadas talvez venham a se perder – como já começou a acontecer.

Ao trazer para as fábricas e mesmo para as fazendas suas ideias rebeldes, as gentes italianas não se esqueceram também de plantar aqui suas emoções, mesmo porque ideias e emoções caminham juntas; e assim, tal como aconteceu com os nossos indígenas e com as pessoas vindas da África, contribuíram para a formação do corpo e da alma do povo que veio a se chamar de *brasileiro*.

No tocante ao Direito do Trabalho, especialmente, as migrações italianas tiveram papel relevante. As mãos de Vargas não foram guiadas apenas por seu interesse político – ou talvez patriótico – de lançar as bases de nossa indústria. Sua Consolidação das Leis do Trabalho, divulgada nas cartilhas, nos discursos e sobretudo nos programas diários da *Voz do Brasil*, foi também o resultado de pressões operárias, quase sempre influenciadas por aqueles mesmos imigrantes.

Na verdade, o próprio Direito do Trabalho trazia e traz ainda alguns traços daquelas gentes. É um Direito com pés no chão, mas com olhos no horizonte. É um Direito que lida com emoções, tanto quanto ele próprio carrega emoções desde a sua origem. É também um Direito viajante, na medida em que não se contenta consigo mesmo. E, ao mesmo tempo, é um Direito que preserva ou tenta preservar a sua essência, a sua teleologia, e nesse sentido a sua permanência.

De outro lado, nos tempos atuais, o Direito do Trabalho sofre a ação corrosiva de múltiplos fatores, que vão desde a ideologia neoliberal até a chamada *reestruturação produtiva*, com suas empresas em rede, suas terceirizações, seu trabalho à distância, seus contratos curtos e multiformes e tantos outros elementos que conspiram contra o movimento operário. É dessa nova fase que tratará o capítulo seguinte.

5 TRABALHO E IMIGRAÇÃO ITALIANA EM MINAS GERAIS

Como visto anteriormente, a partir da década de 1870, as correntes de imigração constituíram importante fator na formação da sociedade brasileira, destacando-se entre elas a de imigração italiana. Este tipo de imigrante “coletivo” estava associado à forma de imigração então implementada – a subvencionada – uma vez que se articulava à definição de seus dois destinos básicos: uma parte mais numerosa devia ser levada às fazendas de café paulistas para substituir o braço escravo, e uma outra dirigia-se aos núcleos de colonização, fundamentalmente oficiais, localizados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

Em Minas Gerais, de modo diferenciado, os estrangeiros foram atraídos para os trabalhos na mineração, desde muito antes da chamada imigração subvencionada. Note-se que com o esgotamento da mineração a “céu aberto” e a dificuldade de mão de obra livre no local, característica do período colonial, imigrantes estrangeiros, - italianos e austríacos - foram contratados pelos ingleses que exploravam ouro na Mina de Morro Velho, no atual município de Nova Lima, e na Mina da Passagem, localizada entre Mariana e Ouro Preto, desde 1834. (PEREIRA, FARIA e BRANDÃO, 2012).

Em tempos atuais, novos imigrantes italianos continuam a desembarcar no território mineiro. Quem serão esses novos italianos? Eles ainda influenciam o Direito do Trabalho no Brasil? É o que este capítulo procura investigar e responder.

5.1 Esboço histórico da imigração italiana em Minas Gerais

Os primeiros registros de trabalhadores italianos em Minas Gerais datam de 1881, o que provavelmente teria se dado pelo intermédio da Associação Promotora da Imigração de Minas ou por empresas como a John Petty & Ca., que assinou contrato com o Governo Provincial em 12 de dezembro de 1881. (PEREIRA, FARIA e BRANDÃO, 2012).

Por esse acordo, optou-se por trabalhadores italianos por serem considerados pelos proprietários da Mina como religiosos, recatados, e, portanto, menos agitados que os espanhóis, por exemplo. A aceitação era pelos italianos procedentes do norte, já que havia uma desconfiança relativamente aos que emigravam do sul. Desta região procediam geralmente pequenos comerciantes, os artistas ambulantes e os que exerciam nas cidades as profissões mais humildes, e os que não eram agricultores. (PEREIRA, FARIA e BRANDÃO, 2012).

Ainda no período imperial, iniciou-se uma imigração oficial subvencionada pelo governo, no período imperial de 1867 – 1879, porém essa não alcançou os objetivos estabelecidos. Sendo retomada na década de 1880 pela edição de várias leis e regulamentos que culminaram com novas tentativas para a introdução de imigrantes no Estado.

A inauguração da nova política ocorreu com a fundação, em Juiz de Fora, da Associação Promotora de Imigração, para incrementar a vinda para a Província de Minas. Era uma sociedade particular, constituída por elementos representativos dos interesses econômicos da Zona da Mata. Em 25 de janeiro de 1888, o governo provincial realizava um contrato com a Associação para introduzir 30.000 pessoas. (GÓES, 1973).

A Inspetoria-Geral de Imigração em Juiz de Fora estabelecia normas para o funcionamento da hospedaria de imigrantes e para criação de núcleos coloniais oficiais e particulares; fixava os favores que seriam concedidos aos colonos como hospedagem por dez dias na hospedaria, passagem para todos os membros da família mais os fretes para bagagem. Enquanto se organizava o serviço de colonização provincial, os núcleos criados deveriam ficar subordinados à Inspetoria-Geral de Imigração. Cada Núcleo era obrigado a possuir uma escola de ensino primário. (GÓES, 1973).

Na realidade, o governo de Minas só começou a incentivar a imigração em 1887, por exigências dos grandes fazendeiros, sendo necessário que o governo assumisse todos os encargos da viagem, visando permitir que o fluxo de imigrantes fosse contínuo. Contudo, foi no período entre 1894 e 1901 que as Minas Gerais receberam a primeira grande corrente migratória em seu território, a grande maioria dirigindo-se para as fazendas de café. (TRENTO, 1989).

Segundo Trento (1989), desconsiderando-se as cifras exageradas e, não sendo de fato possível uma enumeração exata dos italianos presentes em Minas Gerais naquele período, seria possível estimar que como razoável “cerca de 25.000, no início de 1896, 55.000, por volta de 1900, 50.000, em 1910 e, únicos dados quase exatos, 42.943, em 1920, e 18.819, em 1940”. (TRENTO, 1989, p. 102).

Em relação ao número de residentes, os industriais eram pouco numerosos, segundo Trento (1989). Apesar disso, Domingos Giroletti salientou que a imigração foi um fator relevante para o processo de industrialização, intensificando o processo de divisão social do trabalho e diversificando o mercado de mão de obra e o mercado interno.

A mão de obra imigrante, qualitativamente superior à do escravo, era dotada de certas habilidades profissionais extremamente funcionais face às mudanças que se processavam. Além de conhecimentos de agricultura, os imigrantes dominavam uma gama de técnicas artesanais e manufatureiras relativamente diversificadas que variavam desde a transformação de alimentos (banha, salame, farinha, massa de tomate, conservas, massas, doces, bebidas...) até a fundição de ferro. (GIROLETTI, 1988, p. 19-20).

A partir do final do século XIX, os italianos que antes partiam em massa para as grandes fazendas do café passaram a se deslocar para outros núcleos coloniais. Na década de 1880, também as cidades, com seus núcleos industriais, passaram a atraí-los para, aqueles que pudessem, instalarem-se com seus negócios em outras cidades e regiões do Estado.

A partir de 1907, em combinação com a política de povoamento adotada pela União, estabeleceu-se uma nova política de imigração ditada pelas leis federais para imigração, até então concentradas na legislação estadual. Neste percurso, Belo Horizonte afirmou-se como capital e passou a ser a única cidade em Minas Gerais a abrigar seis núcleos coloniais com população estrangeira, principalmente de italianos, e nacional, demonstrando, assim, a importância desta experiência para o município e para o Estado.

Uma participação importante dos italianos em Minas Gerais deu-se na construção e no processo de industrialização da Capital mineira, Belo Horizonte. “Pequenas e primitivas indústrias familiares de imigrantes italianos já

proliferavam em Belo Horizonte mesmo antes da inauguração da cidade, em 12 de dezembro de 1897". (BIASSUTTI, LOSS e LOSS, 2003, p. 159).

A cidade é marcada pela presença do estrangeiro, que se revela em nomes de ruas, de firmas, de estabelecimentos comerciais e de instituições de naturezas diversas. Em publicação do Museu Abílio Barreto, foi observado.

Por motivos variados e com expectativas diferentes, homens e mulheres de outras nacionalidades para cá vieram e aqui refizeram as suas vidas. Trabalharam, constituíram suas famílias, seus negócios, inventaram formas de sociabilidade, fizeram escolhas, promoveram trocas e acrescentaram, por certo, às suas experiências anteriores, valores culturais novos que, somados aos que traziam na bagagem, resultaram na constituição de um novo sujeito. [...] Com o estrangeiro, o da terra aprende diferentes modos de fazer. Construtores da cidade ensinaram técnicas e aprenderam maneiras. Agricultores trouxeram novas sementes e descobriram outros frutos; padeiros misturaram ingredientes e fizeram pães de novo tipo; artistas se deliciaram com o belo de nosso horizonte e encenaram, desenharam, esculpiram, pintaram, dançaram e misturaram ritmos de uma maneira nova; operários aprenderam e ensinaram seus modos de manejar água, fogo e forja. Para professores, clérigos, homens de negócios ou simplesmente para homens e mulheres, independentemente da profissão que trouxeram, a vida vivida em Belo Horizonte os torna gente desta nossa terra, como pode fazer dos nativos, gente estrangeira. Tudo depende da perspectiva com que se olha a questão. (PIMENTEL, 2004, p. 7).

A participação dos imigrantes na construção de Belo Horizonte foi retratada pela artista plástica Yara Tupinambá, no painel exposto no Plenário da Câmara Municipal de Belo Horizonte:

Construído especialmente para compor as paredes do Plenário Amyntas de Barros, o painel "Belo Horizonte: do século XVIII ao século XXI", de Yara Tupynambá, retrata parte da memória da cidade, lembrando o período de construção da capital e a criação da Câmara dos Vereadores. A obra ilustra as primeiras propriedades rurais em torno da Fazenda do Leitão, a Igreja da Boa Viagem, a Rua Sabará (primeira a ser construída), a comissão construtora da "cidade planejada", os operários e os imigrantes, as reivindicações do movimento feminista e dos jovens e a formação de um ideal de democracia.³⁷

³⁷ Tupinambá, Yara. "Belo Horizonte: do século XVIII ao século XXI". Belo Horizonte: 2012.

Disponível em :

<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2017/01/acervo-art%C3%ADstico-da-c%C3%A2mara-de-bh-re%C3%BAne-mais-de-70-objetos>. Acesso em 15 de maio de 2023.

Figura 5- Painel de Yara Tupinambás: “Belo Horizonte: do século XVIII ao século XXI”



Fonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte

Com o advento da Lei no. 32 de 18 de julho de 1892, o Estado de Minas inicia uma nova organização do serviço de imigração. A administração passa então a ser realizada pelo Governo de Minas na Europa e na Ásia. A Superintendência da Emigração na Europa foi instalada em 1896 na cidade de Gênova, onde se situava um dos principais portos do continente italiano. Essa Superintendência, por sua vez, publicava notas a respeito das vantagens ofertadas pelo Governo mineiro aos trabalhadores italianos. Publicavam-se anúncios em diversos jornais italianos, como *Il Secolo*, de Milão, *Caffaro* e *Secolo 19* de Gênova, *Il Paese*, *La Discussione* e *Matino* de Nápoli, com o título: “Lo Stato di Minas Geraes – Brasile – Informazioni utili agli Emigranti, Operati e Capitalisti”. (PIMENTEL, 2004).

Em 2 de julho de 1982, era assinado o primeiro contrato com esses trabalhadores, com um navio aportando no Rio de Janeiro com trabalhadores que vinham para o Curral Del Rei, cerca de pouco mais de dois após aquela data.

A fazenda do Barreiro teria sido o destino de alguns desses primeiros italianos, onde o engenheiro Aarão Reis organizava o primeiro núcleo agrícola

nos arredores da futura capital do estado. Seguiram-se àquele outros três contratos de imigração. Antes de encontrarem instalação, os imigrantes eram alojados nas hospedarias de imigrantes. (PIMENTEL, 2004).

Com a cidade em formação, nas duas primeiras décadas do século XX, houve campos de trabalho propícios para o estabelecimento dos recém-chegados. Nas áreas em expansão, como comércio, indústria e prestação de serviços, oportunidades surgiram para alguns imigrantes que eram do “ramo”. Podiam atuar ainda como importadores, trazendo novidades tecnológicas e outros objetos de consumo. Esses comerciantes, inclusive, escreviam a parentes (ainda no exterior ou já no Brasil), mencionando as possibilidades de trabalho na nova capital. (PIMENTEL, 2004, p. 23).

As construções exigiam diversos tipos de trabalhadores das mais diversas especialidades, desde arquitetos a artistas, pedreiros, paisagistas e comerciantes.

Alguns estrangeiros vieram para Belo Horizonte como mão de obra graduada – caso de arquitetos, engenheiros e paisagistas; outros atuaram como empreendedores, abrindo estabelecimentos que eram responsáveis pelo fornecimento de material para a construção da cidade. [...] Na mesma leva, mas em maior número, vieram os operários e agricultores anônimos responsáveis, respectivamente, pela construção e abastecimento da cidade. Igualmente anônimos, embora não tão numerosos, eram os ambulantes, mascates, donos de botequins e pequenas vendas que imigraram para a nova cidade motivados pelas possibilidades econômicas abertas na nova capital. (PIMENTEL, 2004, p. 37).

Nos anos seguintes, grande parte dos imigrantes italianos que chegaram a Minas Gerais foi deslocada para áreas agrícolas e para cidades em crescente onda de desenvolvimento, impulsionado pela ferrovia que se embrenhava pelo território mineiro. Mas a maior parte dos trabalhadores italianos se fixavam em Belo Horizonte, a grande parte atraída pela crescente demanda por profissionais especializados.

O governo era o grande empregador desses trabalhadores, porém, como dispunha de pouco dinheiro, a maioria dos prestadores de serviços e fornecedores recebia parte do pagamento em terrenos da Capital. Por meio da presença italiana, a cidade de Belo Horizonte recebeu a implantação dos

primeiros estabelecimentos comerciais e industriais da cidade. (BIASSUTTI, LOSS e LOSS, 2003).

A partir daí os imigrantes italianos fundaram, também, associações e agremiações com as quais se organizavam em sociedades de auxílio e mútuo socorro. Nas primeiras décadas do século XX, e pelo menos até os anos de 1940, foram criadas a Associação Comercial da Cidade de Minas – AC Minas – (1901) ; associações de classe, como a Liga Operária, o Centro operário e Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas (1905); a Sociedade Mineira de Agricultura – SMA – (1909); e jornais impressos vinculados à comunidade italiana, tais como: Un Fiore (1900), Il Martelo (1902), La Voce Del Cuore (1902), L'eco Del Popolo (1905), Roma (1910), Fieramosca (1916 a 1921), La Sequilla (1926), Voce Latina (1916-1927), Itália Nueva (1928), Itália (1936) e Lárrotino Coloniale (1937). (PEREIRA, FARIA e BRANDÃO, 2012).

As escolas também foram criadas como base das políticas de imigração e de educação no Estado de Minas Gerais. No início, as associações italianas propunham um curso de ensino regular, ou escola primária, com ensino de italiano e de belas artes. O currículo, além de atender às exigências nacionais, era complementado por aspectos da cultura italiana, a fim de permitir a perpetuação e manutenção de sua identidade originária. Alguns exemplos destas escolas são: a Associação Italiana Umberto Primo em Juiz de Fora, em finais do século XIX e o Instituto Ítalo Mineiro G. Marconi, fundado em 1936.

No período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais, as relações entre Brasil e Itália sofreram alguns reveses. Na Itália, o regime fascista de Mussolini pretendeu fortalecer sua ideologia no exterior por meio dos emigrantes espalhados pelo mundo, com a intenção de expandir suas fronteiras econômicas, culturais e políticas.

Nesse contexto, o Brasil seria um dos mercados mais promissores da América Latina, dada a grande população de italianos em seu território.

A partir desse momento, italianos espalhados pelo Brasil não demoraram em se organizar em associações de diversas naturezas, tais como clubes, sindicatos, associações de mútua ajuda e escolas. Foi assim que surgiram as “Casa d’Itália”, no início dos anos 30.

As Casa d’Itália representavam o cume dos esforços fascistas para manter as associações italianas rigidamente sob controle. A

princípio essas associações deveriam ser apenas uma forma de potencializar a vida coletiva das colônias através da reunião Dopolavoro, do consulado, das escolas, e das associações num único local. Mas foi nas Casas d'Itália, que o fascismo fez surgir de um canto a outro do mundo, para o italiano, qualquer que fosse sua condição, um encontro com a atmosfera da fraternidade mais acolhedora entre gente da sua própria raça, que sabia compreendê-lo e ajudá-lo, se necessário. Nelas havia serviços médicos gratuitos, ambulatórios, serviços de assistência à infância, maternidades, seções dopolavorísticas, onde se cultivavam todas as formas de diversão sadia, grupos de ginástica, bandas de música, grupos filantrópicos. Todas essas atividades sob vigilância dos cônsules e dirigidas por secretários dos fascios. Mas na realidade eram instrumentos para que o fascismo pudesse completar sua dominação das coletividades italianas no exterior. (BERTONHA, 2001, p. 53).

Em Minas Gerais, as associações “Casa d'Itália” marcaram presença em toda a extensão do de seu território. Destacamos a “Casa d'Itália de Belo Horizonte”, instalada no ano de 1936, onde funcionava o Consulado Italiano e as instituições como Opera Assistenziale Fausto Cecconi, a Società Italiana di Assistenza, a Associazione Nazionale Combattenti e a Società Italiana Dante Alighieri, escola ligada à “Casa d'Itália”, que alterou seu nome para “Grupo Escolar Benedito Mussolini.” Observe-se que nenhuma dessas instituições aceitava sócios brasileiros, somente italianos e ítalo-descendentes. (BERTONHA, 2001).

A partir de 1935, com o governo autoritário de Getúlio Vargas e com a decretação do Estado Novo em novembro de 1937, as associações, imprensa, agremiações políticas e sociedades estrangeiras foram fechadas e algumas simplesmente nacionalizadas. (BERTONHA, 2001).

Já os anos 1980 começaram com profunda recessão econômica brasileira, que teve seu ápice em 1982, com o agravamento da dívida externa. Não obstante as dificuldades econômicas, ocorreram eleições para a renovação do Congresso Nacional e dos legislativos dos Estaduais, com eleições diretas para governadores de Estados. Nessa esteira, inaugurou-se em 1986 a chamada “Nova República”, com a promessa de ajustar o plano econômico nacional e realizar a tão sonhada redemocratização, após anos de ditadura militar.

Não obstante toda essa transformação, a partir dos anos 1990, houve no Brasil uma expansão da “italianidade”. Alguns fatores foram favoráveis a esse fenômeno.

Para começar, certas medidas tomadas pelo Governo Italiano influenciaram a emigração nesse período, como a criação de leis mais flexíveis de cidadania e a ajuda financeira à criação de associações que preservassem e difundissem a língua e a cultura italianas no exterior.

Em síntese, os fluxos migratórios para Minas Gerais podem ser divididos em duas fases. A primeira, entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX, com a utilização de mão de obra estrangeira nas lavouras de café, nas minas de extração mineral e na formação de colônias. A segunda, chamada de imigração técnica, a partir dos anos 1970, com o desenvolvimento do polo industrial mineiro, sobretudo com a implementação da FIAT em Betim/MG.

A partir dos anos 2000, fortes transformações políticas, sociais, econômicas e culturais no cenário internacional influenciaram uma mudança considerável no panorama das migrações internacionais com destino ao Brasil. As condições citadas foram agravadas pelas ações terroristas que se sucederam a partir de 2001, pelos inúmeros conflitos em distintas partes do mundo e, ainda, pela crise econômica internacional do triênio 2008-2009-2010. (UEBEL, 2014).

Os impactos da crise econômica, política e social iniciada em 2008, especialmente no contexto europeu, fizeram-se sentir fortemente nas dinâmicas migratórias em nível global e regional. No caso das migrações de italianos para o Brasil, percebem-se mudanças sensíveis nos perfis migratórios, nas relações com a institucionalidade nos países de origem e de destino, na inserção no mercado de trabalho e muitas outras dimensões na vida das populações migrantes já se desenham nos horizontes presentes.

Impulsionados por uma grande diversidade de motivos de ordem econômica e social, novos fluxos de populações italianas passaram a se consolidar nos últimos anos, envolvendo diretamente o Brasil. Sendo que, razões de pertencimento histórico e de relações estabelecidas em redes migratórias também influenciam a realidade contemporânea. Pode-se perceber,

nesse quadro, uma correlação estrutural entre tais novos fluxos e as consequências globais e locais da crise de 2008³⁸.

5.2 Os novos imigrantes: a busca por trabalho a partir da Crise de 2008

Visando mapear o novo perfil migratório italiano para Minas Gerais, considerado este como sendo o representado pela população que desembarcou no Brasil após a Crise de 2008, a pesquisa “Crise, trabalho e novos fluxos migratórios (2008-2020),” realizada por meio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com apoio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fapemig), objetivou realizar um retrato das novas faces dos imigrantes italianos nos tempos atuais.

Como já visto, no período compreendido entre 1884 e 1901 ocorreu a primeira grande leva migratória de pessoas italianas para Minas Gerais, quando aqui chegaram os pioneiros deste movimento. A partir de 1887, o governo de Minas Gerais passaria a executar um incentivo oficial a essa imigração, considerando a necessidade de suprir a carência de mão de obra nas lavouras cafeeiras.

Para tanto, a administração regional do Estado assumia os custos do transporte a partir da contratação de empresas privadas que realizavam a travessia. Visava-se, assim, contornar os reflexos da iminente extinção do trabalho escravo regulamentado, garantindo-se um fluxo ininterrupto de imigrantes para as grandes fazendas do café.

Já no início do Século XXI, Minas Gerais segue recebendo imigrantes italianos em seu território. Esses continuam a imigrar por necessidade, em busca de melhores condições de trabalho e vida, embora, no momento atual, seu perfil socioeconômico seja muito mais favorável e, com isso, sua relação com o

³⁸ Refere-se à mais recente grande crise financeira do capitalismo, que se alastrou mundialmente após o dia 15/09/2008, quando, no USA, por volta de 1h45 da manhã, o banco Lehman Brothers (fundado em 1850) declarou falência, deixando para trás um débito de US\$ 691 bilhões e 25 mil funcionários desempregados.

trabalho seja uma relação também mais harmônica do que aquela experimentada pelos primeiros imigrantes.

Assim, a pesquisa objetivou discutir a relação entre a Crise de 2008 e as novas imigrações italianas para Minas Gerais, sob a perspectiva do trabalho. Verificaram-se, assim, os impactos da Crise sobre os novos deslocamentos migratórios italianos para esse estado, buscando compreender como esses imigrantes se inserem no contexto regional e se relacionam com o trabalho e suas multideterminações.

Assim sendo, este capítulo apresenta uma compilação do que foi obtido como resultado dessa pesquisa, contextualizando o cenário econômico daquela crise, expondo os resultados da coleta de dados, sistematizando esses dados com vistas a traçar o novo perfil migratório italiano atualmente encontrado em Minas Gerais.

Como amplamente conhecido, o ano de 2008 foi marcado por um colapso financeiro que, tendo eclodido nos Estados Unidos da América, teve consequências globais de grande relevo para a história econômica e política mundial. Entre os países mais afetados, destacam-se os países da União Europeia, no sul da Europa, Portugal, Itália, Grécia e Espanha (PIGS).

No período que antecedeu a crise de 2008, já se encontrava a Itália economicamente desorganizada. As políticas de severa austeridade fiscal que marcaram a década de 1990 no país, somadas a flexibilizações constantes das normas de proteção ao trabalho, acabaram por romper as grades legais de direitos e garantias que resguardavam os italianos contra as vicissitudes de um sistema econômico e político constantemente em crise.

Enquanto isso, o Brasil viria a enfrentar a grande crise de 2008 de forma a sentir seus impactos apenas de forma tardia. Este fator fez com que o Brasil se tornasse novamente atrativo aos italianos como uma rota de fuga do caos econômico que tomou conta de seu país, vendo no território brasileiro a possibilidade de encontrar oportunidades de trabalho que se dissipavam, por sua vez, no território italiano.

Em um processo de constantes reduções de juros do capital, bem como de tributos, além de ampla facilitação de crédito, por meio das instituições financeiras, pública principalmente, o governo brasileiro estimulava o consumo interno, visando manter o aquecimento econômico em meio à crise.

Nesse período, a economia brasileira se sustentava, como regra antiga, aliás, no comércio aquecido das *comodities* agrícolas, sendo esta a base do comércio internacional do país. Assim, como em toda a história, a classe média brasileira usufruía das melhores condições de vida e trabalho que podia, por meio do aumento do consumo de bens duráveis e não duráveis, viagens aéreas, acesso à educação superior, entre outros aspectos.

Noutra via, a Itália enfrentava uma situação extremamente oposta. Em vista disso, novamente milhares e milhares de italianos voltaram a abandonar o país movidos pelas necessidades materiais de sobrevivência em um mundo capitalista e globalizado. De acordo com o que apontou a pesquisa realizada, o fator econômico foi a principal motivação para a vinda desses novos italianos para Minas Gerais, após a crise de 2008.

A identificação dos novos imigrantes de origem italiana no Brasil — seja em relação aos estratos sociais a que pertencem, níveis de qualificação profissional, origens regionais, faixas etárias, enfim, perfis socioeconômico-culturais — constitui um enorme desafio para as políticas públicas relacionadas ao tema da migração.

Para enfrentar esse desafio, a presente pesquisa poderá ser útil para investigações futuras, como ponto de partida para diagnóstico e interpretação do fenômeno migratório.

Foi definida a hipótese de que a crise de 2008 teria provocado um aumento desse fluxo migratório, em razão das situações diversas em que Itália e Brasil se encontravam diante do problema econômico global instalado. Assim, foram coletados dados estatísticos e documentais, conjugando-os com a aplicação de questionários semiestruturados aplicados entre a população alvo.

Inicialmente, foram coletados dados junto ao Sincre (Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros) e do Sismigra (Sistema de Registro Nacional Migratório)³⁹, que comportam os dados Polícia Federal brasileira, extraíndo-se dados contidos nos pedidos de cadastro para a emissão da RNM (Registro de Nacional Migratório); junto ao Consulado Italiano em Minas

³⁹ Até 2017, sob o Estatuto do Estrangeiro, os registros formavam o Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (Sincre). Com a Nova Lei de Migração, em 2018, passaram à denominação de Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra).

Gerais (Anagrafe dos Italianos Residentes no Exterior– AIRE); e à OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais.

Posteriormente, promoveram-se incursões em eventos tradicionais de imigrantes e descendentes italianos em Belo Horizonte, buscando compreender como essa população se organiza internamente. Por fim, os questionários foram aplicados, de modo eletrônico, visando obter o esboço de um possível perfil dos novos imigrantes italianos no Brasil.

Foram pesquisados os imigrantes registrados no Brasil com nacionalidade Italiana (qualquer país de nascimento), com data de entrada no Brasil entre os anos 2008 e 2016 e que se registraram na PF até maio/2017. Ressalva-se que, apesar da legislação exigir o registro no prazo de 30 dias após a entrada, há muitos que fazem o seu registro após este prazo, até mesmo anos depois. Além disso, há vários imigrantes em que a data de registro na PF consta com data anterior a de entrada. Esses casos foram excluídos da amostra. Ao todo, foram analisados 1542 casos.

Assim, restou como delineamento da amostra final os imigrantes com nacionalidade Italiana que entraram entre 2008 e 2016 e se registraram no máximo até maio de 2017.

Com base nesses critérios de seleção de amostra para estudo, o número total de imigrantes italianos no Brasil no período pesquisado foi de 23.126 pessoas.

Foi possível notar um aumento gradual no fluxo migratório italiano para o Brasil no período compreendido entre 2008 e 2014. Sendo que em 2014, a imigração acentuou-se: mais de 3.500 pessoas de origem italiana deram entrada no Brasil e pouco mais de 4.000 registraram-se na Polícia Federal.

Dos anos de 2008 até 2013, o número de imigrantes que entraram no país é menor que o de registros. Isso indica que, mesmo havendo uma legislação de registro no prazo de 30 dias, há uma tendência de adiamento desse registro.

Como os dados foram limitados ao ano de entrada até 2016, é possível observar alguns registros datados de 2017. Vale ressaltar que os imigrantes presentes na amostra em estudo contêm registros até maio/2017. Ou seja, pode haver italianos que entraram em anos anteriores a 2017, mas não ainda não eram cadastrados.

Outra observação interessante é que a parcela de imigrantes residentes em Minas Gerais parece seguir a mesma tendência de todo o Brasil. Percebe-se uma tendência de aumento de entrada de italianos no Brasil a partir de 2008 até 2014, sendo que os maiores fluxos de imigração foram nos anos de 2014 e 2015.

Quanto à idade geral de entrada, observa-se que a idade de entrada foi calculada a partir da data de nascimento e data de entrada no Brasil (esta não é uma informação presente nos dados do SINCRE).

A maior frequência observada é para a faixa etária de 35 a 40 anos, representando mais de 13% dos imigrantes nesta faixa etária. Para residentes em MG, essa também é a faixa etária com maior frequência, sendo que quase 60% dos imigrantes entraram no Brasil com idade entre 20 e 45 anos.

Aqui também a parcela de imigrantes residentes em MG parece seguir a mesma tendência de todo o Brasil, sendo que a idade média de entrada, considerando todo o Brasil, é de 38,9 anos, e a idade média de entrada dos residentes em MG é de 38,2 anos.

Pode-se notar que a maior frequência etária observada é para a faixa entre 35 e 40 anos, representando mais de 14% dos imigrantes. Ainda que pouco mais de 50% dos imigrantes residentes em MG entraram no Brasil com idade entre 25 e 45 anos. Por fim, menos de 5% dos imigrantes residentes em MG entraram no Brasil com idade superior a 65 anos.

A seguir, todas as análises da pesquisa consideraram tão somente os residentes em Minas Gerais. Assim sendo, neste Estado, em média, a idade de entrada de homens é maior que a idade de entrada de mulheres. Dentre os homens, a faixa etária de 35 a 40 anos é a de maior frequência, representando pouco mais de 12% do total de imigrantes. E dentre as mulheres, a faixa etária de 20 a 25 anos é a de maior frequência, representando quase 4% do total de imigrantes.

A idade média de entrada, mulheres: 30,4 anos. Além disso, metade das mulheres entraram no Brasil com idade de até 28 anos (mediana). Já a idade média de entrada, homens: 40,3 anos. Além disso, metade dos homens entraram no Brasil com idade de até 40 anos (mediana).

Vale ressaltar que aproximadamente 60% das mulheres imigrantes que residem em MG chegaram ao Brasil com idade entre 15 e 35 anos e, por sua

vez, aproximadamente 62% dos homens imigrantes que residem em MG chegaram ao Brasil com idade entre 25 e 50 anos.

Conforme apontou a pesquisa, houve o registro de 2.588 italianos em Minas Gerais no período compreendido entre 2007 até maio de 2017, segundo o recorte dado pelos números de registro localizados. Como critério de recorte metodológico e diferenciação, foram apurados apenas os italianos que efetivamente efetuaram seu registro neste espaço de tempo, devendo-se considerar ainda que mesmo o registro sendo obrigatório em um prazo de 30 dias a partir da entrada no país, muitos imigrantes atrasam-no ou sequer o realizam.

Partindo desses dados, foi possível apurar que quanto à idade, prevalece a entrada no Brasil de pessoas com intervalo entre 20 e 45 anos, sendo que, entre estes, a maior frequência se instala entre 35 e 40 anos. Quanto aos residentes em Minas Gerais, a maior frequência também se firma na faixa etária de 35 a 40 anos.

Examinando a frequência a partir do gênero, chegaram no arco temporal examinado mulheres com idade média de 30,9 (sendo que a maior frequência se registra na faixa entre 20 a 25 anos) anos, e homens com idade média de 40,8 anos (com maior frequência entre 35 e 40 anos).

Dando prosseguimento à pesquisa, os recém-chegados responderam a um questionário. Nesses, responderam a perguntas fechadas e abertas. Os respondentes, assim, aceitaram o Termo de Consentimento da pesquisa, expressando compreenderem seus objetivos. A pesquisa foi dividida em 4 grandes tópicos: 1) dados sociodemográficos; 2) trabalho; 3) educação; e 4) saúde.

Quanto ao resultado da pesquisa realizada por meio dos questionários, esse já foi publicado em um artigo do qual esta mestranda foi coautora, pela Revista de Direito Brasileira e, assim sendo, optamos por apresentá-lo na forma de anexo, a fim de evitar repetir a exposição de dados no corpo da dissertação. (Ver anexo).

Com base nos dados coletados pela pesquisa quantitativa e pelos questionários, podemos verificar que a população imigrante dos novos italianos, registrados no Estado de Minas Gerais entre 2007 e maio de 2017, é uma população muito diferente daquelas encontradas nos finais do século XIX e início

do século XX. Não se encontra em nenhuma situação de vulnerabilidade social, pelo contrário, trata-se de pessoas com excelente grau de escolaridade, boa posição socioeconômica, chegando a elevados padrões de vida.

Neste sentido, é uma população imigrante que se diferencia também de outras correntes migratórias contemporâneas recém-chegadas ao Brasil, como é o caso de haitianos e venezuelanos, por exemplo, que em sua maioria se colocam em péssimas condições de vida e trabalho.

As condições materiais históricas transformaram radicalmente a história da imigração italiana no Brasil, transformando seu perfil de pessoas que vinham em condições precárias de existência para pessoas que hoje vêm com boa estrutura social e econômica. O que aproxima essas personagens da história da imigração nos dois tempos históricos sem dúvida é o motivo que as faz imigrar - o trabalho.

É certo que os pioneiros da imigração italiana no Brasil realizavam trabalhos muito mais penosos, entretanto, os imigrantes atuais, embora tenham melhores condições sociais e de trabalho, continuam com "a pena" inerente ao trabalho no sistema capitalista, isto é, a *obrigação* de ter de trabalhar para sobreviver.

Uma vez que dependem da venda de sua força de trabalho, com a intrínseca perda da liberdade que essa obrigação lhes impõe, aqui, inclusive, da liberdade de poder morar em seu próprio país, emigram para conseguir trabalho que lhes rendam condições de vida que considerem mais satisfatórias.

Entretanto, na dialética própria do sentido ambíguo do trabalho, conferem ao trabalho o seu sentido de libertação: é o trabalho em outras terras que possibilita o movimento em busca de realização.

Assim como antigamente, hoje os italianos continuam a imigrar para o Brasil fugindo das crises econômicas e políticas de seu país, mirando encontrar em terras brasileiras novas esperanças de um futuro melhor, materialmente mais seguro e confortável para si e suas famílias.

Como não é segredo para ninguém, tanto a permanência quanto o movimento têm sido importantes na história humana. Desde os tempos mais remotos as gentes *ficam* e *vão*, embora tanto num caso, como no outro, esses verbos com frequência se misturem, já que cada elemento pode conter o seu oposto.

No tempo das primeiras imigrações italianas no Brasil, as pessoas enfrentavam a viagem – ou seja, o movimento – com vontade de aqui plantar novas raízes, o que de fato fizeram. Mas essas mesmas raízes, por sua vez, provocaram turbulências – mais uma vez, o movimento - não só em suas próprias vidas, mas nas vidas de todos os brasileiros.

Como esta pesquisa também mostrou, porém, as novas imigrações italianas já não contêm a mesma chama; não provocam os mesmos resultados. Na verdade, pode-se dizer até que não provocam resultado algum, em termos de Direito do Trabalho. Por mais que possam continuar enriquecendo, aqui ou ali, a nossa cultura – como qualquer outra imigração – agora passam em branco pela Consolidação das Leis do Trabalho que ajudaram um dia a construir.

É que, de um lado, os novos tempos vêm minando os grandes sonhos de antes, o que significa que os(as) próprios(as) imigrantes já não sentem e vivem as emoções antigas. Aliás, mesmo se as sentissem e vivessem, não teriam como influir de modo tão importante numa sociedade já estruturada como a do Brasil de hoje. Desse modo, para que o Direito do Trabalho volte ao crescer ou pelo menos sobreviva, resta a esperança de outras formas de migrações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação do trabalho sob o modo capitalista de produção é uma situação, em muitos aspectos, degradante, desumanizante. Mas, mesmo antes do surgimento desse modo de produção econômico, o trabalho já se encontrava em maus lençóis, tal era a sua posição sob o modo servil, e principalmente, sob o modo escravista de produção.

Na escravidão, a alienação do trabalho é completa, pois não apenas o trabalho é mercadoria, como o é também e igualmente o próprio homem, com a diferença de que aqui a mercantilização do homem é realizada de modo nu, sem nenhuma abstração ou fantasmagorização da realidade.

No escravismo, o homem é um não-ser, é coisa, mas essa coisificação, também presente no capitalismo, não goza de nenhum disfarce, simplesmente os corpos são negociados enquanto carne humana viva e feita para o trabalho, e isso é tudo.

A escravidão subjuga a humanidade do homem, rouba-lhe o seu direito de ser e viver como homem, animalizando-o até as últimas consequências, a ponto de se poder matá-lo sem que com isso se perceba que se mata um homem. Ao contrário, mata-se um bicho, um ser completamente desprovido de características humanizantes.

A escravidão é, sim, neste sentido, mais cruel e mais abominável que o capitalismo, o que não torna este sistema, todavia, menos alienante para o trabalhador supostamente livre.

A discussão sobre a categoria trabalho atravessa desde a segunda metade do século XX até o início do século XXI, instigando os debatedores a se enfrentarem sobre o tema da centralidade da concepção marxista de trabalho enquanto categoria ontológica inarredável para a compreensão da vida humana.

Enquanto alguns aderem à tese de que o trabalho é uma atividade construtora, formadora da vida, numa concepção positiva de trabalho, outros a rejeitam, negativamente, afirmando a extinção do trabalho enquanto atividade central em termos práticos e enquanto categoria analítica para a teoria.

O fato é que a concepção marxista de trabalho guarda em seu cerne uma dialeticidade intrínseca que coloca a categoria trabalho em um paradoxo, sendo ora criativo, emancipatório, ora destrutivo, em seu aspecto de estranhamento

sob a forma de trabalho-mercadoria, produto da divisão social do trabalho sob a forma capitalista de produção.

As necessidades de sobrevivência material empurram o homem para o trabalho, inevitavelmente. Sem transformar a natureza que o cerca, e à qual se integra, o homem não pode sobreviver, já que depende de extrair dessa transformação contínua e ininterrupta os seus meios de vida e existência.

Com a separação artificial entre homem e natureza, operada pelo capitalismo, o homem perde de vez a conexão com sua própria essência, uma vez que homem e natureza são, em si, uma unidade ontológica.

Sob o capitalismo, o trabalho fazedor de objetos de uso se transforma em trabalho fazedor de mercadorias e com isto transforma a si mesmo em mera mercadoria, comercializável e descartável conforme soprem os ventos do mercado capitalista.

E quanto mais mercadorias o trabalhador produz, mais rico se torna o capital que o explora, e mais pobre se torna ele mesmo, menos pertence a si mesmo, na medida em que, encerrando sua vida no objeto produzido, é desapossado desse objeto e, portanto, desapossado de si mesmo.

Como se afirma em Marx, o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais aumenta o volume de riquezas por ele produzida. Neste sentido, o trabalho, ao produzir mercadorias, produz também o trabalhador como mera mercadoria.

O objeto produzido se defronta então com seu produtor enquanto um *ser estranho*, como um *poder independente*, que o domina, ao fazê-lo *coisa*, na *objetivação* do trabalho. O trabalho já não pertence, portanto ao trabalhador, mas a um *outro*, que lhe é igualmente estranho.

Neste processo de *estranhamento*, de *exteriorização* do trabalho, se encerra o estranhamento de todos os aspectos do trabalho e da atividade produtiva, o que se concretiza no estranhamento do *produto do trabalho*, do *ato da produção*, no *próprio homem em relação aos outros homens* e, por fim, do *homem enquanto ser genérico*.

Neste sentido, o trabalho perde sua essencialidade ontológica para transformar-se em mero fabricante de mercadorias, se bem que ainda assim produz um homem, mas não produz O homem, já que o resultado de sua produção é um homem-mercadoria.

No trabalho livre, trabalha-se não porque se é livre para trabalhar, mas porque se depende do trabalho para ser livre o, que em outras palavras, significa dizer, trabalha-se porque se é obrigado a trabalhar. Mas a obrigação agora não vem de uma sujeição pessoal do homem a outro homem, mas de uma nova forma de exploração do homem pelo homem, a forma capitalista de produção.

O homem livre do capitalismo é um homem escravo de suas necessidades materiais de vida e trabalho. Sem o seu trabalho, o homem não pode viver, já que dele retira o salário para adquirir as mercadorias de que necessita para manter essa sobrevivência, todavia, sua dependência é tal que mesmo trabalhe para si mesmo, ainda assim trabalha para um senhor que o domina – o capital.

Sua liberdade é, portanto, uma liberdade condicionada, restritiva, limitada. Seus limites se põem de modo decisivo quando tenta libertar-se do trabalho, pois aí percebe que é impossível, sob este sistema, abandonar-se ao ócio, viver dos prazeres da natureza.

Já não é parte da natureza, esta já não lhe supre as necessidades, porque também ela foi reificada, mercantilizada. No capitalismo, toda riqueza advém do trabalho e, portanto, também toda miséria, já que é da produção de riquezas que a miséria humana brota como um lírio do pântano. Branca, limpa, mas com as raízes fincadas na lama de tal modo que tudo nela só pode ser apodrecido e imundo, embora pareça límpido e cheiroso.

Assim, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o que se tem não é exatamente uma libertação do trabalho obrigatório, mas uma nova forma de forçar o homem ao trabalho, agora não pelo tronco e chibata, mas por novas correntes, invisíveis embora igualmente pesadas e inquebráveis, as correntes da necessidade.

Logo, não poderia mesmo ter sido diferente a história das primeiras imigrações italianas que chegaram ao Brasil para substituir o trabalho escravo. Tomando o lugar antes reservado aos escravos, foi-lhes difícil não serem confundidos como tais. Em muitos casos, o mesmo tronco e a mesma chibata foram usados para controlá-los, puni-los, mantê-los cativos da terra e do donos desta.

Os relatos são vários e chocantes quanto às condições de vida e trabalho dos imigrantes nas grandes fazendas cafeeiras do Brasil do final do século XIX e início do século XX.

Mas a subjugação da humanidade imigrante não se restringiu aos campos, sendo que as condições nas fábricas urbanas da nascente indústria nacional eram igualmente horripilantes e desafiavam os limites teoricamente estabelecidos entre trabalho escravo e trabalho livre. Também nas cidades os castigos físicos eram constantes e a população urbana era então apresentada ao modo de controle do trabalho que prevalecia nos campos. Foram duros e sangrentos os primeiros tempos da imigração no Brasil.

Se por um lado, o trabalho no país despontava no horizonte como uma porta de escapatória das péssimas condições de existência em seu país de origem, por outro lado, ao atravessar essa porta, os primeiros imigrantes italianos se depararam com condições de trabalho realmente infernais.

Vivendo em alojamentos para imigrantes, em casas para imigrantes, ou seja, em acomodações tão ruins quanto pudessem ser, já que feitas para o imigrante, eram obrigados ainda a duras e longas jornadas de trabalho, sendo em grande parte feitos reféns no próprio local onde trabalhavam, fosse em zonas rural ou urbana.

O trabalho que deveria, assim, redimi-los voltava-se contra eles, punindo-os por terem sonhado com a liberdade, liberdade essa sempre tardia e mal paga. Nessas condições, só poderiam mesmo rebelar-se e foi o que fizeram muitos deles, aderindo a correntes revolucionárias, especialmente ao anarquismo, como forma de lutar por sua verdadeira emancipação do trabalho.

Embrenharam-se, logo, muitos italianos nos movimentos anarquistas que se instauravam no país, tornando-se militantes políticos, em razão muitas vezes de experiências pregressas na luta política na Itália, outras vezes levados pelo impulso revolucionário adquirido aqui mesmo em função das péssimas condições de vida encontradas no país de destino.

A presença italiana na história do trabalho no Brasil se confunde, assim, com a própria história do surgimento das lutas operárias brasileiras, que culminariam, por sua vez, no surgimento do Direito do Trabalho neste país. Foram eles os principais líderes das organizações políticas e sindicais que desafiaram o poder instituído a partir de meados do século XX, por meio de associações, jornais, sindicatos e movimento espontâneos de combate à exploração aviltante do trabalho nas grandes capitais do país.

Passado tanto tempo, é certo que as chamas que aqueciam aquelas revoltas foram se dissipando na medida em que o controle estatal se apropriava cada vez mais das mentes e corações dos milhões de trabalhadores brasileiros. Já não se fazem mais revoltas como antigamente, é o que podemos afirmar sem dúvidas. O próprio Direito do Trabalho imigrou para um lugar muito diferente daquele que ocupava em seu nascedouro, um lugar agora de normas frouxas, permissivas e perigosas.

No início do século XXI, as novas imigrações italianas se assemelham ideologicamente ao movimento arrefecido da massa de trabalhadores nacionais. Já não trazem consigo a indignação que outrora fez estremecer os poderes econômico e político do país. Estão muito mais adaptadas à exploração do capitalismo neoliberal que subjuga ao mesmo tempo em que ilude e embriaga os trabalhadores do mundo, cada vez sempre mais ávidos pela ilusão da vida para o consumo.

Já não se fala mais em revolução. Logo, não caberia esperar que os sonhos dos novos imigrantes fossem, como antes, sonhos revolucionários. Hoje, a imigração italiana se ocupa de si mesma, como assim o fazem quaisquer pessoas comuns entre nós. São, portanto, mais um produto desses tempos sombrios de entorpecimento coletivo.

Seus sonhos se concentram em encontrar trabalho, não se refletindo em maiores questionamentos quanto às questões mais profundas que tocam esse trabalho que encontram, até mesmo porque, embora alienado e estranhado, encontram no Brasil trabalhos melhores que os que encontrariam no solo italiano. Além disso, trata-se de uma população imigrante de perfil socioeconômico até mesmo privilegiado, se comparado a outras correntes migratórias contemporâneas, o que os coloca em uma espécie de zona de conforto social e política.

Assim sendo, poderíamos dizer que se diferenciam em muitos aspectos de seus conterrâneos antecedentes, mas a principal diferença pode estar aí, no campo dos sonhos. Como diria o poeta Renato Russo, aqueles sonhavam, estes já não dormem.

Os trabalhadores do mundo em geral, assim como nossos novos imigrantes italianos, estão ocupados demais para dormir e, portanto, ocupados demais para ter tempo de sonhar com fantasias passadas, como o porvir

imaginário de uma liberdade sonhada. Seus sonhos, quando possíveis, são sonhos individuais, pequenos, subjetivos, muito distantes das grandiosidades utópicas de um sonhar tipicamente coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010.
- ALVIM, Zuleika Maria Forcione. FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América-Latina**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- ANTUNES, RICARDO. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo editorial, 2009.
- BARBATO, Maria Rosaria; FERNANDES, Maria Antonieta; DUTRA, Livia Maria. A crise financeira de 2008 e os novos fluxos migratórios italianos para minas gerais. **Revista de Direito Brasileira**, v. 30, n. 11, p. 502-521, 2022.
- BATTAGLIA, Felice. **Filosofia do trabalho**. Saraiva, 1958.
- BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. 3 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- BERTONHA, João Fábio. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Edipucrs, 2001.
- BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo; LOSS, Everaldo. **Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais**. Belo Horizonte,[sn], 2003.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (Org.). História do trabalho e histórias da imigração: séculos XIX e XX. São Paulo: Fapesp, 2010.
- DA COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. 5 ed. São Paulo: Unesp, 2010.
- D`AFONSECA, Thaís Cláudia. **A função política do sindicato diante do capitalismo apocalíptico**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2022).
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DAVANZATI, Guglielmo Forges; GIANGRANDE, Nicolò. A crise econômica italiana e a proposta do estado como inovador de primeira instância. **RBEST: Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 1, p. e019004-e019004, 2019.

DE ALMEIDA, Cleber Lúcio; DE ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo. **Neoliberalismo, subjetividades e mutação antropológica e política**. Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020.

DE AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Editora Unesp, 2022.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Cortez, 1992.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 19 ed. São Paulo: LTr, 2020.

DE MARIA, Pier Francesco. **Progetto “Nuovi Arrivati– Comitato degli Italiani all’Estero (COM.IT.ES) di São Paulo**. Tabulazioni: Observatório das Migrações em São Paulo (Fapesp-CNPq/NEPO-UNICAMP). Elaborazione: Pier Francesco De Maria), 2016.

DERMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Mário Serra. (Org). **Estudos migratorios perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

DOSTOIÉVSKI, Fiodor. **Memórias da casa dos mortos**. Tradução Oleg Almeida. São Paulo: Martins Claret, 2016.

FONDAZIONE MIGRANTES. **Rapporto italiani nel mondo 2011** Roma: IDOS Centro Studi e Ricerche, 2011

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2016.

FRANZINA, Emilio; BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Editora Unicamp, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda., 2007.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930**. Juiz de Fora: ed. da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988, p. 19-20.

GOMES, Angela de Castro. **Imigrantes Italianos: entre a *italianità* e a brasilidade**. In: Brasil: 500 anos de povoamento/ IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

GUERREIRO MENINO. Intérprete: Luiz Gonzaga Junior. Compositor: Luiz Gonzaga Junior. In: Alô, alô Brasil. Intérprete: Luiz Gonzaga Junior. [S. l.]: EMI-Odeon, 1983.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, nem Patrão!:** (vida operária e cultura anarquista no Brasil). São Paulo: Brasiliense, 1984.

HESÍODO. **Teogonia**: trabalhos e dias. Tradução Sueli Maria de Regino. São Paulo: Martin Claret, 2021.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no trabalho**: redefinindo o assédio moral. Bertrand Brasil, 2002.

HOLLOWAY, Thomas H. Tradução Eglê Malheiros. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1986-1934**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 2012.

KOIFMAN, Fábio. REZNIK, Luis. **História da imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social 1**. Boitempo editorial, 2013.

MACHADO, L. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. *In*: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

MARAM, Sheldon Leslie; MORETZSOHN, José Eduardo Ribeiro. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MARX, Karl. Tradução Rubens Enderiele. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MERCURE, Daniel, SPURK, Jan. Tradução Patrícia Chittoni Ramos Reuillard, Sônia Guimarães Taborda. **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

MIGEOTTE, Léopold. Os filósofos gregos e o trabalho na antiguidade. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). **O trabalho na História do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.17-36.

MIGRAÇÃO. Intérprete: Jair Rodrigues. Compositor: Jair Rodrigues. *In: Em preto e branco*. Intérprete: Jair Rodrigues. [S. l.]: Trama, 2008.

MONTEIRO, Norma Góes. **Imigração e colonização em Minas. 1889-1930**. Belo Horizonte, 1973.

MOTA, Francisco Lima. DURANS, Jorge; CARMEM, Lussi. **Metodologia e teorias no estudo das migrações**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

Museu da Imigração do Estado de São Paulo. **Embarque de italianos para o Brasil, 1910**. Nº Topográfico: MI_ICO_AMP_022_004_011_001. Itália:1910.. Fotografia. Disponível em: http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_046_003_132_001.jpg Acesso em 15/05/2023.

_____. **Antes do embarque: grupo de italianos às vésperas do embarque p/ o Brasil**. Fotografia. Nº Topográfico: MI_ICO_AMP_019_001_117_001 .Itália: 1917. Disponível em: http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_019_001_117_001.jpg Acesso em 15/05/2023.

_____. **Cafezal formado por um colono italiano no ex-Núcleo Conde de Parnahyba - Conchal - Linha Sorocabana**. Fotografia. Nº Topográfico: MI_ICO_AMP_009_001_014_001. N/l: n/d. Fotografia. Disponível em: http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_009_001_014_001.jpg Acesso em 15/05/2023.

_____. **Imigrantes Italianos no pateo da Hospedaria**. Nº Topográfico: MI_ICO_AMP_046_003_132_001. São Paulo, n/d. Fotografia. Disponível em: http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_022_004_011_001.jpg. Acesso em 15/05/2023.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. **Fundamentos de direito internacional social**. São Paulo: LTr., 2016.

OLEA, Manuel Alonso. Tradução C. A. Barata da Silva. **Introdução ao direito do trabalho**. Porto Alegre: Edição Sulina,1969.

PAGÈS, Max et al. **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1987.

PAVESE, Cesare. **Trabalhar cansa**. Tradução Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de; BRANDÃO, Lena. **Minas/Itália: um encontro cultural**. Itaúna: Edição da Associação Universo Cultural e Assistencial, 2012.

PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. **Indústria Mecânica do Estado de Minas Gerais – Memória Histórica**. Belo Horizonte: Sindmec/Fiemg, 2007.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Imigração italiana e desenvolvimento em Minas Gerais. **trabalho apresentado no X Encontro Nacional de História Oral, Recife, PE**, v. 26, 2010.

PIMENTEL, Thais Velloso Cougo. De outras terras, de outro mar: experiências de imigrantes estrangeiros em Belo Horizonte. **Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto**, 2004.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; COSTA, Julianna Carolina Oliveira. REZNIK, Luis. **História da imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

RODRIGUES, Edgar. **Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1984.

RODRIGUES, Maysa Gomes. Sob o céu de outra pátria: imigrantes e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, Minas Gerais (1888-1912). 2009.

SAGRADA, Bíblia. **A Bíblia Sagrada: nova versão transformadora**. Santo André: Geográfica Editora, 2022.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

SINGER, Paul. **O combate à crise pelo governo federal**. Disponível em :<https://teoriaedebate.org.br/2009/03/01/o-combate-a-crise-pelo-governo-federal/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SUZMAN, James. Tradução Rodrigo Seabra. **Trabalho: Uma história de como utilizamos o nosso tempo**. NL: Vestígio, 2021.

TIRYAKIAN, Edward A. O trabalho em Émilie Durkheim. In MERCURE, Daniel, SPURK, Jan. Tradução Patrícia Chittoni Ramos Reuillard, Sônia Guimarães Tabora. **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2005.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. [S.l.]: Livraria Nobel, 1989.

TRENTO, Ângelo. Trad. ZAIDAN, Roberto. **Imprensa italiana no Brasil: séculos XIX e XX**. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2013.

TUPINAMBÁS, Yara. **Belo Horizonte: do século XVIII ao século XXI**. Belo Horizonte: 2012. Óleo sobre a tela. Disponível em : <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2017/01/acervo-art%C3%ADstico-da-c%C3%A2mara-de-bh-re%C3%BAne-mais-de-70-objetos>. Acesso em 15 de maio de 2023.

UEBEL, Roberto. Perfil das imigrações para o Brasil nos censos de 2000 e 2010: uma análise cartográfica temática. In: **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. 2014.

VAN DER LINDEN, Marcel. Trad.: ZIMBRES, Patrícia de Queiroz Carvalho. **Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma história global do trabalho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

VIANA, Márcio Túlio. **Da greve ao boicote e outros pequenos estudos**. Belo Horizonte: RTM, 2017.

VIANA, Márcio Túlio; TEODORO, Maria Cecília Máximo. Misturas e fraturas do trabalho: do poder diretivo à concepção do trabalho como necessidade. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 114, 2017.

VIANA, Márcio Túlio. A terceirização revisitada: algumas críticas e sugestões para um novo tratamento da matéria. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v. 78, n. 4, p. 198-224, 2012.

VOLARE. Intérprete: Domenico Modugno. Compositor: Domenico Modugno; Franco Migliacci. In: *IL meglio di Domenico Modugno*. Intérprete: Domenico Modugno. [S. l.]: NUOVA FONIT CETRA , 1987.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

WILLAIME, Jean-Paul. As reformas protestantes e a valorização religiosa do trabalho. In MERCURE, Daniel, SPURK, Jan. Tradução Patrícia Chittoni Ramos Reuillard, Sônia Guimarães Taborda. **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2005.

ANEXO - A CRISE FINANCEIRA DE 2008 E OS NOVOS FLUXOS MIGRATÓRIOS ITALIANOS PARA MINAS GERAIS⁴⁰

THE 2008 FINANCIAL CRISIS AND THE NEW ITALIAN MIGRATORY FLOWS TO MINAS GERAIS

MARIA ROSARIA BARBATO

Professora do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG – Belo Horizonte-MG/BR. Doutora em Direito pela Università di Roma Tor Vergata. Coordenadora do Grupo de Pesquisa *Trabalho em Movimento*- TREM/UFMG. Coordenadora da pesquisa Crise, trabalho e novos fluxos migratórios: mapeamento de perfis e ações na imigração entre Itália e Brasil, a partir da crise econômica, política e social de 2008. E-mail: mr_barbato@hotmail.it

MARIA ANTONIETA FERNANDES

Mestranda em Direito do Trabalho pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG. Integrante do Grupo de Pesquisa *Trabalho em Movimento*- TREM/UFMG. Oficiala de Justiça Avaliadora/TJMG. Poeta. E-mail: tallufernandes@gmail.com

LIVIA MARIA DUTRA

Professora do Departamento de Computação do CEFET-MG. Doutora e Mestra em Estatísticas pela UFMG.. Integrante do Grupo de Pesquisa *Trabalho em Movimento*-TREM/UFMG.. E-mail: liviadutra.estadistica@gmail.com

RESUMO

O tema das migrações envolve uma série de complexidades, pois o ato de migrar se interrelaciona com diversas outras atividades e fenômenos com os quais se imbrica continuamente, a partir das diversas relações que os migrantes estabelecem entre si e com o ambiente que os circunda enquanto formam os chamados fluxos migratórios. Consideradas essas complexidades, este artigo

⁴⁰ . **Revista de Direito Brasileira**, v. 30, n. 11, p. 502-521, 2022.

trata do tema das migrações italianas para Minas Gerais, relacionando-o com a crise financeira de 2008, apresentando uma síntese dos resultados da pesquisa “Crise, trabalho e novos fluxos migratórios: mapeamento de perfis e ações na imigração entre Itália e Brasil, a partir da crise econômica, política e social de 2008”, apresentada à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, financiadora de Pesquisa científica realizada, no período de março de 2016 a junho de 2021, por professores e alunos do curso de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e apoio de parceiros.

PALAVRAS-CHAVE: Crise financeira de 2008. Imigrantes italianos. Minas Gerais.

ABSTRACT

The migrations matter involves multiple complexities as the act of migrating interrelates with many other activities and phenomena in continuous imbrication. This happens due to various relations established by migrants with each other and with their surroundings during the formation of the so-called migration flows. Considering these complexities, this article addresses the subject of Italian migrations to Minas Gerais, connecting it to the 2008 financial crisis, based on the results of the “Crisis, work and new migratory flows: mapping profiles and actions in immigration between Italy and Brazil, from the economic, political and social crisis of 2008” report. The report was presented to the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG that financed the scientific research, that was realized in the period from March 2016 to June 2021, by teachers and students of the Law course of the Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG with support of partners

KEYWORDS: 2008 financial crisis. Italian immigrants. Minas Gerais.

SUMÁRIO: Introdução. 1. Perfil socioeconômico dos novos imigrantes italianos em Minas Gerais. 1.1 Perfil socioeconômico. 1.2 Trabalho. 1.3 Educação. 1.4 Saúde. 1.5 Questões complementares. 2. A crise de 2008 na Itália e no Brasil e possíveis impactos sobre a migração italiana. Considerações finais. Referências.

INTRODUÇÃO

O ato de migrar constitui um fato social total em razão de repercutir em todas as esferas da sociedade em seus aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, jurídicos e religiosos. Trata-se de uma atividade que acompanha o próprio desenvolvimento da raça humana, podendo ser considerado indissociável do homem o impulso de mover-se no espaço, dada à naturalidade com que as pessoas se deslocam de um lugar para outro no mundo. *“Assim o fenômeno da migração compõe a arte da própria evolução humana: desde a*

antiguidade até a contemporaneidade, em inúmeros momentos históricos, migrar foi e é preciso para a busca por condições melhores de vida” (D’Ambroso e Lima, 2018, p. 6).

Historicamente, a primeira grande corrente migratória para Minas Gerais foi registrada no período compreendido entre 1884 e 1901, quando chegaram neste estado, entre outros estrangeiros, os primeiros italianos. Foi a partir do ano de 1887 que o governo de Minas Gerais passou a incentivar oficialmente a imigração, diante da necessidade de novos trabalhadores nas grandes fazendas do interior do estado. Neste primeiro momento, a administração estadual foi forçada a assumir todos os encargos da viagem e estipular contratos com particulares. Essa iniciativa visava garantir um fluxo contínuo de imigrantes, capaz de suprir as exigências advindas da escassez de mão de obra, consequência da eliminação gradativa do trabalho escravo no país, já bem próximo, portanto da Abolição da Escravatura no Brasil, que viria a se concretizar no ano seguinte, em 1888.

Passados pouco mais de um século desde aquele período, Minas Gerais continua a receber imigrantes italianos, sendo que, em sua maioria, essas pessoas ainda se declaram movidas pelos mesmos interesses de seus antecessores – a busca por trabalho e melhores condições de vida.

A pesquisa “Crise, trabalho e novos fluxos migratórios (2008-2020)⁴¹,” executada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com apoio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fapemig), teve como principal objetivo mapear os perfis e atividades da imigração italiana para o Estado de Minas Gerais após o período da grande crise econômica, política e social que se alastrou mundialmente a partir dos anos 2008, gerando repercussões irreversíveis para o mundo do trabalho globalmente organizado.

Todavia, apesar deste primeiro objetivo, e apesar de esta pesquisa manter o tema do trabalho e da grande crise financeira de 2008 em perspectiva enquanto analisa este fenômeno migratório, vale ressaltar que já não se compreende mais o imigrante unicamente como “trabalhador” ou como “unidade econômica”, em razão das múltiplas determinações que cada vez mais interagem reciprocamente na constituição da vida de um imigrante.

Assim, a pesquisa propôs verificar possíveis impactos daquela crise sobre os italianos que se dirigiram para o território mineiro após a sua eclosão, buscando compreender as relações diretas ou indiretas entre os efeitos daquela recessão e os fatores de repulsão e atração que atuaram nas *novas migrações*⁴² Itália-Brasil.

Este artigo tem como principal objetivo apresentar uma compilação dos resultados obtidos pela pesquisa, e a sua estrutura se organiza da seguinte

⁴¹ Refere-se à mais recente grande crise financeira do capitalismo, que se alastrou mundialmente após o dia 15/09/2008, quando, no USA, por volta de 1h45 da manhã, o banco Lehman Brothers (fundado em 1850) declarou falência, deixando para trás um débito de US\$ 691 bilhões e 25 mil funcionários desempregados.

⁴² A expressão “novas migrações” é utilizada neste artigo referindo-se às migrações italianas para o Estado de Minas após o período da crise capitalista de 2008.

maneira: na seção 1 comenta sobre a crise de 2008 e os diferentes modos como seus efeitos foram sentidos na Itália e no Brasil; na seção 2 expõe os resultados do dados coletados junto aos diferentes tipos de fontes utilizadas; na seção 3 objetiva uma sistematização desses dados visando alguns apontamentos sobre a relação entre a crise de 2008 e as novas migrações italianas para Minas Gerais; na seção 4 registra as considerações finais.

1. A CRISE DE 2008 NA ITÁLIA E NO BRASIL

O colapso financeiro, iniciado em 2008 culminou em uma recessão econômica que se instaurou já em 2009 no continente europeu, espalhando-se por toda a economia mundial. Deve-se considerar que, dentre os países da União Europeia, no sul da Europa, Portugal, Itália, Grécia e Espanha (PIGS) foram os mais afetados. Neste sentido

Mesmo em 2010, a situação manteve-se particularmente preocupante, com défices na região da ordem dos 9%. Sim. Tenha em mente que em 2009 alguns sinais claros apontavam para como alguns países e economias foram mais afetados que outros pela crise e sobretudo pelo forte crescimento da dívida pública. (PAVOLINI e RAITANO, 2015, p. 14, tradução nossa).

Mesmo antes da crise de 2008 a Itália já se encontrava com uma economia profundamente abalada. Desde a década de 1990, uma série de políticas de austeridade fiscal, associadas a processos sucessivos de flexibilização das leis de proteção do trabalho provocaram o rompimento dos direitos e garantias que protegiam os trabalhadores contra as instabilidades de um sistema político e econômico sempre em crise.

A partir de 2008, o crescimento do PIB foi sempre abaixo de 2% ao ano. No período considerado houve uma severa recessão, cujo ponto mais baixo foi em 2009, com uma queda de -5,5%. Logo, houve uma hesitante recuperação em 2010 e 2011, respectivamente de 1,7% e 0,6%. Em 2012 e 2013, o PIB volta a cair de forma expressiva. De 2014 em diante, o desempenho foi pífio, com um crescimento do PIB lento. (DAVANZATI e GIANGRANDE, 2019).

Comparativamente, os efeitos da crise no Brasil viriam a ser bem menos duros nos primeiros anos após a segunda-feira do dia 15 de setembro de 2008, por uma série de fatores internos e externos que balizavam a economia brasileira. Isto fazia deste país um lugar atraente para muitos imigrantes que fugiam do caos social em que seus países de origem mergulharam da noite para o dia.

Ao contrário do que ocorria na Itália, no Brasil, por meio de redução de juros e impostos, incentivos ao aumento da renda média nacional e larga oferta de crédito pessoal principalmente por meio dos grandes bancos federais, o governo brasileiro adotou políticas de estímulo ao consumo, induzindo a população a continuar movimentando a economia interna, a fim de evitar que o

país mergulhasse também na recessão. Paul Singer, ainda em 2009, fazia uma análise dos efeitos das ações governistas brasileiras de contenção da crise.

Dados indicam que a crise internacional tem um impacto crescente sobre a economia brasileira, mas esse impacto está sendo contido e possivelmente revertido pelo conjunto de políticas financeiras, econômicas e sociais do governo. No momento (meados de março de 2009), as informações disponíveis não permitem interpretações seguras. O fato é que a brutal reversão do desenvolvimento, ocorrida no último trimestre de 2008, parece ter sido contida nos primeiros meses de 2009. A queda nas vendas do comércio foi revertida em janeiro e dados colhidos por amostra indicam que a inflexão foi mantida nos meses seguintes. Isso significa que a estratégia de substituir pela expansão da demanda interna a queda (ainda em aceleração) da demanda dos outros países por nossos produtos está dando resultados. (SINGER, 2009).

Ao mesmo tempo, os altos preços das commodities sustentavam à época bons retornos para a economia brasileira no mercado externo. Foi justamente neste período que a classe média brasileira alcançou sua melhor posição econômica em toda sua história, ao ter largo acesso a bens de consumo duráveis, viagens, melhores condições de saúde, trabalho e educação.

No Rapporto Italiani nel Mondo 2011 é traçado um quadro bem interessante de como o Brasil era percebido nos anos imediatamente sucessivos a crise econômica e financeira de 2008.

O Brasil, há muito tempo, não é mais apenas o país do Carnaval, das belas praias, dos bosques e florestas e do espetáculo exuberante do futebol. Hoje o país se impõe como um gigante, cuja economia é tão arrebatadora a ponto de escapar a crises econômicas, atrair investimentos externos se equiparando a outras economias de países emergentes como China, Índia e Rússia. O Brasil está atualmente envolvido no esforço de diminuir os índices de pobreza e desigualdade social, participa de grandes eventos internacionais, promovendo a paz e o respeito aos direitos humanos e ambientais.

Embora ainda haja muito a ser feito para resolver os problemas internos e alcançar o

Países mais desenvolvidos do mundo, o Brasil está buscando “o seu lugar” no cenário internacional. Já sediou importantes encontros como a ECO-92, o Fórum Social Mundial em 2003 e sediará dois grandes eventos esportivos internacionais: a Copa do Mundo em 2014 e, pela primeira vez, as Olimpíadas em 2016.

A situação atual exige a atenção para esta parte do mundo, localizada ao sul do continente americano e banhada pelo Oceano Atlântico.

Brasil, um país de 190 milhões de habitantes, cuja economia está entre as dez maiores

importante no mundo, é o lugar onde as mais variadas culturas se encontraram no passado. Imigrantes vinham de todas as partes do planeta e se misturavam com a

população local, formando uma das sociedades mais misturadas no mundo. Essa provavelmente é a razão pela qual o brasileiro é tão tolerante com a diversidade, crenças religiosas, usos e costumes, que em outras partes do mundo gerariam discórdia, enquanto aqui despertam interesse e curiosidade.

Por essas razões, os imigrantes, entre os quais os italianos também escolheram no passado, e todos ainda hoje escolhem o Brasil como

destino de seu projeto migratório. (FONDAZIONE MIGRANTES, 2011, 357, *tradução nossa*)

Lado outro, a Itália enfrentava grandes dificuldades. Diante da crise econômica, observou-se que novamente muitos italianos começaram a deixar seu país em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho, sendo esta, conforme apontam os resultados da pesquisa, a principal motivação da imigração italiana para o Brasil no período.

A motivação econômica é, historicamente, um dos principais motores dos movimentos migratórios internos e externos. Diante de uma situação de instabilidade econômica e financeira, muitas pessoas tendem a se deslocar dos lugares onde se encontram, partindo em busca de novas oportunidades materiais.

Em um cenário contrastante entre Itália e Brasil diante da crise de 2008, era natural que mais uma vez este país se apresentasse como uma alternativa razoável para os italianos que se dispusessem a encarar os desafios da imigração. Foi partindo dessa hipótese, portanto, que se deu início ao trabalho da pesquisa, com o intuito de traçar o perfil socioeconômico dos imigrantes do pós-crise 2008, a fim de obter um quadro geral das novas migrações italianas para Minas Gerais.

2. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS NOVOS IMIGRANTES ITALIANOS EM MINAS GERAIS

Ângela de Castro Gomes (2007), ao se referir aos imigrantes que deixaram a Itália no período do primeiro fluxo migratório para o Brasil, analisa características dos italianos que vieram para este país:

Os imigrantes que deixaram a Itália na época da “grande imigração”, como a tabela e o mapa demonstram, foram sobretudo os vênnetos, cerca de 30% do total, seguidos dos habitantes da Campânia, Calábria e Lombardia. Ou seja, inicialmente foram italianos da região setentrional – preferidos, pois considerados mais louros e altos –, em grande maioria pequenos proprietários, arrendatários ou meeiros, para quem a possibilidade do acesso à terra era um estímulo decisivo para o empreendimento da arriscada viagem. Eles foram imediatamente sucedidos por meridionais - identificados como mais pobres, rústicos e “morenos”, geralmente camponeses que não dispunham de nenhuma economia e eram chamados de *braccianti*. Mas, em qualquer um dos casos, nesse período, dava-se preferência à imigração de famílias e não de indivíduos isolados: famílias numerosas, de cerca de uma dúzia de pessoas, e integradas por homens, mulheres e crianças de mais de uma geração. (GOMES, 2007, p. 166).

A fim de atualizar o quadro geral do perfil migratório italiano para o estado de Minas Gerais, os pesquisadores coletaram dados estatísticos e documentais, conjugando-os com uma pesquisa de campo.

Na primeira etapa, os pesquisadores coletaram dados junto ao Sincra (Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros) e do Sismigra (Sistema de Registro Nacional Migratório)⁴³, que comportam os dados Polícia Federal brasileira, extraindo-se dados contidos nos pedidos de cadastro para a emissão da RNM (Registro de Nacional Migratório)⁴⁴; junto ao Consulado Italiano em Minas Gerais (Anagrafe dos Italianos Residentes no Exterior– AIRE); e à OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais.

Na segunda etapa, os pesquisadores promoveram incursões presenciais em eventos da comunidade italiana na capital mineira, em um primeiro momento e, posteriormente, distribuíram eletronicamente os questionários estruturados, que foram dirigidos a italianos e italianas com entrada em Minas Gerais a partir de 2008.

A análise dos dados apurou que entre os anos de 2007 e 2020 houve o registro de 2.588 italianos em Minas Gerais. Foram considerados apenas os Italianos que se registraram neste arco temporal, considerando que, apesar de a legislação exigir o registro no prazo de 30 dias após a entrada, há muitos que fazem o seu registro após este prazo, até mesmo anos depois, quando nunca.

Quanto à idade de entrada dos imigrantes, prevalece o intervalo entre 20 e 45 anos, sendo que, entre estes, a maior frequência observada é para a faixa etária de 35 a 40 anos. Analogamente, entre os residentes em Minas Gerais, a maior frequência se situa na faixa etária de 35 a 40 anos.

Quanto ao gênero dos imigrantes residentes em Minas Gerais, a pesquisa aponta que chegaram no arco temporal examinado mulheres cuja idade média é de 30,9 (sendo que a maior frequência se registra na faixa entre 20 a 25 anos) anos e homens com idade média de 40,8 anos (com maior frequência entre 35 e 40 anos).

Após a coleta de dados estatísticos, de acordo com planejamento inicial, os pesquisadores buscariam o público-alvo em eventos promovidos pelo consulado, pelo Comites e outras associações e/ou entidades ligadas à comunidade italiana. Querendo proceder para um estudo qualitativo de natureza social, a técnica de metodologia adotada seria a realização de grupos focais, para discutir o contexto vivenciado pelo público-alvo, valores, conceitos, experiências e para buscar confirmação de hipóteses levantadas.

Considerando as dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19, os trabalhos da pesquisa de campo foram consideravelmente prejudicados, especialmente em razão do modo devastador que a crise sanitária foi sentida no Brasil e particularmente na Itália, primeiro país que, depois da China, teve que lidar com o enfrentamento a uma doença desconhecida e que deixou o mundo todo com a respiração suspensa.

⁴³ Até 2017, sob o Estatuto do Estrangeiro, os registros formavam o Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (Sincra). Com a Nova Lei de Migração, em 2018, passaram à denominação de Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra).

⁴⁴ Antigo Registro Nacional de Estrangeiro (RNE).

Em particular, de acordo com Maria Rosaria Barbato se por um lado todos ficaram isolados e com sentimento de desamparo diante da extensão da dramática tragédia, antes que a gravidade da doença fosse percebida neste país, os italianos no Brasil ficaram, desde o começo, particularmente abalados com o desenrolar da pandemia na Itália, devido ao crescente número de infecções e mortes lá registradas e, ainda, ao medo de uma possível propagação semelhante do vírus num país tão vulnerável como o Brasil. Foi geral o sentimento de preocupação com seus familiares e conhecidos, a tristeza por tantas famílias de compatriotas afetadas pela tragédia, e a impossibilidade de se despedir ou de estar junto de seus entes queridos pela dificuldade de regressar à terra de origem devido às restrições impostas (BARBATO, 2020)

A pandemia impossibilitou o desenvolvimento da pesquisa de campo em toda sua completude. Naturalmente, devido ao estabelecimento da política de isolamento social imposta no Brasil, foi impossível proceder aos contatos diretos inicialmente planejados, o que deveria permitir a sucessiva realização dos grupos focais. Os pesquisadores observaram que, com o enfrentamento traumático da doença, houve uma grande dificuldade de comunicação com a comunidade italiana residente em Minas Gerais, o que inviabilizou a realização de grupos focais, inclusive virtuais.

Sucessivamente, optou-se por submeter aos italianos recém-chegados em Minas Gerais questionários estruturados (um tempo médio de resposta de 10 minutos), contando com o apoio e interesse inicialmente manifestado pelo Consulado italiano de Belo Horizonte à pesquisa, bem como de outros sujeitos que poderiam auxiliar.

Contudo, diante do estado de calamidade em que se encontraram repentinamente a Itália, o Brasil e o mundo, os pesquisadores perderam os canais de cooperação com membros representantes daquele país, com os quais mantinham uma relação de plena cooperação e, mais prejudicialmente, com o próprio Consulado italiano em Minas Gerais. Em especial, foi recebida do Consulado a negativa de apoio à divulgação do questionário, fundamentada em nota do responsável pela proteção dos dados pessoais do Ministério do Exterior e da Cooperação Internacional (MAECI), cujas exigências extremamente rigorosas em matéria de privacidade dos dados e seu tratamento impediram que o Consulado pudesse oferecer um suporte neste sentido. O envio sucessivo por parte desta instituição de algumas informações sobre os recém-inscritos no Anagrafe dos italianos residentes no exterior (Aire) auxiliou, mas não foi suficiente para compensar o prejuízo ao acesso à comunidade italiana para fins de pesquisa qualitativa. Esse revés afetou bastante o projeto.

Foram feitas perguntas fechadas (múltipla escolha e caixas de seleção) e também abertas. A primeira opção visava obter quadros gerais do perfil dos imigrantes, enquanto as opções de perguntas abertas forneceram uma dimensão qualitativa, englobando questões que não foram contempladas na primeira alternativa de respostas, além de permitirem novas entradas de questionamentos não previstos pelos pesquisadores.

Optou-se por um questionário submetido bilíngue, a fim de tornar a pesquisa mais amigável ao público-alvo. Feedbacks positivos dos respondentes confirmaram a sua satisfação com a forma do questionário, ao fim da entrevista.

O Termo de Consentimento da pesquisa foi aceito por todos os participantes, que demonstravam compreender os objetivos propostos, sendo-lhes oportunizado solicitar esclarecimentos, se necessário. O anonimato dos respondentes facilitou respostas mais descontraídas e espontâneas. Isso porque há no questionário questionamentos muito pessoais, incluindo status familiar, nível de renda, grau de formação educacional, entre outros.

Neste sentido, a preservação da identidade dos respondentes endossa a preocupação dos pesquisadores com os princípios éticos de uma pesquisa científica. Ainda quanto a essa preocupação, a relação entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa foi amparada pelos ditames do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A pesquisa se dividiu em 4 grandes tópicos: 1) dados sociodemográficos; 2) trabalho; 3) educação; e 4) saúde.

2.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO

Dentre os respondentes, 64% se declararam do sexo masculino, ao passo que 36% se identificaram como “feminino”. Todos entre 25 a 54 anos de idade. 8% possuem entre 25 e 29 anos; 12% entre 30 e 34 anos; 32% entre 35 e 39 anos, somando o intervalo majoritário de respostas; 12% entre 40 e 44 anos; 20% entre 45 e 49 anos; e 16% entre 50 e 54)

Quanto ao estado civil, 60% dos respondentes afirmaram estarem casados e, em alguma medida, esse fluxo migratório envolveu toda a família, diferentemente de outros migrantes, como por exemplo aconteceu com o recente fluxo migratório de haitianos para Minas Gerais. 32% afirmaram estarem solteiros, 4% divorciados, outros 4% separados e não houve resposta de viúvos.

Considerando a importância de uma boa capacidade de comunicação para a integração do imigrante, questionou-se sobre o grau de entendimento da língua portuguesa. Os respondentes puderam marcar mais de uma alternativa, pois se buscava avaliar tanto a capacidade de expressão oral quanto a capacidade de compreensão da língua. Os dados demonstram que há uma boa capacidade de expressão e de entendimento de modo geral. Das respostas obtidas, 72% afirmaram que entendem bem a língua portuguesa; 92% ressaltaram que falam bem o português e apenas 4% assumiram que não falam bem.

Sobre o tipo de visto, a maioria dos respondentes, 72%, possui Visto Permanente. Deve-se pontuar que se trata de um Visto normalmente associado ao desejo de uma permanência mais longa no lugar de destino, podendo se tratar de estadia de longo prazo ou mesmo da intenção de naturalização, o que pode resultar na eventual obtenção da Dupla Cidadania, presente em 8% das respostas. A Dupla Cidadania concede ao imigrante o pertencimento a dois Estados Nacionais, neste caso, Brasil e Itália. Ela facilita que seu portador transite com maior facilidade entre os dois países, enfrentando menos procedimentos burocráticos, o que favorece a manutenção de vínculos pessoais e culturais em ambos os lugares.

Ainda, 4% dos respondentes possuem Visto de Turista, e outros 4% afirmaram possuir o Visto Temporário, revelando a intenção de curta permanência no país; também 4% afirmaram possuir o Visto de Investidor, em geral concedido a sócios ou empresários estrangeiros que possuem atividades e movimentações financeiras no Brasil; e 4% afirmaram possuir Visto Religioso, documento concedido a pessoas que exerçam atividades de missões religiosas no país de destino.

O porte do visto indica a condição regular desses imigrantes, sendo um dado relevante, sobretudo se comparado a outras condições migratórias, oriundas de países que enfrentam crises de naturezas diversas e de gravidade ainda maior do que as crises econômicas e políticas da Itália.

A questão seguinte visava compreender se essas migrações estavam concentradas em temporalidades próximas ou esparsas no tempo. As respostas demonstraram não haver um marco anual ou bianual que possa ser definido como um padrão temporal dessas migrações. 8% chegaram no ano de 2007; 8% em 2008; 4% em 2009; 4% em 2010; 12% em 2011; 4% em 2012; 16% em 2013; 8% em 2014; 12% em 2015; 0% em 2016; 12% em 2017; 0% em 2018; 8% em 2019 e 4% em 2020.

Este registro não significa que essa tenha sido a primeira vez que vieram ao Brasil ou mesmo que seja o momento crucial de mudança dos respondentes para Minas Gerais. Assim, perguntou-se se eles já estiveram no Brasil anteriormente; se sim, quando e o motivo.

Afirmaram que já estiveram no Brasil anteriormente 76% dos respondentes. Estudos e intercâmbios em Universidades brasileiras e busca por trabalho foram apontados como fatores de atração, além de outros motivos mais pessoais.

Ainda quanto à estabilidade do vínculo desses migrantes com o Brasil, 12% dos respondentes afirmaram ter obtido a cidadania brasileira; 88% não a obtiveram, dos quais apenas 24% afirmaram ter interesse em obtê-la e os demais, 64%, não possuem preocupações nesse sentido. Os dados parecem revelar que não há um interesse forte por parte desses imigrantes em adquirir a cidadania brasileira.

Vale destacar que a Itália possui um sistema de controle de sua população residente em outros países. Trata-se da AIRE (Anagrafe Italiani Residenti all'Estero). Tecnicamente, o registro no AIRE é obrigatório para os cidadãos que transferem sua residência para o exterior por períodos superiores a 12 meses (com algumas exceções) e para os que já residem no exterior, tanto por terem nascido ou pela aquisição posterior da nacionalidade italiana.

Apesar de ser uma inscrição obrigatória, não há previsão de sanção em caso de descumprimento. A inscrição, contudo, é pressuposto para o exercício da cidadania (ex. direito de votar em eleições políticas, eleições dos Comites, referendos etc.) bem como para conseguir acessar aos serviços consulares (emissão de passaporte) e exercer alguns direitos (direito de isenção do IVA com consequente obtenção de reembolso IVA sobre bens adquiridos na Itália, direito do italiano trabalhador no exterior de pagar o imposto no exterior).

Por outro lado, a inscrição no AIRE também comporta a perda da assistência sanitária na Itália (salvo a manutenção do direito ao atendimento de urgência por um período máximo de 90 dias), fato que notoriamente representa uma das principais razões de adiamento da inscrição, a qual somente acontece quando o italiano realmente precisa.

Conseqüentemente, enquanto o número de registros de italianos em Minas Gerais, segundo os dados do SISMIGRA, (até o fechamento desta pesquisa) no período destacado (2008-2020) seja de 2.588 pessoas, no mesmo arco temporal, os registros no AIRE no estado se limita a 660 (485 homens e 174 mulheres). Sobre os dados do AIRE há pouca base de pesquisa disponível, tendo sido repassado pelo Consulado

italiano uma planilha com informações básicas (ano de chegada, sexo, idade, província de nascimento e local de residência).

Em razão dessas especificidades do AIRE, os pesquisadores perguntaram sobre esse registro. Dos respondentes, 64% afirmaram ter se registrado no AIRE. Neste contexto, vale ressaltar que quase a metade relata uma relação de satisfatória a ótima com o Consulado italiano em Minas Gerais, ao passo que boa parte (20%) não mantém contato ou possui uma relação complicada (24%), sendo ainda que uma pequena percentagem (8%) se mostrou indiferente.

É relevante o fato de 20% dos respondentes não terem relação com o Consulado, sendo esta a instância estatal legítima, no país de destino, que ampara legalmente os imigrantes. A distância da Institucionalidade se revela ao serem indagados acerca de suas relações com outra instituição italiana, o Comitê dos Italianos no Exterior- COMITES, entidade de representação dos italianos no exterior instituído por Lei italiana em todas as circunscrições consulares, que, entre outras prerrogativas, tem função de cooperar com Consulado para a defesa de direitos dos cidadãos italianos, bem como informar o Consulado sobre as necessidades da comunidade italiana.

A maioria (40%) dos respondentes afirmaram não conhecer o COMITES ou, ainda que conheçam, não possuem aproximação (36% disseram que já ouviram falar, mas que não sabem do que se trata). Apesar disso, vale ressaltar que dentre os migrantes que possuem conhecimento do COMITES (24%), a relação é satisfatória, sendo de suficiente (4%) a boa (20%).

Acrescente-se que existem no território mineiro várias associações italianas, algumas mais outras menos conhecidas, sendo que apenas cinco são as que atendem atualmente aos critérios para o reconhecimento do estado Italiano (após recente cancelamento de várias associações regionais).

Ainda assim, no geral, os interlocutores não possuem relação com essas associações italianas (79,2%). No entanto, 54,2% afirmaram ter interesse nessas relações, ao passo que 25% não possuem relação e também não manifestaram interesse em se conectar a elas. Em menor número, 20,8% afirmaram possuir relação com outras associações italianas no estado de Minas.

Outra possível associação italiana acessível aos imigrantes é o Patronato, onde há atividades de consultorias gratuitas e, entre outros, serviços de preparação dos processos previdenciários em favor dos cidadãos italianos e seus familiares. Todavia, apenas 4% dos respondentes afirmou ter relação com o Patronato e outro 4% disse que “às vezes” mantém contato. A grande maioria (92%) não mantém nenhuma relação com o Patronato, o que é notável, visto que ali os imigrantes italianos podem obter amparo a seus direitos.

Passando ao tema de política, 84% afirmaram possuir interesse sobre a política italiana; 8% disseram que “não, mas me interessaria” e 8% disseram que “não, e não me interessa”.

Já quanto à política brasileira, a grande maioria dos respondentes, 80% - apenas 4% menor que a pergunta anterior - manifestaram interesse pela política brasileira. 4% responderam que não têm interesse, mas que têm intenção de se inteirar e os demais, 16%, afirmaram que não têm interesse pela política brasileira e que não pretendem se inteirar dos temas políticos brasileiros. Assim, observou-se que, ainda que estejam no Brasil, o interesse maior dos italianos é a política italiana, e não a brasileira.

Ainda na seara da política nacional, os resultados obtidos informam que o interesse pela política brasileira por parte de 80% dos respondentes não se concretizou em engajamento político, sendo que somente 12% atuam politicamente. 68% não se interessam em aderir a instâncias políticas, ao contrário de 20% que manifestaram este interesse em compor algum partido, associação ou movimento brasileiro. O engajamento dos migrantes nas instâncias políticas, sociais e partidárias brasileiras poderia impulsionar e solidificar a integração social desses imigrantes no Brasil.

A dificuldade em se engajar, apesar do desejo, é assunto que merece aprofundamento. Entre as hipóteses que podem ser aventadas há a dificuldade de se expressar politicamente em um país que saiu da ditadura militar na década de oitenta e que apenas em 2017, após de notória perseguição à professora italiana da UFMG no Brasil⁴⁵, conseguiu revogar expressamente no art. 124 o Estatuto do estrangeiro, inspirado na doutrina da Segurança Nacional, que limitava fortemente, a despeito do ditado da Constituição Federal de 1988, a atuação dos estrangeiros no Brasil, que ainda vivencia uma fase de transição democrática.

Saindo do campo político e adentrando no religioso, a maioria dos interlocutores se afirmam católicos: 12,5% praticantes, e 4,2% não praticantes. Ainda assim, ressalta-se que 8,3% se identificaram como ateus, 8,3% como não pertencentes a nenhuma religião, 4,2% como espírita kardecista e 4,2% como agnóstico.

Quanto aos vínculos territoriais e geográficos de origem desses italianos que atualmente residem em Minas Gerais, foram feitas três perguntas. A primeira delas foi: "Em qual região você nasceu?", sendo que a maioria são de Piemonte, somando 24% do total; em seguida, a região de Emilia-Romagna, com 12% das respostas, e empatados com 8% vem Sardegná, Veneto, Campania, Liguria e Lombardia. Com 4% das respostas, os imigrantes advindos da região de Puglia, Basilicata, Calabria, Friuli-Venezia Giulia, Lazio e Marche.

Sobre a cidade de origem na Itália, as respostas foram bem diversas, valendo destacar as cidades de Torino com 16% dos respondentes e Napoli, 8%. E, quanto à última cidade de residência na Itália, também houve grande variação, com certa recorrência, 13%, para Bologna.

Procurando ser objetivos quanto à principal questão da pesquisa, perguntou-se "Por que você deixou a Itália?" Essa resposta é fundamental para pavimentar o caminho em direção à questão seguinte, que indaga se essa mudança teve relação com a crise econômica de 2008.

A grande maioria dos respondentes (56%) apontaram o trabalho e renda como fator central de repulsão e atração em seu movimento migratório; 28% por razões familiares; 16% por motivos educacionais; e os demais respondentes revelaram razões diversas, desde "por seguir um amor" a busca por "qualidade de vida".

Questionou-se, então, se eles achavam que sua chegada a Minas Gerais tinha algum vínculo com a crise econômica de 2008. Do total, 24% afirmaram que a vinda para o Brasil, e especificamente para Minas Gerais, teve relação com a crise econômica de 2008. No entanto, 76% disseram que não vinculam suas partidas da Itália e chegadas ao Brasil com aquela crise.

⁴⁵ Disponível em <https://emporiododireito.com.br/leitura/o-caso-da-professora-maria-rosaria-barbato-da-ufmg-notas-sobre-povo-e-migracao-no-estado-democratico-de-direito-por-alexandre-gustavo-melo-franco-de-moraes-bahia-diogo-bacha-e-silva-e-marcelo-andrade-cattoni-de-oliveira>. Acesso em 13 março 22.

Ao explicarem abertamente a que atribuíam a decisão de partir, houve respostas como “Melhores perspectivas de emprego no mercado brasileiro, menos concorrência”; “Trabalhos precários na Itália, no Brasil sou privilegiado”; “Falta de oportunidades profissionais na Itália”; “Já havia planejado investimento financeiro [no Brasil] em 2004”; “Sempre contribuí para o desenvolvimento territorial”; “Escolha de vida profissional não ligada à crise de 2008”; “Por razões familiares, pois meu marido recebeu uma oferta de emprego com muito mais vantagens do que na Itália.”; “Meu marido e eu tínhamos empregos estáveis e um bom salário, mas não gostávamos de morar na Lombardia”; “Quando cheguei, a crise no Brasil não era sentida e trabalho no setor de educação que não foi afetado pela crise”.

Esta última resposta revela que os migrantes perceberam os modos distintos como a crise de 2008 afetava naquele momento as economias do Brasil e da Itália. Vivendo uma fase de forte crescimento econômico, o Brasil resistia com muito mais equilíbrio aos fortes ventos que vinham do Norte e abalavam o mundo, varrendo pelo ar as certezas até então inabaláveis do mercado financeiro global.

Atualmente, esses imigrantes, em grande maioria dos respondentes, somando 88%, disseram que “trabalham”, sendo que desses, 20% dividem o tempo de trabalho com estudo. 4% responderam que não precisam trabalhar. E 8% encontram-se em situação de desemprego.

2.2 TRABALHO

Outra questão relevante se refere à modalidade de trabalho exercida por esses interlocutores. Frente às possibilidades possíveis de trabalho, e considerando a própria condição de acúmulo de um ou mais empregos, optamos por permitir que os respondentes marcassem mais de uma opção, o que faz com a somatória das respostas seja superior ao número de respondentes.

Assim, 32% encontram-se em situação de “contrato de trabalho”; 20% são servidores públicos 20%, trabalhadores autônomos; 4%, trabalhador autônomo de plataforma e 8%, trabalhador informal. Na condição de chefia ou investidor, 16% se identificam como “pequeno empreendedor” e também 16% se afirmaram “investidores”.

Foram sugeridas outras duas categorias definidas, a saber, para a condição de chefia/investidor e condição de empregado/autônomo/informal. Esses imigrantes atuam, dentro da primeira categoria, como investidor imobiliário; empreendedor do setor de hotelaria e gastronomia, empreendedor do setor de construção e gestão imobiliária, empresário do setor de sorveteria e marketing e empresário do setor gastronômico.

Quanto à segunda categoria, trabalham nas funções de arquiteto e professor universitário; trabalhador da indústria de automóveis; instrutor em técnicas de aprendizagem; funcionária administrativa de saúde privada; consultor de negócios de indústria automotiva e de manufatura em geral; chefe de cozinha; professor de escola primária; professora e massoterapeuta; professora universitária; professor de Universidade Federa; professor universitário; professor em uma escola italiana; professor de Yoga; e motorista.

Fora das duas categorias oferecidas, houve ainda o registro de trabalho religioso e/ou missionário

Note-se que são ocupações muito distintas daquelas mormente ocupadas por imigrantes de origens distintas como Haiti, Bolívia, Venezuela (cujas razões para migrar têm fundamentos diferentes e respectivamente em desastre natural, crises políticas e

econômicas ainda mais severas). Os italianos em Minas Gerais que participaram da pesquisa se posicionam satisfatoriamente no mercado de trabalho, longe de estarem em situação de vulnerabilidade social.

Dos respondentes, nenhum disse receber menos que o correspondente a um salário mínimo; 12% afirmaram receber até dois salários mínimos; 20%, entre três a seis salários mínimos; 40%, entre seis e dez salários mínimos; 4%, entre dez e quinze salários mínimos; e outros 4% disseram receber entre trinta e cinquenta salários mínimos.

Os que afirmaram não possuir salário não se encontram, todavia, na condição de desemprego: essa opção também contempla pensionistas, aposentados e dependentes de rendas advindas de terceiros.

Apesar de ocuparem bons postos de trabalho, estes imigrantes também suportam jornadas de trabalho extensas, como ocorre em geral com a grande maioria dos brasileiros, uma vez que 20% dos respondentes trabalham mais de 44 horas semanais e 56% trabalham 44 horas semanais ou menos.

Outro fator importante destacado pela pesquisa é que 56% afirmaram que sua renda permite um poder de compra em Minas Gerais maior que aquele de que dispunham na Itália, ao passo que 20% dos entrevistados afirmaram que “não”; outros 20% disseram que “não se aplica” e 4% dos interlocutores afirmaram que possuem renda em Minas Gerais.

A discriminação no ambiente de trabalho também não foi apontada como algo recorrentemente presente na vida laboral dos imigrantes italianos em Minas Gerais. Dos respondentes, 88% afirmaram que não sofrem qualquer tipo de discriminação; 8% disseram que tal questão “não se aplica” e apenas um respondente, 4%, afirmou sofrer discriminação no ambiente de trabalho. Este único interlocutor afirmou sofrer preconceitos.

Observa-se, portanto, que se trata de uma população com boa posição profissional, bom nível de renda, embora com jornadas de trabalho extensas, ainda que dentro dos parâmetros nacionais. Talvez, por isso mesmo, interessante apontar que 64% dos respondentes não possuem vínculos com organizações sindicais ou entidades de classe; apenas 24% afirmaram possuir tal vínculo e 12% disseram que essa questão não se aplica à sua atual situação trabalhista.

2.3 EDUCAÇÃO

Na Itália, *scuola elementare* é aquela em que os alunos frequentam entre a idade de 5 a 10 anos; *scuola media* de 11 a 14. Esses dois graus de ensino representam no Brasil o “Ensino Fundamental”. Já o que aqui é o “Ensino Médio” corresponde à *Scuola Superiore*, que não guarda relação com o “Ensino Superior” no Brasil, sendo o último estágio da escola tradicional.

Feitas essas preliminares, no geral, os dados demonstram uma boa qualificação educacional por parte dos respondentes, cuja formação educacional em geral é bem superior à do brasileiro médio.

Tem-se que o menor grau identificado entre os interlocutores foi o de “ensino fundamental completo” totalizando 4%. 4%, disse ter o ensino médio incompleto. 12%

afirmaram ter ensino médio completo. 36% possuem nível superior. 4% possuem especialização, 24% possuem o grau de mestre e os últimos 16% são Doutores.

Considerando que se trata de uma população de alto grau de formação, a validação do diploma surge como um tema relevante. A maioria afirmou não ter tido necessidade de revalidar o diploma para atuação profissional em território brasileiro. 16% afirmaram ter precisado revalidar, sendo que foram relatadas situações como: “revalidei com facilidade”, “tive muita dificuldade”, “tive dificuldade que estavam relacionadas à complexidade dos trâmites burocráticos e ao fato de eu ter tido que recuperar muitos documentos na Itália”.

Quanto à integração no ensino no Brasil, 16% afirmaram que ele e seu/s filho/s estão inseridos no sistema educacional brasileiro; 20% têm apenas filhos que frequentam, enquanto 24% responderem que nem ele, nem o/os filho/s frequentam e 4% responderam que frequentam, mas seu/s filho/s não. 36% dos respondentes disseram que “não se aplica”.

Complementarmente, 36% ressaltaram que não tiveram dificuldades nessa integração e apenas 8% ressaltaram que tiveram alguma dificuldade para sua inserção ou de seus filhos no sistema educacional brasileiro. A grande maioria dos respondentes disseram que “não se aplica”.

Estes dados demonstram uma sólida integração dos italianos residentes em Minas Gerais ao sistema educacional brasileiro. A inserção das crianças sugere que a situação da mudança da Itália, em muitos casos, envolve todo o núcleo familiar.

2.4 SAÚDE

Os vínculos com plano de saúde, ou o uso dos mecanismos da saúde pública brasileira, é uma informação útil para a compreensão do perfil dos imigrantes italianos em Minas Gerais, após 2008. Assim, 64% afirmaram que utilizam os sistemas privados de saúde no Brasil. Outros 36% disseram que não o utilizam.

Já quanto à utilização do SUS, 36% dos respondentes afirmaram que se utilizam do SUS; 32% disseram não utilizar; 24% utilizam “às vezes” e para 8% dos entrevistados, essa questão não se aplica.

O fato de que 32% dos entrevistados prescindem da utilização do SUS, um sistema gratuito e universal, pode ser explicado pelo bom padrão econômico deste público, sendo comum no Brasil que o Sistema único de Saúde seja utilizado mais amplamente pelas populações de baixa renda.

Quanto à manutenção de vínculos com o país de origem, 56% disseram que não possuem esse vínculo com médicos na Itália; 24% responderam que às vezes ainda acionam esses profissionais, e 20% ressaltaram que mantém esses vínculos. A aderência ao acompanhamento de saúde por médicos brasileiros dá indício da criação de laços de confiança com o sistema médico nacional.

2.5 QUESTÕES COMPLEMENTARES

A respeito das maiores dificuldades que encontraram no Brasil, as respostas foram bastante pessoais. A segurança foi apontada por 16% dos interlocutores: “adaptação e segurança”; “falta de segurança”; “dificuldade em se adaptar com a falta de segurança”. Uma respondente afirmou: “Acostumei-me a prestar mais atenção às

questões de segurança. Nunca tive problemas ou sofri ataques, nem vivo na paranoia, mas tenho uma percepção clara de que aqui mudei certos hábitos e certos comportamentos que não eram naturais para mim desde que morei na Itália e na Europa”.

Outro problema espontaneamente levantado diz respeito à burocracia proveniente do processo de obtenção do visto e a relação com o Consulado. Um interlocutor disse que “As regras de pedido de visto mudaram enquanto eu estudava as possibilidades”; outro questionou a “burocracia” brasileira. Um interlocutor se queixou do “Apoio do Consulado e Governo Italiano. Aqui estamos sozinhos. Não existe uma política de saúde para os italianos no exterior”. Além das dificuldades para obtenção do visto, surgiu também a questão das dinâmicas dos cartórios brasileiros: “Outra coisa absurda pra mim são os cartórios, que considero organizações criminosas legalizadas com a cumplicidade de outras entidades, como bancos, etc, que se entregar o documento sem o ‘carimbo’ ele não possui validade” (sic).

Questões de choque cultural também foram postas pelos interlocutores, tendo um afirmado a “língua” foi um problema encontrado por ele no Brasil; outro mencionou dificuldades em lidar com a “cultura” brasileira; “xenofobia” também surgiu em uma resposta; outro afirmou que a “mentalidade de classe média e alta”, referendadas por “Bolsonaro e o bolsonarismo” como um obstáculo à sua adaptação; e, por fim, um interlocutor disse ter resistência em relação à “integração com a mentalidade brasileira”.

Uma resposta ressaltou que este “é um momento econômico difícil para encontrar trabalho no sistema educacional, que é o que eu gostaria de fazer. De forma mais geral, também considero difícil o momento político, social e cultural que este país vive”. As demais respostas relacionadas ao trabalho vieram da perspectiva dos empregadores, que ressaltaram a dificuldade de encontrar “profissionais de confiança”, e de “encontrar pessoal qualificado e sério”.

Um interlocutor também se queixou que “trabalha muito e ganha pouco”; outro reafirmou a dificuldade em “aceitar a desigualdade de classe”, e, por fim, um respondente chegou a reclamar dos “mosquitos”

Sobre o interesse em retornar à Itália, as respostas foram muito diversificadas. Os que pensam em retornar apresentaram os motivos como: “segurança e estilo de vida”; “qualidade de vida e poder aquisitivo”; “motivos familiares”; “quando aposentar”. Um interlocutor disse ter a intenção de “aplicar na Itália o que aprendi no Brasil: Yoga, capoeira e cultura popular”. Outro disse que pretende retornar à Itália por questões políticas: “as atuais condições políticas e sociais do Brasil me levam a querer cada vez mais que ele se distancie desse regime pseudo-fascista e fundamentalista evangélico que o Brasil se tornou” (sic).

Por fim, os interlocutores disseram que eles tinham sugestões para melhorar a qualidade de vida dos imigrantes italianos em Minas Gerais. Uma respondente disse que “seria ótimo que os italianos recebessem informações básicas, imediatamente ao entrar no Brasil. Eu cheguei e tive que descobrir coisas por mim mesma, enquanto há órgãos, como os comitês, que devem ser a referência para todos os italianos que entram. Uma espécie de balcão de informações gerais imediatas. E seria ótimo se os italianos que chegam fossem informados imediatamente dessa possibilidade”.

O Consulado surgiu novamente: “que o Consulado funcione melhor e os coloque em contato uns com os outros”; “melhorar o serviço do Consulado”. Normalmente, o tema está associado às possibilidades de associações entre os italianos: “Unindo e

criando uma forte comunidade italiana, para não perder nossas origens”; “unir-se”; “foco no associativismo”.

Alguns respondentes, noutra via, optaram por ressaltar a adaptação à realidade brasileira: “aceitar que o Brasil tem outra cultura e outros costumes e tradições, se você quiser morar aqui. Não adianta ficar aqui reclamando de tudo constantemente”; “adaptar-se à cultura brasileira”. Um interlocutor afirmou “a necessidade de ter uma maior coordenação entre as instituições governamentais e as associações privadas, para tentar envolver mais os concidadãos”. Essa iniciativa é louvável, pois visa conhecer os italianos que vivem aqui. Eu entendo a dificuldade dada a grandeza do estado de Minas e do Brasil”.

Também foram feitas críticas ao governo brasileiro: “precisamos de um governo melhor”; “fora Bolsonaro”; e “acredito que a melhoria das condições de vida dos habitantes em geral também beneficia as comunidades de imigrantes em si”.

Há também algumas questões pontuais como a necessidade de “assistência sanitária e educacional”; “revalidação do diploma”; “cursos de idiomas para estrangeiros e ajuda na compreensão do sistema bancário brasileiro”; “lidar com o tráfego rodoviário é extremamente perigoso” e um interlocutor afirmou a necessidade de “instalar a televisão italiana no Brasil”.

3. POSSÍVEIS IMPACTOS DA CRISE DE 2008 SOBRE A MIGRAÇÃO ITALIANA

Conforme os dados coletados pelo questionário da pesquisa, quando perguntados se faziam alguma relação entre sua migração e a crise de 2008, apenas 24% afirmaram que sim, ao passo que 76% disseram não existir uma relação de causa e efeito entre os dois eventos.

Por outro lado, apesar de a maioria dos participantes não creditarem seu deslocamento migratório à crise 2008, diretamente, deve-se considerar que, ao mesmo tempo, as razões econômicas e sociais são as mais apontadas como responsáveis por essa tomada de decisão.

Nesse sentido, 56% disseram que o motivo da mudança de país foi decorrente de trabalho e renda; 28% afirmaram que se tratou de razões familiares; 16% disseram que os motivos foram educacionais; e os demais respondentes revelaram motivos de outras naturezas, desde “por seguir um amor” e “qualidade de vida”.

Vale citar que o Progetto “Nuovi Arrivati”, uma pesquisa semelhante a esta realizada por Pier Francesco de Maria (2016), pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (IFCH/UNICAMP), também apurou que o trabalho é apontado em primeiro lugar entre os principais motivos que levam os entrevistados (imigrantes italianos que chegaram ao Brasil no período de 2000-2015) a deixar a Itália⁴⁶.

⁴⁶ Progetto “Nuovi Arrivati” – Comitato degli Italiani all’Estero (COM.IT.ES) di São Paulo. Tabulazioni: Observatório das Migrações em São Paulo (Fapesp-CNPq/NEPO-UNICAMP). Elaborazione: Pier Francesco De Maria).

É instigante o fato de a maioria dos respondentes não atribuir uma relação entre a migração e a crise econômica, ao mesmo tempo em que também a maioria atribui essa migração à busca de trabalho e renda, ou de melhor qualidade de vida ou mesmo de melhores oportunidades educacionais. Pode-se refletir, assim, sobre as razões mais profundas, além da realidade aparente, que motivaram essas pessoas a deixar a Itália.

O momento econômico italiano quando esses imigrantes deixam o país era, sem dúvida, um período extremamente ruim, tanto que até hoje a Itália, por uma série de fatores, ainda não conseguiu se recuperar satisfatoriamente em termos políticos e, principalmente, econômicos. É fato que a crise de 2008 contribuiu em grande medida para o aprofundamento da instabilidade generalizada naquele país e, sendo assim, é improvável que os efeitos dessa crise não tenham sido sentidos também pelos imigrantes italianos participantes da pesquisa.

Pode-se indagar, assim, por que, ao pensar sobre suas realidades, uma crise financeira tão profunda e marcante não entra na perspectiva de análise de pessoas sobre quem é possível supor que foram ao menos indiretamente atingidas por ela, a ponto de deixar seu país, justamente buscando novas possibilidades de trabalho e renda. Será por que, ao contrário do que indicam as evidências, essas pessoas não foram de fato afetadas pela crise ou será por que, apesar de terem sido afetadas, outros fatores impedem que elas possam ter uma visão mais clara de suas condições materiais de vida?

Entende-se que esse questionamento é cabível face ao predomínio de uma racionalidade que coloca sobre os ombros do indivíduo todo o peso de sua existência, responsabilizando-o exclusivamente por seu sucesso ou fracasso, diante de um sistema econômico cada vez mais complexo, oprimente e totalizante. Por outro lado, deve-se igualmente preservar a validade das respostas obtidas e, assim, esses questionamentos, para serem devidamente esclarecidos exigem novas pesquisas, em que esses pontos possam ser debatidos com os participantes de modo mais aprofundado, permanecendo aberta essa possibilidade para futuras incursões de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos os resultados da pesquisa, o perfil do atual imigrante italiano em Minas Gerais pode ser assim esboçado: homens e mulheres, sendo em sua maioria: casados, com idade entre 35 e 40 anos, ensino superior completo, católicos, praticantes e não praticantes, e com remuneração mensal entre 6 e 10 salários mínimos. Possuem bom poder aquisitivo e fazem uso de sistemas privados de saúde e educação no Brasil. Não relatam dificuldades sérias com a língua portuguesa. Possuem Visto Permanente e não têm interesse em ter cidadania brasileira.

Quando possuem vínculos com o Consulado e Comites, o relacionamento em geral é bom, porém há queixas quanto ao funcionamento dessas instituições, especialmente o Consulado, quanto à burocracia para

obtenção de Visto e à função de aproximação entre italianos em Minas Gerais. Não há muito contato com outras associações italianas. Foi manifestado o desejo de uma maior conexão entre os imigrantes italianos em Minas Gerais, embora não haja por parte dos próprios sujeitos que manifestaram esse desejo nenhum movimento espontâneo em direção a criação desses laços. Há interesse nas políticas italiana e brasileira, no entanto, em geral esse interesse não é convertido em participação efetiva em organizações e atividades políticas.

É certo que crises econômicas globais como a de 2008 agravam ainda mais o cenário de desemprego estrutural predominante no capitalismo contemporâneo, marcadamente financeirizado e neoliberal. Esse cenário agravado gera diversas consequências no mundo do trabalho, entre as quais, o deslocamento de pessoas em busca de melhores oportunidades profissionais.

Neste contexto, deve-se ponderar que 24% dos respondentes afirmaram que migraram em razão da crise e, ainda, 56% dos participantes disseram que o motivo da mudança de país foi decorrente de trabalho e renda.

Assim sendo, apesar de as impressões dos participantes da pesquisa não estabelecerem de modo claro e definitivo uma relação direta entre a crise financeira de 2008 e suas vindas para o Brasil, os registros de novos migrantes italianos em Minas Gerais nos anos seguintes à crise revelam alterações importantes, comparativamente aos anos imediatamente anteriores. Desse modo, entre os anos de 2000 e 2007 (oito anos), houve o registro de 740 pessoas, número que subiria nos oito anos seguintes (2008-2015) para 1.759, um aumento de mais de 50%.

Assim, é possível inferir que a referida crise afetou esse movimento migratório, pois a saída da Itália se dá justamente durante um momento de grande instabilidade econômica no território italiano e por razões que na maior parte das vezes estão inseridas no campo econômico.

Por fim, entre os principais problemas sentidos no Brasil estão a segurança pessoal, jurídica ou empresarial. O perfil dos imigrantes italianos distingue-se de outros imigrantes de nacionalidades distintas que vieram à Minas Gerais, como haitianos, bolivianos e venezuelanos, cujas demandas, normalmente, estão voltadas para o trabalho, a renda, a melhor condição de vida e o maior poder aquisitivo.

De modo geral, o público-alvo da pesquisa não se encontra em situação de vulnerabilidade econômica ou social. Em sua maioria, os respondentes têm jornadas de trabalho que, apesar de extensas, se mantêm próximas dos limites legais brasileiros, possuem estabilidade em seus respectivos empregos ou atuam em atividades autônomas com as quais se encontram satisfatoriamente estabelecidos, em sua maioria; em geral, não possuem vínculos com organizações sindicais e entidades de classe e acreditam que seu poder de compra no Brasil seja superior ao que seria se estivessem residindo em seu país de origem.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie. “A Tensão entre Soberania e Instituições de Controle na Democracia Brasileira”. *Dados* [online]. 2017, vol.60, n.2, pp.359-393.

BARBATO, L'intervista/Coronavirus, imprese italiane in brasile a disposizione (1) (2)(3)(4) (entrevista concedida a) **9colonne**. disponível em <https://www.9colonne.it>.

BARROS, C. Reis. *Trabalho e território de haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte: precariedade e resistência*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 2017.

CATTONI DE OLIVEIRA, M. A.; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes ; Silva, Diogo Bacha e. O caso da professora Maria Rosaria Barbato, da UFMG: notas sobre povo e migração no Estado Democrático de Direito. **Empório do Direito**, v. 1, p. 1-1, 2016, disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/o-caso-da-professora-maria-rosaria-barbato-da-ufmg-notas-sobre-povo-e-migracao-no-estado-democratico-de-direito-por-alexandre-gustavo-melo-franco-de-moraes-bahia-diogo-bacha-e-silva-e-marcelo-andrade-cattoni-de-oliveira>. Acesso em 13 março 2022.

D'[AMBROSO, Marcelo J. F.](#); LIMA, L. F. . A tutela do trabalho da pessoa migrante no Brasil. 1. ed. Porto Alegre: Elegancia Juris, 2018.

DAVANZATI, Guglielmo Forges; GIANGRANDE, Nicolò. A crise econômica italiana e a proposta do estado como inovador de primeira instância. **RBEST: Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 1, p. e019004-e019004, 2019.

DE MARIA, Pier Francesco. **Progetto “Nuovi Arrivati– Comitato degli Italiani all’Estero (COM.IT.ES) di São Paulo. Tabulazioni: Observatório das Migrações em São Paulo (Fapesp-CNPq/NEPO-UNICAMP). Elaborazione: Pier Francesco De Maria).**

FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América-Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000.

FONDAZIONE MIGRANTES. Rapporto italiani nel mondo 2011 Roma: IDOS Centro Studi e Ricerche, 2011

GOMES, Angela de Castro. *Imigrantes Italianos: entre a italianità e a brasilidade*. In: Brasil: 500 anos de povoamento/ IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

PAVOLINI, Emmanuele; RAITANO, Michele. L'Europa mediterranea fra diritti sociali e crisi economica: il welfare state ai tempi dell'austerità: un'introduzione. **L'Europa mediterranea fra diritti sociali e crisi economica: il welfare state ai tempi dell'austerità: un'introduzione**, p. 9-30, 2015.

PEREIRA, Ligia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de; BRANDÃO, Lena. *Minas/Itália: um encontro cultural*. Itaúna: Edição da Associação Universo Cultural e Assistencial, 2012.

PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. Indústria Mecânica do Estado de Minas Gerais – Memória Histórica. Belo Horizonte: Sindmec/Fiemg, 2007.

RIBEIRO, Juliana Carvalho. “Novos espaços da imigração Boliviana no Brasil: perfil e tendências de inserção laboral em Belo Horizonte”. *Anais da reunião da ABEP*. 2019.

SINGER, Paul. O combate à crise pelo governo federal. Disponível em :<https://teoriaedebate.org.br/2009/03/01/o-combate-a-crise-pelo-governo-federal/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. [S.l.]: Livraria Nobel, 1989.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. “Perfil imigratório no Brasil nos censos de 2000 e 2010”. *Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território*. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014.